

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

DANIEL AZEVEDO PALMA

**O PERFIL DA RELAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE AS
EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (ESC) E A MICRO E
PEQUENA EMPRESA (MPE)**

São Paulo

2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

DANIEL AZEVEDO PALMA

**O PERFIL DA RELAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE AS
EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (ESC) E A MICRO E
PEQUENA EMPRESA (MPE)**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina de Faria

São Paulo

2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-reitor de Pós-Graduação: Prof. Dr. Manuel José Nunes Pinto

Coordenador do Mestrado em Administração de Empresas: Prof. Dr. Dirceu da Silva

Coordenador do Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof. Dr. João B. Segreti

FICHA CATALOGRÁFICA

P171p

Palma, Daniel Azevedo

O perfil da relação profissional entre as empresas de serviços contábeis (ESC) e a micro e pequena empresa (MPE) / Daniel Azevedo Palma. - - São Paulo, 2005.

126 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina de Faria.

Dissertação (mestrado) - Centro Universitário Álvares Penteado – UniFecap - Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

1. Pequenas e médias empresas - Contabilidade 2. Contabilidade – Sistemas de informação gerencial.

CDD 658.022

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIEL AZEVEDO PALMA

O PERFIL DA RELAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE AS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (ESC) E A MICRO E PEQUENA EMPRESA (MPE)

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

COMISSÃO JULGADORA:

Professor Doutor José Roberto Kassai
Universidade de São Paulo – USP

Professor Doutor Anísio Cândido Pereira
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP

Professora Doutora Ana Cristina de Faria
Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 23 de junho de 2005.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha amada esposa
Fernanda.

*Eu tenho tanto pra lhe falar. Mas com
palavras não sei dizer, como é grande o meu
amor por você.*

Roberto Carlos / Erasmo Carlos

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora **Professora Dra. Ana Cristina de Faria**, pela imensa dedicação e pelo profissionalismo na orientação deste trabalho.

Ao **Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP**, bem como a todos os **professores do Curso de Mestrado, e também aos da Graduação**, pelos ensinamentos transmitidos ao longo destes sete anos e seis meses, incluindo o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Em especial, aos Professores **Dr. Anísio Cândido Pereira e Dr. José Roberto Kassai** pela composição da comissão julgadora e pelas sugestões e orientações fornecidas.

Aos **colegas da turma de mestrado** pelo prazer de tê-los conhecido e pela colaboração no decorrer do curso.

À **Associação Profissional dos Contabilistas de Unai – MG**, pela contribuição por meio do fornecimento do cadastro das Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e, de forma especial, ao amigo **Adriano José de Souza** pela companhia e pelo incentivo aos empresários contábeis a responderem à pesquisa de campo, quando das visitas às ESCs.

Às **empresas de serviços contábeis, e também às empresas**, pela grande contribuição ao responderem à pesquisa.

Ao **Dr. Carlos Baumler**, engenheiro civil e empresário em São Paulo, pela grande oportunidade profissional e pela contribuição financeira, a qual possibilitou a realização deste trabalho.

Ao amigo **Ordiley Lima Santos**, pelo companheirismo e incentivo, desde a época do curso de graduação.

Aos meus irmãos, Regina, Cláudia, Ana Maria, Daniela, pelo incentivo e apoio, em especial ao **Renato** pela companhia e grande ajuda quando das minhas viagens a São Paulo, e também ao **Helinho**, pela força e pelo apoio irrestritos, pelas oportunidades de crescimento profissional e experiências transmitidas, pelo incentivo, e também pela qualidade profissional que sempre procuro espelhar.

Aos meus amados pais **Hélio de Sales Palma e Expedita de Azevedo Palma**, pelo constante incentivo e apoio para que investíssemos em estudo; cientes de que este é o melhor caminho a ser seguido.

Ao meu querido sogro, **Sr. Aristeu Luiz da Mota**, e minha querida sogra, **Sra. Maria Helena Tavares Mota**, pelo constante apoio e incentivo para a realização deste trabalho.

De forma extremamente especial, agradeço à principal fonte de inspiração, minha esposa **Fernanda Tavares Mota Palma**, pelo apoio e companheirismo absoluto em todos os momentos, pela compreensão e ajuda na realização do trabalho, e principalmente, pelo incentivo nos momentos mais difíceis.

Agradeço também ao **Prof. Elias Bigio, diretor do Instituto de Ensino Superior Cenequista – INESC**, e ao **Prof. Nilton Garcia**, coordenador do Curso de Ciências Contábeis, pela oportunidade profissional de ingressar na área de docência do ensino superior. E a todas as outras pessoas ou entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, além do referencial teórico, envolvendo conceitos e classificações da MPE, e também da Contabilidade, realizou-se uma pesquisa de campo na cidade de Unaí –MG, em que se procurou identificar as principais características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e a Micro e Pequena Empresa (MPE) e verificar como as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas na gestão das MPEs. Obteve-se uma amostra corroborando a característica individual da MPE, em que o proprietário, normalmente, é centralizador e executor da maioria das tarefas. Apresentou-se também uma grande parte dos sócios e proprietários que possuem apenas até o 2º grau. Apesar de tais características, estas empresas possuem uma média de vida relativamente alta para os padrões brasileiros. Detectou-se a adoção do Simples por parte das MPEs como a principal forma de tributação. Nestas empresas os serviços contábeis são realizados principalmente por empresas de serviços contábeis terceirizadas. Em relação às empresas de serviços contábeis, estas também possuem pequenas estruturas, poucos funcionários, e uma representativa parcela de proprietários são apenas técnicos em contabilidade. Verificou-se que apesar de as MPEs, e também as ESCs, terem declarado que as informações contábeis são úteis à gestão, e que compensa registrar todas as movimentações, em alguns casos, não há na prática o registro completo das movimentações, o que contribui, portanto, para o comprometimento da qualidade das informações contábeis, tendo como consequência o fato de estas não refletirem a realidade da empresa. Ressalta-se, assim, que além da omissão de registros pelas MPEs, constata-se a fragilidade das informações contábeis geradas pela Contabilidade Societária, que, em função de alguns critérios de avaliação de estoques e ativos, por exemplo, podem não refletir a realidade da empresa. Com isso, percebe-se a pouca utilidade das informações contábeis geradas pelas ESCs, para auxílio na gestão da MPE. Observa-se que as MPEs em geral recebem informações das ESCs as quais procuram atender essencialmente às exigências da legislação fiscal, não se caracterizando como úteis à gestão. Já em relação aos relatórios que as MPEs e as ESCs acreditam que deveriam ser fornecidos às MPEs, foi possível verificar sobretudo relatórios com informações detalhadas e passíveis de contribuição para a gestão das empresas. Relatou-se a falta de necessidade por parte das MPEs, como principal motivo para a não-utilização destes relatórios. As MPEs declararam como boa ou ótima a utilização de assessoria de um contador, porém grande parte informou que os contabilistas não estão preparados para auxiliar os empresários na gestão das empresas. Apesar desse cenário, deve ser destacada a disposição de grande parte das MPEs em pagarem algo a mais para obtenção de melhores serviços e relatórios. Enfatiza-se, portanto, a necessidade de contribuição para a gestão da MPE, porém, para isso, há a necessidade de uma evolução, em que as informações geradas possam refletir a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, com valores que permitam efetuar análises com foco para o futuro. Nesse sentido, o Balanço Perguntado apresenta-se como uma ferramenta capaz de obter informações mais próximas da realidade da empresa. Porém, além da necessidade do fornecimento de informações gerenciais, é preciso que os empresários e contadores possuam conhecimento sobre Finanças, sobre o negócio da empresa, de forma que permita a análise dos riscos do investimento, bem como as taxas de retorno.

Palavras-Chave: Pequenas e médias empresas - Contabilidade. Contabilidade – Sistemas de informação gerencial.

ABSTRACT

The work involves theoretical references, concerning MPEs (Small and Medium Businesses) concepts, classifications and accounting, and includes a field research in the city of Unaí, Minas Gerais, Brazil. The research tried to identify main characteristics of professional relationship between ESCs (accounting companies) and MPEs, determining how information generated by ESCs can be better used by MPEs management. The resulting sample confirmed MPEs individual feature, i.e., most tasks are generally centralized and performed by the owner. Another MPEs feature is that most partners and owners have only high school education. However, the average life of such companies is fairly high according to Brazilian standards. Also, the research revealed the use of SIMPLES (Unified System for the Payment of Taxes and Contributions by Small Businesses) as the primary taxation form. For these companies, accounting services are mainly rendered by third-party accounting companies. The accounting companies' structure is also small, with few employees, and a significant percentage of owners having only a technical degree on accounting. Although MPEs and ESCs have stated that accounting information are useful for management, and that all records are worth entering, in some cases records are not complete, negatively affecting information quality. As a result, these information do not reflect company's reality. Therefore, besides record omission, the level of MPEs accounting information generated by Corporate Accounting is low, due to some evaluation criteria used for inventory and assets, which may not reflect company's reality. This shows how low is the usefulness of accounting information generated by ESCs as an aid to MPEs management. Another point worth mentioning is that in general MPEs receive from ESCs only those information that just try to fulfill tax legislation requirements, and ultimately are not useful to management. Concerning statements that MPEs and ESCs believe should be generated, the research shows that they contain detailed information that would contribute for company's management. However, MPEs reported the lack of need as the main reason why these statements are not used. The use of accounting support was reported as something good or excellent by MPEs, but most of them informed that accountant professionals are not prepared to help them managing the company. Nonetheless, most MPEs are willing to pay an extra fee to obtain better services and reports from accountants. In summary, contributions for MPEs management are necessary, but also require development from involved parties, in order to generate information that may reflect the company's economic, financial and equity reality, showing amounts that provide a future-focused analysis. In this aspect, the Balanço Perguntado (Asked Balance Sheet) is a tool to help obtaining more realistic information for the company. In addition to management information, both owners and accounting professionals need a good knowledge of Finance and their business segment, allowing the analysis of investment risk and return rates.

Key-words: Small business - Accounting. Accounting – Management information systems.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do Sebrae nacional para MPEs	31
Quadro 2 – Classificação de MPE adotada nos países do Mercosul	31
Quadro 3 – Classificação da União Européia para empresas	32
Quadro 4 – Comparação das questões das MPEs e ESCs sobre registro e utilidade das informações	53
Quadro 5 – Comparação das respostas das MPEs e ESCs sobre relatórios contábeis	55
Quadro 6 – Comparação das respostas das MPEs e ESCs sobre assessoria do Contador e valorização de honorários	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de clientes das Empresas de Serviços Contábeis	94
Gráfico 2 – Margem de lucro média dos serviços das ESCs	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empresas formais no Brasil em 2002– porte e setor de atividade ...	25
Tabela 2 – Número de pessoas ocupadas nas empresas formais, por porte e setor de atividade (2002)	26
Tabela 3 – Taxa de mortalidade (%) por região e Brasil (2000-2002)	27
Tabela 4 – Aberturas e encerramentos de empresas nos Estados Unidos (1995-2003)	28
Tabela 5 – Faturamento anual das MPEs	62
Tabela 6 – Tempo de atividade das MPEs	62
Tabela 7 – Ramo de atividade das MPEs	63
Tabela 8 – Quantidade de sócios das MPEs	63
Tabela 9 – Quantidade de funcionários das MPEs	64
Tabela 10 – Grau de escolaridade dos proprietários das MPEs	65
Tabela 11 – Forma de tributação das MPEs	66
Tabela 12 – Forma de realização dos serviços de Contabilidade	67
Tabela 13 – Quem realiza a gestão da empresa	68
Tabela 14 – Fornecimento de todas as informações para Contabilidade	68
Tabela 15 – Fluxo de informações da MPE com ESC	69
Tabela 16 – Compensa registrar todas as movimentações da empresa?	70
Tabela 17 – Organização das Empresas de Serviços Contábeis	71
Tabela 18 – Utilidade das informações da Contabilidade para gestão da MPE	71
Tabela 19 – Preparo dos Contabilistas para auxílio na gestão da MPE	72
Tabela 20 – Informações econômico-financeiras utilizadas na gestão da MPE	74
Tabela 21 – Quem definiu o conteúdo dos relatórios	76
Tabela 22 – Forma de elaboração dos relatórios	77
Tabela 23 – Relatórios fornecidos pelas Empresas de Serviços Contábeis	77
Tabela 24 – Relatórios, informações e serviços que a MPE gostaria de receber	79
Tabela 25 – Motivos da não-utilização dos relatórios pela MPE	81
Tabela 26 – Custo dos serviços contábeis é considerado alto para MPE?	83
Tabela 27 – Valores dos honorários contábeis pagos pelas MPEs (R\$)	84
Tabela 28 – Condição da MPE para interpretação dos relatórios	85
Tabela 29 – Participação dos empresários em curso de aperfeiçoamento	85
Tabela 30 – Utilização de assessoria de um Contador	86
Tabela 31 – Custo maior dos serviços contábeis pode ser compensado?	87

Tabela 32 – Quanto a MPE pagaria a mais para as ESCs?	88
Tabela 33 – Tempo de atividade das ESCs	89
Tabela 34 – Ramo de especialidade das ESCs	90
Tabela 35 – Faturamento anual das ESCs	91
Tabela 36 – Quantidade de sócios das Empresas de Serviços Contábeis	91
Tabela 37 – Quantidade de funcionários das ESCs	92
Tabela 38 – Escolaridade dos proprietários das ESCs	92
Tabela 39 – Quantidade de sócios Contadores e Técnicos	93
Tabela 40 – Quantidade de clientes das ESCs	93
Tabela 41 – Forma de tributação das MPEs conforme ESCs	95
Tabela 42 – As MPEs fornecem todas as informações	95
Tabela 43 – Fluxo de informações da MPE com as Empresas de Serviços Contábeis	96
Tabela 44 – Dificuldade na obtenção de informações junto às MPEs	97
Tabela 45 – Utilidade das informações contábeis para a gestão da MPE	97
Tabela 46 – Compensa registrar todas as movimentações da MPE?	98
Tabela 47 – Participação dos Contabilistas em curso de aperfeiçoamento	99
Tabela 48 – Organização das MPEs	99
Tabela 49 – Relatórios e serviços fornecidos às MPEs	101
Tabela 50 – Relatórios que deveriam ser fornecidos às MPEs	105
Tabela 51 – Motivo do não-fornecimento dos relatórios às MPEs	107
Tabela 52 – Utilização de assessoria de um Contador na gestão da MPE	108
Tabela 53 – Quanto as ESCs cobrariam a mais das MPEs	108
Tabela 54 – Preparo das ESCs para auxílio na gestão da MPE	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Delimitação e definição do tema	14
1.2 Caracterização do problema	15
1.3 Objetivos	15
1.4 Hipóteses	17
1.5 Justificativa	17
1.6 Metodologia da pesquisa	19
1.6.1 A pesquisa de campo	20
1.7 Estrutura do trabalho	23
2 MICRO E PEQUENA EMPRESA (MPE)	25
2.1 Conceito e classificação de micro e pequena empresa (MPE)	29
2.2 Exigência e dispensa legal para escrituração contábil	32
3 A CONTABILIDADE E A MPE NO BRASIL	35
3.1 A utilidade da informação contábil	35
3.2 O conceito de serviço	40
3.3 Órgãos de classe e regulamentadores	42
3.3.1 Conselho federal de contabilidade (CFC)	43
3.3.2 Conselhos regionais de contabilidade (CRC)	43
3.3.3 Sindicato das empresas de serviços contábeis (Sescon)	44
3.4 Atribuições dos contabilistas	45
3.5 Empresas de serviços contábeis (ESC)	46
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	53
4.1 Comparação das respostas das MPEs com as ESCs	53
4.2 Descrição e análise dos resultados da pesquisa nas MPEs	61
4.2.1 Caracterização da amostra	62
4.2.2 Gestão da MPE e o fluxo de informações com as ESCs	67
4.2.3 Relatórios contábeis utilizados	73
4.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa nas empresas de serviços contábeis (ESC)	89
4.3.1 Caracterização da amostra	89
4.3.2 As ESCs e a gestão da MPE	95
4.3.3 Relatórios contábeis fornecidos à MPE	100

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – Questionário Destinado às Micro e Pequenas Empresas (MPE)	121
APÊNDICE B – Questionário Destinado às Empresas de Serviços Contábeis (ESC).	124

1 INTRODUÇÃO

Diante do vínculo existente entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e as Micro e Pequenas Empresas (MPE), por meio da relação profissional em que, as primeiras são responsáveis pela realização da escrituração contábil (societária) e fiscal das empresas, apresentam-se, inicialmente alguns fatos importantes dessas categorias, tal como a representatividade das MPEs no cenário econômico e social, tanto em nível nacional quanto internacional.

Esta representatividade, diz respeito à quantidade de empresas, pois a MPE representa a grande maioria das empresas brasileiras e exerce papel importante na geração de empregos, dando oportunidade de trabalho a grande parte dos trabalhadores da iniciativa privada. Além disso, essas empresas têm participação relevante na geração de riquezas, inclusive com o crescimento de suas exportações, contribuindo com uma parcela significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Por outro lado, cabe ressaltar um problema grave: o fato de a taxa de mortalidade dessas empresas ser alta, o que compromete toda a geração de riqueza e de empregos para o país.

Tendo sido analisada a relevância das MPEs para Brasil e para a economia internacional, por meio da geração de empregos e riquezas, entende-se como essencial que sejam desenvolvidos estudos que busquem instrumentos que contribuam para a continuidade destas empresas, e a conseqüente diminuição das altas taxas de mortalidade. Ressalta-se, dessa forma, o papel das Empresas de Serviços Contábeis (ESC), já que, no Brasil, normalmente, estas são as responsáveis pela geração das informações contábeis e fiscais das MPEs. Por meio da identificação do perfil da relação profissional entre as MPEs e as ESCs, pode-se determinar o papel destas últimas em relação às primeiras, inclusive no que se relaciona aos fatores causadores das supracitadas altas taxas de mortalidade.

Em relação às causas da mortalidade, constata-se principalmente a falta de planejamento prévio adequado e o descuido com o gerenciamento do negócio, por parte das MPEs; em particular, com o gerenciamento do fluxo de caixa após a abertura do negócio e com o aperfeiçoamento dos produtos/serviços às necessidades dos clientes.

De forma que se usufrua da proximidade dos contabilistas com as MPEs, buscando contribuir para a redução das taxas de mortalidade destas empresas, uma parceria entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (Sebrae) criou o projeto Contabilizando o Sucesso. Este projeto tem por objetivo criar e capacitar uma rede de profissionais de Contabilidade para assessorar as empresas em sua gestão, focando o desenvolvimento da Responsabilidade Profissional e Social do Contabilista.

A Contabilidade, por sua vez, para que seja útil ao processo de gestão dessas empresas, tem por objetivo processar dados, transformá-los em informações econômico-financeiras úteis e oportunas, bem como apresentá-las em forma de demonstrações e relatórios econômico-financeiros para a tomada de decisão pelos administradores. Ressalta-se, porém, o problema de que a Contabilidade, normalmente realizada pelas ESCs para as MPEs, não reflete a realidade da empresa, tanto em função de omissão de registros quanto de fragilidades da contabilidade societária, prejudicando assim a utilidade destas informações para auxílio na gestão da MPE.

Nesse sentido, verifica-se que a Contabilidade realizada pelas ESCs no Brasil apresenta como principal característica o fato de ser voltada para o atendimento às exigências do fisco, dificultando sua utilização na tomada de decisão das empresas. Dessa forma, após a contextualização do assunto, a apresentação da representatividade e a importância da MPE em nível nacional e global e a demonstração do vínculo existente entre as Empresas de Serviços Contábeis com a Micro e Pequena Empresa (MPE), no próximo tópico tratar-se-á da delimitação e definição do tema.

1.1 Delimitação e definição do tema

O processo que se inicia na escolha do assunto e termina na construção do problema de pesquisa é o que se pode chamar de delimitação do tema. Esse processo é de extrema importância, e faz com que o pesquisador fique concentrado na solução de um problema específico, e não desperdice esforços em atividades que não digam respeito à sua pesquisa.

Neste trabalho, optou-se por fazer a pesquisa em Micro e Pequenas Empresas, e não em médias ou grandes, pela relevância destas na sociedade, tal como supracitado. O foco deste estudo aborda o tema: **O Perfil da Relação Profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e a Micro e Pequena Empresa (MPE).**

1.2 Caracterização do problema

A partir do momento em que foi definido o tema, é necessário que seja caracterizado o problema que se pretende investigar. Todo trabalho científico deve responder a determinados problemas ou tornar claras as causas deste. Na opinião de Severino (2000, p. 160),

Antes de se partir para a pesquisa propriamente dita, é preciso ter-se uma idéia bem clara do problema a se resolver. Trata-se de definir bem os vários aspectos da dificuldade, de mostrar o seu caráter de aparente contradição, esclarecendo devidamente os limites dentro dos quais se desenvolverão a pesquisa e o raciocínio demonstrativo.

No intuito de caracterizar o problema deste estudo, torna-se relevante mencionar que a grande maioria das MPEs contrata Empresas de Serviços Contábeis terceirizadas, os chamados escritórios de contabilidade, para realização da escrituração contábil e fiscal. Com base nisso, destacam as seguintes questões centrais:

Quais as principais características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e as Micro e Pequenas Empresas (MPE)?

Como podem ser mais bem utilizadas as informações geradas pelas ESCs na gestão das MPEs?

Para responder a estas questões, são apresentados os objetivos do estudo.

1.3 Objetivos

Com o intuito de definir o objetivo geral, bem como os específicos deste trabalho, expõe-se conforme Oliveira (2003, p. 132) que “o **objetivo geral** procura dar uma visão ampla da pesquisa. [...] e intrínseco ao objetivo geral, encontra-se o **objetivo específico**, que define o ponto central do trabalho. Isso quer dizer que, dentro da idéia geral do trabalho, deve-se ressaltar a idéia específica a ser desenvolvida”. (grifo do autor).

Observada a definição supracitada, e reconhecendo a relevância da Micro e Pequena Empresa para a sociedade e os fatores relacionados às suas dificuldades de sobrevivência, este estudo tem os seguintes objetivos:

Como objetivo geral:

Por meio de uma pesquisa de campo em MPEs e em Empresas de Serviços Contábeis na cidade de Unai – MG, pretende-se identificar as principais características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e as Micro e Pequenas Empresas (MPE), bem como verificar como as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas na gestão das MPEs.

Exposto o objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar quais as informações econômico-financeiras e/ou serviços são fornecidos pelas ESCs às MPEs;**
- b) identificar quais informações econômico-financeiras e/ou serviços as MPEs gostariam de receber, bem como os que as ESCs gostariam de fornecer para melhorar a qualidade dos serviços prestados às MPEs; e**
- c) identificar a opinião das MPEs, e também das ESCs, sobre a utilidade das informações econômico-financeiras geradas por estas para a gestão da MPE.**

Foram levantadas, também, algumas hipóteses, que serão examinadas na seqüência.

1.4 Hipóteses

A hipótese é uma resposta provisória ao problema, pois, de acordo com Vergara (2000, p. 28), hipóteses “são a antecipação da resposta ao problema”. Para a definição da hipótese deste estudo, iniciou-se pelo reconhecimento da questão de que a Contabilidade no Brasil, principalmente nas MPEs, tem a característica de ser voltada, predominantemente, para objetivos societários e fiscais.

Com o objetivo de estabelecer uma resposta às questões centrais supracitadas, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- a) as principais características existentes na relação profissional entre as ESCs e a MPE resumem-se, principalmente, no fornecimento pelas ESCs, e da solicitação pelas MPEs, de informações com características societárias e fiscais, com objetivo principal de atender às exigências do fisco;**
- b) as informações disponibilizadas não refletem a realidade da empresa; e**
- c) as informações disponibilizadas são, normalmente, desatualizadas e com pouca utilidade para a gestão da MPE, pois se baseiam na Contabilidade Societária.**

Ao final deste estudo, estas hipóteses serão corroboradas ou não, diante da pesquisa realizada.

1.5 Justificativa

Este trabalho pode ser considerado de grande relevância, pois busca identificar as principais características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços

Contábeis (ESCs) e a Micro e Pequena Empresa (MPE), bem como verificar como as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas na gestão das MPEs.

Considerando a necessidade da prestação de serviços de qualidade pelas ESCs às MPEs, considera-se o tema relevante, pois, por meio da identificação dos perfis de ambas as entidades, podem ser identificadas as possibilidades de melhorias. Cabe ao prestador de serviços um papel importante que, neste caso, é o de fornecer informações econômico-financeiras de qualidade, que atendam às necessidades dos clientes. Para isso, com a identificação das informações e dos serviços fornecidos, e também do levantamento das informações e serviços que os clientes gostariam de receber, pode-se perceber, claramente, os anseios dos consumidores, e, a partir daí, avaliar a possibilidade de satisfação destas necessidades.

De acordo com o Sebrae (2005), para empresas com 10 até 19 ocupações, a falta de conhecimentos gerenciais é uma forte razão para a paralisação das atividades. Sendo a função da Contabilidade a de fornecer informações úteis e oportunas para tomada de decisões, por meio da identificação da opinião dos ESCs, e também das MPEs, sobre a utilidade das informações contábeis para utilização na gestão das referidas empresas, será possível uma análise sobre uma contribuição das ESCs para gestão da MPE.

A necessidade de capacitar a gestão da MPE mostra-se presente diante da migração da massa operária das grandes companhias para a criação de pequenos empreendimentos, pois um dos motivos importantes que levam pessoas a montarem um pequeno negócio é a falta de emprego. Tais empreendimentos, assim como as demais empresas, necessitam estar capacitados não somente em termos operacionais, mas, também, em nível administrativo, de forma que se evitem as altas taxas de mortalidade, que voltarão a ser comentadas no Capítulo 2.

Entende-se, portanto, de grande relevância a identificação das principais características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESCs) e a Micro e Pequena Empresa (MPE), bem como a verificação de como as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas para a gestão das MPEs.

Para tanto, no próximo tópico será evidenciada a metodologia empregada na pesquisa desenvolvida.

1.6 Metodologia da pesquisa

Com o intuito de evidenciar a metodologia empregada para a realização da pesquisa apresentada neste estudo, será destacado como foi definida a amostra, quais os instrumentos utilizados e como os dados foram coletados e analisados.

O estabelecimento das regras que irão nortear a pesquisa é de extrema importância, de forma que garanta a validade dos resultados obtidos. Confirmando este raciocínio, Oliveira (2003, p. 35) afirma que o “método nada mais é que o caminho a ser percorrido para atingir o objetivo proposto”.

Para a realização deste estudo, recorreu-se a adoção da Pesquisa Descritiva que busca conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir e descreve o que ocorre na realidade, pois procurou-se identificar as características existentes na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESCs) e a Micro e Pequena Empresa (MPE), bem como verificar como as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas para a gestão das MPEs, sem a manipulação e controle de variáveis.

Esta pesquisa também pode ser considerada Pesquisa Exploratória, que, conforme Martins (1994, p. 34), “trata da abordagem adotada para a busca de maiores informações sobre determinado assunto. Possui um planejamento flexível, e é indicada quando se tem pouco conhecimento do assunto”.

Para viabilizar esta Pesquisa Exploratória, realizou-se uma **Pesquisa de Campo**, que, para Ruiz (1996, p. 50), “é uma forma de coleta que permite obtenção de dados sobre um fenômeno de interesse, da maneira como este ocorre na realidade estudada. Consiste, portanto, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes, diretamente na realidade, para ulteriores análises”.

A pesquisa de campo efetivada utilizou-se da realidade social como local de coleta de dados, ou seja, por meio da realização da pesquisa em MPEs, e também em ESCs, na cidade de Unaí – MG, em seus ambientes naturais e sem controle. Para apoio à pesquisa de campo foram realizadas pesquisas bibliográficas, por meio da utilização de documentos, tais como: livros, revistas, artigos, dissertações, Internet etc., para obtenção de conhecimento das informações teóricas já publicadas sobre o assunto, bem como para atender aos objetivos propostos.

1.6.1 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo constituiu-se na realização de entrevistas estruturadas, por meio da aplicação de questionários pelo próprio autor ao proprietário ou principal responsável pela Empresa de Serviços Contábeis e, também, ao proprietário ou principal responsável pela gestão das Micro e Pequenas Empresas.

Ressalta-se que foi realizado um pré-teste em uma MPE, em que foi observada a utilização de termos técnicos de difícil entendimento por parte dos entrevistados, o que foi alterado para a elaboração do questionário final utilizado na pesquisa. No pré-teste realizado em uma ESC, o entrevistado sugeriu a inclusão de alguns relatórios que não constavam do questionário, e que são fornecidos com frequência pelas ESCs.

Os objetos de pesquisa foram 37 Empresas de Serviços Contábeis cadastradas na Associação Profissional dos Contabilistas de Unaí – MG, localizadas na referida cidade, baseando-se no cadastro fornecido por esta instituição. Além destas, também foram objetos da pesquisa 50 Micro e Pequenas Empresas, também localizadas no município de Unaí – MG, clientes das ESCs supracitadas, escolhidas por amostragem intencional por conveniência. Oliveira (2003, p. 88) observa que nesta amostragem, “os itens são escolhidos por serem acessíveis, mais articulados ou mais fáceis de serem avaliados”.

A fim de garantir que para cada ESC fosse entrevistada ao menos uma MPE, procurou-se para realização da pesquisa 50 empresas no total, pois tal como ocorreu, considerava-se que algumas não pudessem ou não quisessem responder à pesquisa. Em função de algumas ESCs não terem concordado com a indicação de uma cliente sua – MPE para a realização da pesquisa, não há possibilidade de afirmar que foram pesquisadas MPEs clientes de todas as ESCs respondentes. Pelo fato de a amostragem adotada para pesquisa ser não-probabilística, ressalta-se que os resultados obtidos não podem ser generalizados para toda a população.

Para classificação das empresas em Micro ou Pequenas utilizou-se o critério estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 9.317/96 – Simples (BRASIL, 1996). Ressalta-se que a observância ao critério de faturamento anual, conforme citado, fez com que os questionários recebidos que não atendessem a este quesito fossem descartados.

Para a pesquisa de campo entre as MPEs foram distribuídos pelo autor questionários para 50 empresas, sendo que destas 42 responderam aos questionários, representando 84% do

total dos questionários distribuídos; porém, uma empresa não se enquadrou nos limites de faturamento supracitado, sendo, portanto, desconsiderada para a pesquisa. Já em relação às Empresas de Serviços Contábeis, foram distribuídos pelo autor questionários para todas as 37 empresas cadastradas na Associação Profissional dos Contabilistas de Unaí – MG, porém, apenas 33 responderam, representando 89,19% do total.

Por meio das questões elaboradas para as MPEs, que constam no **Apêndice A** deste trabalho, buscou-se identificar suas características principais, como o tempo de atuação no mercado, o ramo de atividade, o faturamento anual, a quantidade de sócios e funcionários de cada empresa, o grau de escolaridade dos sócios, a forma de tributação utilizada, bem como a forma de realização da Contabilidade, se interna ou terceirizada. Estas informações foram consideradas úteis para identificar o perfil e a estrutura destas empresas.

Ainda no questionário das MPEs, procurou-se identificar: quem administra a empresa; como é o fluxo de informações com a ESC; se o empresário considera que compensa registrar todas as movimentações da empresa; a opinião dos empresários em relação à organização das empresas de serviços contábeis, também sobre a utilidade das informações contábeis para gestão da MPE, e se os contabilistas estão preparados para auxiliar na gestão das referidas empresas.

Estas questões podem ser úteis, pois permitem a análise de algumas deficiências, tais como: um fluxo de informações inadequado, ou seja, realizado com prazos incompatíveis para fornecimento de informações à empresa; a opinião dos empresários quanto à utilidade das informações, e também, em relação ao fato de registrarem-se todas as movimentações da empresa para obtenção de informações. Obtiveram-se, também, respostas das MPEs sobre a organização das ESCs e o preparo dos contabilistas para auxiliarem os empresários na gestão das empresas.

Após esta etapa, foram pesquisados quais controles ou relatórios econômico-financeiros são utilizadas pelas MPEs em sua gestão, quem definiu seus conteúdos, como são elaborados, quais relatórios, informações e serviços são fornecidos pelas ESCs, quais outros relatórios as MPEs gostariam de receber e o motivo do não-recebimento destes relatórios no momento atual.

Para as questões supracitadas, objetivou-se, principalmente, identificar o motivo do não-fornecimento de informações úteis e oportunas para a gestão da MPE pelas ESCs, e

contribuir para a descoberta de soluções, e conseqüente eliminação desses motivos que prejudicam a prestação de serviços contábeis de qualidade.

Ao final, nas MPEs, buscou-se identificar se o custo dos honorários contábeis é considerado alto para as MPEs; a condição destas em interpretar e analisar os relatórios contábeis; a última data em que os empresários participaram de algum curso de aperfeiçoamento na área administrativa; a opinião destes sobre a utilização da assessoria de um contador na gestão da empresa; se um custo maior dos honorários contábeis pode ser compensado pela obtenção de melhores informações, e quanto os empresários pagariam a mais em relação ao valor atual, para obtenção de serviços de melhor qualidade.

Com base nestas últimas questões, objetivou-se identificar a opinião dos empresários em relação ao custo dos honorários, de forma que se analisasse a possibilidade de haver uma valorização dos honorários contábeis para fornecimento de serviços de melhor qualidade. A condição dos empresários de interpretar os relatórios é importante, pois, se estes não entenderem os relatórios, a interpretação e análise ficam comprometidas.

No que diz respeito às questões elaboradas para as ESCs, que constam no **Apêndice B** deste trabalho, buscou-se identificar suas características principais, tais como: o tempo de atuação no mercado; o ramo de especialidade; o faturamento anual; a quantidade de sócios de cada empresa; a quantidade de funcionários; o grau de escolaridade dos sócios; a representatividade dos Contadores e Técnicos em Contabilidade sócios das empresas; o número de clientes que possuem e a forma de tributação dos clientes Micro e Pequenas Empresas. Objetivou-se, com estas questões, identificar o perfil e a estrutura das ESCs, para avaliar a possibilidade do fornecimento de serviços de melhor qualidade, além de identificar o número de Micro e Pequenas Empresas clientes e suas formas de tributação.

Prosseguindo a exposição dos objetivos das questões realizadas para pesquisa nas ESCs, buscou-se identificar: se as empresas fornecem na íntegra todas as informações para elaboração dos registros contábeis; como é o fluxo de informações; se existe dificuldade na obtenção de informações e documentos para registro contábil; se os empresários contábeis consideram úteis as informações por eles fornecidas para gestão da MPE; se o registro total de todas as movimentações da MPE pode ser compensado pelo fornecimento de informações fidedignas, que reflitam a realidade da empresa, qual a última data em que os empresários contábeis participaram de algum curso de aperfeiçoamento, e como é a organização das empresas em relação aos documentos e às informações necessárias para o registro contábil.

Objetivou-se com a pesquisa identificar os motivos do não-fornecimento de informações relevantes, sendo de extrema importância o fato de as empresas fornecerem ou não todas as informações para registro, para garantir a qualidade e o fluxo das informações, que deve ser realizado em tempo hábil, para a utilização destas informações de maneira sempre atualizada.

Buscou-se, também, saber a opinião dos empresários contábeis sobre a utilidade das informações contábeis para a gestão da MPE, e averiguar a última data em que participaram de algum curso de aperfeiçoamento, pois para a prestação de serviços de qualidade, impõe-se a necessidade de profissionais qualificados e atualizados. A organização das MPEs também é importante para garantir de que, por meio das informações e dos documentos enviados, os registros demonstrem realmente a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Por fim, em relação às questões elaboradas para as ESCs, buscou-se identificar: quais relatórios, informações e serviços são fornecidos para MPEs; a margem de lucro dos referidos serviços; quais outros relatórios, informações e serviços os empresários consideram que deveriam ser fornecidos às MPEs; o motivo do não-fornecimento atual; a opinião sobre a utilização pela MPE de assessoria de um Contador na gestão da empresa; quanto as ESCs cobriam a mais por melhores serviços, e se as ESCs consideram-se preparadas, em termos de conhecimentos e sistemas para o fornecimento de informações de qualidade. Objetivou-se, portanto, identificar os relatórios fornecidos atualmente, os relatórios mais indicados que as ESCs gostariam de fornecer para a MPE, o preparo das ESCs para fornecimento destes relatórios e serviços e quanto cobriam a mais.

No próximo tópico, será evidenciada a estrutura deste trabalho.

1.7 Estrutura do trabalho

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, visando a atingir os objetivos propostos:

Capítulo 1 – Introdução – Apresenta o tema, a caracterização do problema, os objetivos, as hipóteses, as justificativas, as técnicas utilizadas para realização da pesquisa, os critérios para escolha da amostra e a forma de realização da pesquisa;

Capítulo 2 – Micro e Pequena Empresa (MPE) – Caracteriza a Micro e Pequena Empresa, expondo conceitos, classificações, suas particularidades e fundamentos legais para escrituração contábil, bem como as legislações comercial e tributária relacionadas;

Capítulo 3 – A Contabilidade e a MPE no Brasil – Trata da Contabilidade, suas definições, objetivos, funções, bem como das Empresas de Serviços Contábeis (ESC), suas definições, classificações, atribuições e forma de atuação perante a MPE no Brasil;

Capítulo 4 – Descrição e Análise dos Resultados da Pesquisa – Evidencia a descrição e análise dos resultados da pesquisa;

Capítulo 5 – Considerações Finais – Serão expostas as considerações finais sobre o assunto, de forma que se evidencie o atendimento aos objetivos propostos e a corroboração ou não das hipóteses levantadas;

Referências – Serão descritos os detalhamentos das obras citadas no desenvolvimento do trabalho.

2 MICRO E PEQUENA EMPRESA (MPE)

Este capítulo tem a finalidade de situar o leitor quanto à representatividade das MPEs, algumas características existentes nestas, expondo alguns conceitos, classificações de órgãos e entidades diversas, suas características e particularidades.

Em relação à representatividade das MPEs, segundo o Sebrae (2005), o total de empresas formais em atividade no Brasil, em 2002, alcançava 4,92 milhões de unidades, nos setores da indústria, comércio e serviços, sendo que as microempresas representavam 93,6 % do total, e o setor de comércio abrange 95,4% das empresas desse porte. O conjunto das MPEs, ainda nesse ano, alcançava 99,2 % do total, enquanto 0,3 % das empresas eram de grande porte (empregando mais de 500 pessoas na indústria ou mais de 100 pessoas nos setores do comércio e serviços).

Para complementar as informações supracitadas, a Tabela 1, a seguir, apresenta o número de empresas formais no Brasil em 2002:

Tabela 1 – Número de empresas formais no Brasil em 2002– porte e setor de atividade

	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
Análise	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	439.013	90,7	37.227	7,7	6.548	1,4	1.430	0,3	484.218	100,0
Construção	116.287	91,9	8.282	6,5	1.694	1,3	221	0,2	126.484	100,0
Comércio	2.337.889	95,4	105.891	4,3	4.862	0,2	2.846	0,1	2.451.488	100,0
Serviços	1.712.418	92,3	122.609	6,6	10.548	0,6	10.605	0,6	1.856.180	100,0
TOTAL	4.605.607	93,6	274.009	5,6	23.652	0,5	15.102	0,3	4.918.370	100,0

Fonte: Sebrae (2005).

Observa-se que 93,6% do total das empresas brasileiras são microempresas, e 5,6% são de pequeno porte, enquanto as médias e grandes empresas representam apenas 0,8% do total das empresas. Não somente no que se refere ao número de empresas, as micro e pequenas também têm um papel importante na renda e no número de pessoas empregadas, tal como já citado na Introdução deste trabalho. No contexto internacional, essas empresas também apresentam-se representativas. O que pode ser observado na seguinte afirmação: “[...] as pequenas empresas constituem o motor da inovação e da criação de emprego na Europa” (UNIÃO EUROPÉIA – UE, 2005).

Tanto em nível internacional quanto nacional, as MPEs possuem uma grande capacidade de geração de empregos, que pode ser comprovada na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Número de pessoas ocupadas nas empresas formais, por porte e setor de atividade (2002)

	Micro		Pequena		Média		Grande		Total	
Norte	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	1.571.608	23,7	1.471.254	22,2	1.322.673	20,0	2.256.721	34,1	6.622.256	100,0
Construção	356.660	27,3	339.777	26,0	327.135	25,0	284.005	21,7	1.307.577	100,0
Comércio	4.664.545	58,9	1.772.233	22,4	327.443	4,1	1.161.426	14,7	7.925.647	100,0
Serviços	3.374.388	28,8	2.206.611	18,8	722.852	6,2	5.402.593	46,2	11.706.444	100,0
TOTAL	9.967.201	36,2	5.789.875	21,0	2.700.103	9,8	9.104.745	33,0	27.561.924	100,0

Fonte: Sebrae (2005).

Analisando-se a Tabela 2, pode-se observar que 57,2% do total dos assalariados no Brasil estão empregados nas MPEs, enquanto as médias e grandes empresas empregam os 42,8% restantes; o que justifica que as primeiras empresas têm um papel importante na renda e no número de pessoas empregadas. Observa-se, também, que o setor que mais emprega nas microempresas é o comércio, que ocupa 58,9% dos empregos nesse setor, ficando em segundo lugar o segmento de serviços, com 28,8% do total setorial. Justifica-se, então, a necessidade de melhorias em seus processos de gestão, visando a garantir a continuidade dessas entidades.

Ao analisar o universo e a representatividade da MPE para a economia brasileira, pode-se perceber a grande importância atual, bem como a grande necessidade de ações que forneçam capacidade de sobrevivência para estas, pois, de acordo com o Sebrae (2005),

[...] respondem por 20% do PIB; empregam 45% da força de trabalho que possui carteira assinada. Esse é o mundo legalizado. Juntem-se a ele 9,5 milhões de empresas informais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; ou 14,5 milhões, de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos – Dieese. E não estão incluídas aí as quatro milhões de pequenas propriedades rurais de agricultura familiar. – Qualquer que seja a estatística adotada, os números são marcantes. Significa dizer que a maioria dos 70 milhões de brasileiros que constituem a População Economicamente Ativa (PEA) trabalha ou tem algum vínculo com as MPEs.

Além da importância da MPE para o Brasil, no cenário internacional, a União Européia – UE (2005), por exemplo, reconheceu a importância das pequenas e recomendou

que os governos concentrassem seus esforços estratégicos em linhas de ação, e que revejam a importância fundamental para o ambiente no qual operam as MPes.

Tratando-se da importância dessas empresas para a economia norte-americana, conforme a Small Business Administration (SBA, 2005), verifica-se que as pequenas empresas representam 99,7% de todas as empresas do país, empregam metade dos empregados no setor privado, pagam 44,3% dos salários totais do país e foram responsáveis por 60 a 80% dos novos empregos na última década.

Em função da representatividade das MPes, observa-se a necessidade de que estas se mantenham em operação, e também que ocorra a diminuição da taxa de mortalidade, pois, conforme o Sebrae-SP (2001, p. 22),

entre 1990 e 2000, foram abertas, na Junta Comercial de São Paulo, cerca de 1,5 milhão de empresas. Desse total, cerca de 1 milhão de empresas encerraram suas atividades no mesmo período. A taxa de mortalidade das empresas paulistas chega a 32% no primeiro ano, 56% em 3 anos e 71% em 5 anos de atividade.

Mesmo com as melhorias e os avanços já obtidos, a taxa de mortalidade destas empresas ainda continua elevada, e segundo o Sebrae (2005),

a taxa de mortalidade empresarial no Brasil, apurada para as empresas constituídas e registradas nas juntas comerciais dos Estados nos anos de 2000, 2001 e 2002, revela que 49,4% encerraram as atividades com até 02 (dois) anos de existência, 56,4% com até 03 (três) anos e 59,9% não sobrevivem além dos 04 (quatro) anos.

Conforme supracitado, ressalta-se, portanto, a alta taxa de mortalidade das MPes brasileiras. A Tabela 3, a seguir, apresenta as apurações da referida taxa para as diversas regiões do País, evidenciando valores elevados, variando de 46,7% a 62,7%, segundo o ano de constituição da empresa.

Tabela 3 – Taxa de mortalidade (%) por região e Brasil (2000-2002)

Ano de Constituição	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Brasil
2002	48,9	52,9	46,7	47,5	49,4	49,4
2001	56,7	60,1	53,4	51,6	54,6	56,4
2000	61,1	58,9	62,7	53,4	53,9	59,9

Fonte: Sebrae (2005).

A Região Sul apresenta o maior percentual para as empresas com até dois e três anos de constituição e a Região Nordeste para as empresas com até quatro anos. Ao analisar as causas da mortalidade destas empresas, o Sebrae-SP (2001) ressalta que não existe um único fator responsável, mas destaca, principalmente: a falta de planejamento prévio adequado; a falta de dedicação exclusiva do proprietário à condução da empresa; o descuido com a gestão do negócio, principalmente em relação ao fluxo de caixa; a conjuntura econômica e fatores extra-econômicos, tais como problemas pessoais etc. Neste trabalho, o foco estará voltado para a questão da falta de planejamento e o descuido com o gerenciamento do negócio.

Ainda em relação às razões do fechamento da empresa, o Sebrae (2005) ressalta que a falta de capital de giro é um grande problema nas MPEs, o que indica que existe desequilíbrio nas entradas e saídas de recursos na empresa. Outro problema grave, destacado por esta entidade, é o da escassez de clientes e a recessão econômica e, muitas vezes, a falta de conhecimentos gerenciais por parte dos empresários. Em relação, também, à taxa de mortalidade, nos Estados Unidos, conforme SBA (2005), estima-se que, em 2003, por exemplo, foram abertas 572.900 empresas e 554.800 encerradas. Na Tabela 4, a seguir, pode-se observar a evolução das empresas abertas e encerradas nos Estados Unidos entre 1995 e 2003:

Tabela 4 – Aberturas e encerramentos de empresas nos Estados Unidos (1995-2003)

Categoria	1995	2000	2001	2002	2003
Novas Empresas	594,369	574,300	581,140	589,700	572,900
Empresas Fechadas	497,246	542,831	553,291	569,000	554,800
Falências	51,959	35,472	40,099	38,500	35,037

Fonte: Adaptada de SBA (2005)

Entre os fatores causadores da mortalidade das MPEs no Brasil, apresentou-se a questão de problemas no gerenciamento do negócio. Nesse sentido, referindo-se às possíveis utilidades e importância da Contabilidade para estas Empresas, o SBA (2005) ressalta que a Contabilidade é fundamental na gestão do negócio, com o objetivo de obter melhores resultados. Ainda segundo o SBA (2005), além de necessitar fazer declarações de tributos, solicitações de captação de recursos e avaliação dos ativos e passivos, para que a empresa possa verificar a situação real de seu negócio e em que direção seguirá, visando a gerenciar de maneira eficiente e conseguir aumentar seus lucros, é relevante que mantenha seus registros contábeis de maneira adequada.

A seguir, serão destacados o conceito básico e a classificação de MPE considerados neste trabalho.

2.1 Conceito e classificação de micro e pequena empresa (MPE)

Apresenta-se, a seguir, o conceito de empresa, suas principais características e algumas classificações adotadas para Micro e Pequena Empresa. Conforme Teixeira (2000, p. 21), “a conceituação e definição de empresa caracteriza-se pela sua produção, comercialização e oferta de bens e serviços, com finalidade de remuneração excedente ao capital investido pelos proprietários”.

Para obter um melhor resultado, verifica-se a necessidade de haver um controle e avaliação da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, a fim de que o administrador tome as decisões mais pertinentes. Para Chiavenato (1995, p. 03), “uma empresa é um conjunto de pessoas que trabalham juntas, no sentido de alcançar objetivos por meio da gestão de recursos humanos, materiais e financeiros”.

Diante da necessidade de uma boa gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, entende-se que a função da Contabilidade deve ser atendida em sua plenitude, por meio da geração de informações realmente úteis e oportunas, de forma que contribua para os gestores das empresas em suas tomadas de decisões.

Santana (1993, p. 27), por sua vez, define empresa como: “um conjunto de pessoas que harmonizam capital e trabalho, na procura de lucros, a serviço próprio e da comunidade em que está inserida”. Esta procura de lucros acarreta benefícios para a sociedade, como o fornecimento de empregos para trabalhadores, a geração e recolhimento de tributos a serem usados em benefício da sociedade. Daí, a necessidade de sobrevivência das empresas, em especial das MPEs, pois estas representam uma parcela significativa da geração de empregos no país, como já comentado.

No que diz respeito à MPE, há diversas formas para se classificá-la, tal como comenta Boaventura (2003, p. 34), “objeto social, faturamento, número de empregados, entre outros, são padrões adotados em conformidade com os objetivos e finalidades de cada instituição e/ou legislação”.

Entre as possíveis classificações para MPE apresenta-se a do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841/99 (BRASIL, 1999)), cujos limites foram atualizados pelo Decreto 5.028, de 31 de março de 2004 (BRASIL, 2004), em que se estabelece o conceito formal de micro e pequena empresa:

- Microempresa: é a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);
- Empresa de pequeno porte: a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos) e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais).

Outra classificação adotada é a da Legislação Federal – Simples (Lei 9.317/96 (BRASIL, 1996)). Cabe destacar que o Simples constitui-se em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidos e progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta. Pelo Simples, adotado pela Secretaria da Receita Federal – SRF (2005), consideram-se os valores de faturamento anual para classificação da microempresa e da empresa de pequeno porte, conforme a seguir:

- Microempresa (ME) a pessoa jurídica que tiver auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00;
- Empresa de pequeno porte (EPP) aquela que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00.

A classificação do porte de empresa adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e aplicável à indústria, comércio e serviços, conforme a Carta Circular nº 64/02, de 14 de outubro de 2002 (BRASIL, 2002), é semelhante à do Simples, no que diz respeito à determinação da receita operacional bruta anual, mas os valores são distintos, tal como se pode observar, no conteúdo desta Carta Circular nº 64/02:

- **Microempresas:** receita operacional bruta anual ou anualizada até R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil reais).
- **Pequenas Empresas:** receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil reais).

Segundo a classificação de porte das empresas adotada pelo Sebrae, conforme pode ser observado no Quadro 1, constituem-se MPes os estabelecimentos formais, atuantes nos

grandes setores de atividade econômica (indústria, comércio, serviços e agropecuária), empregadores, com até 99 empregados.

ME (Microempresa)	na indústria até 19 empregados; e no comércio/serviço até 09 empregados.
PE (Pequena Empresa)	na indústria de 20 a 99 empregados; e no comércio/serviço de 10 a 49 empregados.

Quadro 1 – Classificação do Sebrae nacional para MPEs

Fonte: Sebrae (2005).

Como a pesquisa de campo deste trabalho foi realizada na cidade de Unai – MG, cabe comentar sobre a legislação local. A legislação estadual de Minas Gerais também determina critérios para classificação das empresas em micro ou pequenas, em que adota o critério da receita bruta para classificação, e conseqüente adoção do regime Simples Minas. Conforme o artigo 4º da Lei nº 15.219, de 7 de julho de 2004, tem-se a seguinte classificação da MPE, pela legislação do Simples Minas do Estado de Minas Gerais:

- Microempresa (ME) a pessoa jurídica que tiver auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 244.900,00;
 - Empresa de pequeno porte (EPP) aquela que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 244.900,00 e igual ou inferior a R\$ 1.959.900,00.
- (MINAS GERAIS, 2004)

No que diz respeito à forma considerada em nível internacional, uma pesquisa realizada pelo IBGE (2003) forneceu o critério dos países do Mercosul para classificação das MPEs, com base no valor da receita para fins creditícios, ou seja, para fins de concessão de crédito, conforme mostra o Quadro 2, a seguir:

Microempresas	Até 400 mil dólares
Empresas de Pequeno Porte	De 400 mil dólares a 3,5 milhões de dólares

Quadro 2 – Classificação de MPE adotada nos países do Mercosul

Fonte: IBGE (2003: 17).

Por sua vez, a União Européia – EU (2005) considera que para uma empresa ser reconhecida como MPE tem de cumprir os limiares, em matéria de número de trabalhadores, tal como foi visto na classificação do Sebrae (2005). Devem, também, ser cumpridos os limiares ou do balanço total ou do volume de negócios. Esta classificação, conforme a União Européia – UE (2005), é a seguinte:

Empresas	Micro	Pequenas	Médias
Quantidade de Empregados	Menos de 10	Entre 10 e 49	Entre 50 e 249
Volume de Negócios (em euros)	2 milhões	10 milhões	50 milhões
Balanco Total (em euros)	10 milhões	10 milhões	43 milhões

Quadro 3 – Classificação da União Européia para empresas

Fonte: Adaptado de União Européia – UE (2005).

Em relação à classificação das pequenas empresas para os Estados Unidos da América, o SBA (2005) considera que estas empresas operam independentemente, e que a regra que define o porte está baseada no número de empregados no último ano ou no volume médio de vendas dos últimos três anos.

Diante dos vários critérios utilizados para classificação das MPEs, para atender aos objetivos propostos neste trabalho, optou-se por adotar a classificação supracitada estabelecida pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 9.317/96 – Simples (BRASIL, 1996), pois é a mais conhecida pelos empresários e, também, pelas Empresas de Serviços Contábeis (ESC).

Após terem sido observadas as classificações da MPE e a classificação adotada neste trabalho, a seguir serão descritos alguns itens sobre a exigência e dispensa legal para escrituração contábil.

2.2 Exigência e dispensa legal para escrituração contábil

A escrituração contábil é uma exigência legal para as MPEs. O Novo Código Civil instituído por meio da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, revogou o artigo 10 do Código Comercial Brasileiro de 1850, criado pela Lei Ordinária nº 556 de 25 de junho de 1850, que tratava da escrituração contábil pelos comerciantes.

De acordo com o Novo Código Civil, a Lei nº 10.406/02 diz:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Art. 1.182. Sem prejuízo do disposto no art. 1.174, a escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houver na localidade.

(BRASIL, 2002)

Segundo essa lei, em seu artigo 1.179, a obrigação de fazer a escrituração comercial é do comerciante, e cabe ressaltar que, conforme seu artigo 1.182, a escrituração ficará sob a responsabilidade de Contabilista legalmente habilitado; evidenciando, portanto, a importância do contabilista na elaboração dos demonstrativos.

Em relação à dispensa da escrituração contábil, lê-se, também, no Novo Código Civil, Lei nº 10.406/02, em seu artigo 970, que “a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes” (BRASIL, 2002).

Confirmando o disposto no Novo Código Civil, Lei nº 10.406/02, por meio da Legislação do Simples lê-se:

A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhe sejam pertinentes: o Livro Caixa, o Livro de Registro de Inventário, todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração desses livros, entretanto não ficam dispensadas das obrigações acessórias previstas nas legislações previdenciária e trabalhista. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF (2005)

Ressalta-se que, para empresas não enquadradas no artigo 970 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/02, que assegura tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, estas são obrigadas a registrar suas atividades em um sistema contábil, mecanizado ou não, fundamentado na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, bem como levantar anualmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados (BRASIL, 2002).

Considerando a necessidade de normatizar as formalidades da escrituração contábil, por meio de sugestões recebidas das Entidades de Classe, Faculdades, Conselhos Regionais de Contabilidade e Contabilistas do País, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2005) apresenta a Resolução CFC nº 563/83 aprovando a NBC T 2.1 em que diz que “a Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico”. Ressalta-se que esta exigência independe do porte, tipo ou classificação das empresas.

Após terem sido vistos os conceitos de empresa, as classificações das MPEs adotadas por diferentes órgãos nacionais e internacionais, bem como a exigência e dispensa legal para

escrituração no Brasil, serão tratados no próximo capítulo: a Contabilidade, seus órgãos normatizadores e a Micro e Pequena Empresa no Brasil. Serão, também, estabelecidas as principais finalidades e funções da Contabilidade e a relação das Empresas de Serviços Contábeis (ESC) com a MPE.

3 A CONTABILIDADE E A MPE NO BRASIL

Por meio da prestação de serviços, há um grande vínculo entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e a Micro e Pequena Empresa (MPE). Neste capítulo o tema a ser tratado será: a Contabilidade, suas finalidades e funções, seus órgãos normatizadores, bem como a relação das Empresas de Serviços Contábeis (ESC) com a MPE.

3.1 A utilidade da informação contábil

A Contabilidade é uma ciência cujo objetivo é atender às necessidades informacionais de seus usuários internos e externos para o processo de tomada de decisão destes. No contexto deste trabalho, as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) devem atender às necessidades de informações para o suporte à gestão das MPEs.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 42), “a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Analisando-se a afirmação supracitada, conclui-se que, por meio de informações estruturadas, pode-se controlar o patrimônio, apurar o resultado e prestar informações sobre o a situação econômica da empresa. Horngren, Foster e Datar (2000, p. 2), por sua vez, identificam que a Contabilidade, para atender às necessidades dos seus usuários externos e internos, divide-se em duas, a saber:

- a) Contabilidade Financeira: que é aquela que se concentra nos demonstrativos contábeis dirigidos ao público externo e que são guiados pelos princípios contábeis; e
- b) Contabilidade Gerencial: que é aquela que estuda a identificação, a mensuração e a interpretação do valor econômico da empresa e relata informações financeiras, bem como outros tipos de informações que ajudam os gestores a atingir as metas da organização, porém sem necessariamente seguir os preceitos dos princípios contábeis.

Neste trabalho, estará sendo focada a Contabilidade Financeira, por ser esta a Contabilidade elaborada, e possível de ser fornecida pelas ESCs a seus clientes, as MPEs, ressaltando-se que estas empresas, em sua grande maioria, utilizam serviços contábeis

terceirizados. No desenvolvimento do trabalho será destacada, também, a necessidade de as MPEs receberem informações de nível gerencial, além das societárias e fiscais, já comentadas.

Iudícibus e Marion (2002, p. 63) ressaltam que “a informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo e esse custo deve ser sempre comparado com os benefícios esperados da informação”. Para obterem-se os benefícios gerados a partir da informação contábil, é necessário que esta seja de qualidade, e para isto, deve possuir algumas características, tais como: a obediência aos postulados, aos princípios e às convenções contábeis, pois, para se ter uma avaliação correta e consciente, é fundamental a presença de uma informação contábil precisa.

Ressalta-se, porém, que a Contabilidade ao obedecer aos postulados, aos princípios e às convenções contábeis, apresenta algumas fragilidades para utilização na gestão das empresas, tal como o registro pelo valor histórico. Junte-se a isso o fato de a Contabilidade da MPE, normalmente, não refletir a realidade. Tem-se, portanto, uma situação em que a utilização destas informações elaboradas com base na Contabilidade Societária e Fiscal torna-se inapta para utilização na gestão das empresas.

Apesar desta situação, Iudícibus e Marion (2002, p. 64) afirmam que “uma das formas de avaliar a qualidade da informação contábil e, portanto, sua utilidade (benefício), quando comparada ao custo, é analisar algumas qualidades ou características que deve possuir, tais como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade”.

Ainda para estes autores, a compreensibilidade consiste no fato de a informação contábil ser apresentada de forma completa e compreensível contemplando os aspectos da operação que afetam o patrimônio. A relevância é observada como uma das mais importantes características da informação, que é o resultado de uma filtragem dos dados, a considerar os mais importantes ou de maior utilidade, num certo momento em que os usuários precisam tomar as decisões avaliando eventos passados, no presente, para projetar, da forma mais precisa possível, o futuro. A confiabilidade é o fator que transmite a segurança.

Na Contabilidade aplicada cientificamente, a informação produz fielmente os resultados das análises dos dados, porém avalia a conveniência e a necessidade de uma apropriação nas demonstrações. A comparabilidade na informação contábil é um suporte que possibilita comparações contábeis alcançadas nos exercícios, facilitando a identificação de tendências para situações patrimoniais, econômicas, financeiras e de desempenho, bem

estabelece um paralelo quanto às mudanças de entidade para entidade, portanto, são características fundamentais para a informação contábil, pois as empresas têm a necessidade de informações fáceis de serem entendidas, importantes para a tomada de decisão, confiáveis, através de relatórios que demonstrem realmente as movimentações da empresa e que também permitam comparabilidade ao longo do tempo.

A tomada de decisão é o momento em que se escolhe uma opção tanto na empresa quanto na vida pessoal. Iudícibus e Marion (2002) afirmam que a decisão é uma escolha que deve ser pensada e que, também, deve obedecer a critérios racionais, pois sua efetivação influenciará no resultado de todo um processo.

Numa empresa, a tomada de decisão cabe aos administradores e estes devem utilizar-se de informações adequadas que darão base às decisões que culminarão no sucesso do negócio. Nesse contexto, a Contabilidade apresenta-se como um instrumento para auxílio à administração, que precisa atuar na aplicação dos recursos, muitas vezes escassos, com a máxima eficiência, baseando-se nos relatórios fornecidos pela Contabilidade, daí a sua relevância. Ressaltando esta importância, Iudícibus e Marion (2002, p. 42) afirmam que:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. A contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para a tomada de decisões.

As tomadas de decisões adequadas contribuem para um melhor resultado econômico, sendo este de total interesse dos empresários, ou melhor, de todos os usuários, inclusive externos, interessados em investir ou ter uma relação de negócios com a entidade. Decisões importantes para uma entidade são relacionadas a custos, investimentos e lucratividade. Portanto, a Contabilidade pode fornecer estas informações e, também, mensurar o desempenho econômico-financeiro da entidade.

Conforme Iudícibus e Marion (2002, p. 43), “a tarefa básica do Contador é produzir e/ou gerenciar informações úteis e oportunas aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões”. Destaca-se também a função da Contabilidade que, conforme Iudícibus (2000, p. 21), “sua finalidade é prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que

os ajudarão a tomar decisões [...] e o objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas”.

Obedecendo ao foco deste estudo que envolve a gestão das MPEs, observa-se uma particularidade da Contabilidade no Brasil para alguns segmentos da economia e, principalmente para as MPEs, onde tem a característica de atender principalmente às exigências do fisco, perdendo, portanto, seu potencial para auxílio na gestão das empresas.

Ressalta-se a importância da manutenção de registros contábeis corretos e atualizados, para a empresa buscar linhas de créditos, conforme relata a revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* – PEGN:

[...] um dos problemas é que os empresários costumam misturar a vida financeira da empresa com sua vida pessoal. Especialmente nas empresas menores. Não se sabe exatamente onde termina a pessoa física e onde começa a pessoa jurídica. A maioria das empresas também não dispõe de informações transparentes e confiáveis sobre sua própria contabilidade. Muitas vezes, balanços não confiáveis decorrem da preocupação em fugir de uma carga tributária excessiva – outra fonte de angústia para qualquer empreendedor do país. Nem tudo é declarado ou inteiramente declarado. Se isso às vezes funciona para pagar menos imposto, pode ter o efeito contrário na hora de obter crédito. E impedir um bom negócio de crescer. Sem informações precisas, os bancos têm dificuldade em realizar a análise de risco de uma operação de crédito. Desse modo, pressupõem que o risco daquele cliente é maior e cobram mais caro pelo empréstimo. (FALTA..., 2005)

Sem dúvida a informação contábil tem um papel importante para que as empresas possam demonstrar sua situação financeira, inclusive para obtenção de créditos, porém, sobre esta questão da utilização das informações da Contabilidade na gestão pela MPE, verificam-se alguns impedimentos, tal como indica Kassai (2004, p. 31), de que “[...] os relatórios contábeis apresentados por uma micro e pequena empresa pudessem não espelhar a sua realidade”.

Para utilização dessas informações na tomada de decisão das MPEs, há claramente a necessidade de uma evolução da Contabilidade, pois segundo Kassai (2004, p. 32), “não obstante a essa fragilidade dos números apresentados nos relatórios contábeis, quando esses existem, [...] pois mesmo os relatórios contábeis elaborados dentro dos princípios éticos, e também de acordo com as normais contábeis e societárias, podem não expressar a realidade dos negócios”.

Nesse sentido, e de forma que se solucione a questão de as informações contábeis não refletirem a realidade da empresa, bem como a da fragilidade das informações elaboradas com base nos princípios contábeis, dispõe-se de um novo método, denominado Balanço Perguntado, que, conforme Kassai (2004, p. 31), “trata-se de uma metodologia para o levantamento das informações por meio de um questionário previamente elaborado e que permite diagnosticar a situação econômica e financeira de uma determinada empresa, servindo também como instrumento de planejamento empresarial”.

Segundo este novo método, que pode ser aplicado na gestão das MPEs, Kassai (2004, p. 32) destaca que:

o balanço inventariado, outra atribuição que pode ser dada ao balanço perguntado, pelo fato de ser levantado diretamente das transações e do testemunho do dono da empresa, permite que sejam adotados critérios simples e objetivos, e os mais próximos possíveis da realidade econômica da empresa. Rompe-se a rigidez dos princípios fundamentais de contabilidade, usa-se preço de reposição, por exemplo, e, certamente, o respondente estará obrigado a pensar “para a frente”, visualizando o futuro e uma estrutura ideal para seus negócios.

É um processo de planejamento empresarial e tanto o respondente quanto o questionador estão fortemente envolvidos na elaboração desse diagnóstico empresarial. O balanço perguntado, portanto, é um método que pode ser utilizado para a elaboração de relatórios contábeis, por meio de um questionário previamente elaborado, visando análises econômicas e financeiras.

Sobre a metodologia proposta para o Balanço Perguntado, Kassai (2004, p. 32) comenta que “resume-se na elaboração de questões que possibilitem, entre outras, nas análises de retorno de investimento da empresa, aqui considerado como um estágio intermediário do processo de análises de balanço”.

Destaca-se, também, que o modelo proposto distingue o processo de análises de balanços, aplicável à realidade brasileira, em três estágios: inicial, intermediário e avançado.

No *estágio inicial*, abordam-se as técnicas tradicionais de análises percentuais (horizontal, vertical e ponderada) e por meio de indicadores ou quocientes de análises de balanço (liquidez, endividamento, estrutura, rentabilidade, etc.).

No *estágio intermediário*, [...] identifica a capacidade de gerar riqueza do empreendimento, entendida neste trabalho como análises de retorno de investimento. Trata-se, basicamente, de identificar a genuína taxa de retorno operacional da empresa e confrontá-la com o seu custo de capital. (KASSAI, 2004, p. 32, grifo do autor)

Em relação ao estágio avançado, Kassai (2004, p. 33, grifo do autor) afirma que:

o *estágio avançado*, de análise de balanço, é considerado, aqui, como um sistema estruturado e que, por si só, emite uma opinião final sobre a situação analisada. Geralmente, utilizam-se recursos de cálculos matemáticos e estatísticos e, primordialmente, de processamento eletrônico de dados (análises discriminantes, redes neurais, análises por envoltória de dados – DEA etc.).

Portanto, por meio da elaboração de questões que possibilitem, entre outras, as análises de retorno de investimento da empresa, dispõe-se de condições de levantar a situação econômico-financeira da empresa.

Em relação ao conteúdo dos questionários, Kassai (2004) ressalta que algumas instituições de créditos para pequenas empresas e órgãos ligados ao Sebrae destacam alguns itens sob a forma de um Balanço Perguntado, tais como: informações relacionadas aos dados cadastrais, aos dados econômicos e financeiros, ao quadro das dívidas da empresa/sócio e perspectivas do negócio a médio e longo prazo.

Com a averiguação da honestidade das informações obtidas por meio desta nova metodologia, tem-se a possibilidade de obter os resultados da situação econômico-financeira da empresa, que reflitam o máximo possível sua realidade; e com isso, as informações serão aptas e úteis ao planejamento e à tomada de decisões pela MPE.

Diante da importância e influência da tomada de decisão no resultado das empresas, ressalta-se a necessidade de aprimoramento e profissionalização, especificamente para as MPEs, contribuindo, assim, para a obtenção de melhores resultados e, conseqüentemente, para a continuidade destas empresas.

Como este estudo trata da relação profissional entre as ESCs e as MPEs, na seqüência, será observado o conceito de serviço e as principais características das ESCs.

3.2 O conceito de serviço

É importante esclarecer o conceito de serviço para facilitar a caracterização das Empresas de Serviços Contábeis (ESC). Destaca-se o conceito de Kotler (1998, p. 412), que ressalta que “serviço é qualquer ato ou desempenho que uma parte possa oferecer a outra e

que seja essencialmente intangível e não resulte na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico”.

Conforme Lyra (2003, p. 21), “serviço é um conjunto de ações e interações que, sem necessariamente assumir a forma de um bem tangível, deve satisfazer as necessidades do cliente. O cliente é visto como o elemento principal desta relação, pois são as suas necessidades que devem ser satisfeitas”. Sendo os clientes os elementos principais da relação, neste trabalho representados pelas MPEs, estes portanto clientes das ESCs, devem ser atendidos de forma satisfatória, por meio da prestação de serviços de qualidade.

Kotler (1998) identificou quatro características dos serviços:

- a) intangibilidade – A intangibilidade identificada refere-se ao aspecto da não-possibilidade de experimentar-se o serviço antes da execução, e está associada a algo não palpável;
- b) inseparabilidade – Os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente. Durante a produção do serviço, existem ações e interações entre o prestador do serviço e o consumidor (cliente), ou seja, antes mesmo da entrega final dos resultados ou do término do serviço, existe uma interação entre a ESC e a MPE cliente, por meio do fornecimento de informações e documentos parciais;
- c) variabilidade – Os serviços são altamente variáveis, pois dependem de quem os executa e de onde são prestados; e
- d) perecibilidade – Os serviços não podem ser estocados, portanto devem ser executados de forma ágil, para atender à necessidade do cliente, pois não há como antecipar sua realização.

Entende-se como necessário que as ESCs tenham conhecimento destas características para estarem preparadas, com o intuito de fornecerem serviços de qualidade, pois como visto, não se pode experimentar o serviço antes da execução. Portanto, há a necessidade de a execução ser realizada por pessoa qualificada.

Relacionando, também, às características dos serviços, Normann (1993) ratificou o entendimento de Kotler, identificando outras propriedades particulares:

- a) a produção e o consumo geralmente coincidem;
- b) o serviço não pode ser revendido;

- c) normalmente, o serviço não pode ser demonstrado com eficácia, pois ele não existe antes da compra;
- d) geralmente, a posse não é transferida;
- e) produção, consumo e, freqüentemente, as vendas, são feitos no mesmo local;
- f) o serviço não pode ser transportado (embora os produtores do serviço possam);
- g) o comprador/cliente participa diretamente da produção, na maioria dos casos o contato direto é necessário;
- h) o serviço não pode ser exportado, mas o sistema de prestação de serviços pode; e
- i) o valor principal é produzido em interações entre o comprador e fornecedor.

Estas características também estão relacionadas às ESCs, com o objetivo de que estas prestem serviços de qualidade. Destaca-se a necessidade de a produção ser em tempo hábil, já que a produção e o consumo, normalmente, são coincidentes. Na execução dos serviços pelas ESCs, deve-se observar ao máximo as exigências legais e, também, a necessidade do cliente, a fim de fornecer serviços e informações adequadas.

No caso das ESCs, deve-se dispensar atenção especial ao correto registro, pois, normalmente, os problemas ou erros não são percebidos imediatamente, e em geral o cliente já pagou pelo serviço há algum tempo. Objetivando evitar prejuízos futuros, a exatidão dos registros é imprescindível.

Antes de abordar as características das prestadoras de serviços que estão sendo analisadas, as ESCs, serão expostos os órgãos de classe e regulamentadores que disciplinam tanto os Contabilistas quanto as referidas empresas.

3.3 Órgãos de classe e regulamentadores

Serão tratadas neste tópico as principais características e funções dos órgãos regulamentadores da profissão contábil, tais como: o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e o Sindicato das Empresas Contábeis (Sescon).

3.3.1 Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC é o órgão supremo da Contabilidade. Foi criado em 27 de maio de 1946, pelo Decreto-lei nº 9.295 e é considerado pessoa jurídica de direito privado que presta serviço público, com sede e foro em Brasília – DF (BRASIL, 1946). Tem a finalidade de orientar, normalizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de gerir a profissão contábil no Brasil, tem o papel de motivar iniciativas que contribuam para o crescimento e o aprimoramento do Contabilista, tais como: a promoção de palestras, simpósios, congressos, cursos de educação continuada, planos de incentivo aos novos contabilistas, concurso de idéias mais criativas, enfim, promover a união dos profissionais da área.

Apresentam-se a seguir as principais características dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), que representam o CFC em suas regiões.

3.3.2 Conselhos regionais de contabilidade (CRC)

Os CRCs foram criados pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (BRASIL, 1946). Cada profissão é regulamentada por um conselho e a Contabilidade o é pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Cada Estado da federação possui o seu próprio CRC, que é responsável por habilitar o profissional, por meio do registro, a exercer a profissão após a conclusão do curso de Ciências Contábeis.

A finalidade do Conselho é registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, sendo subordinado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão central do sistema. Além disso, o CRC, acima de tudo, visa à proteção dos interesses do Contabilista, à preservação do seu mercado de trabalho e, também, à proteção dos direitos da sociedade. Os conselhos regionais auxiliam o Conselho Federal a garantir o cumprimento da legislação pertinente à profissão e, também, na elaboração de planos que incentivem a educação continuada a todos os profissionais, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Sendo os CRCs representantes do CFC com a finalidade de orientar, normalizar e fiscalizar os contabilistas, apresentam-se a seguir as principais características do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon).

3.3.3 Sindicato das empresas de serviços contábeis (Sescon)

De acordo com este estudo, entende-se ser necessário tratar das Empresas de Serviços Contábeis apresentando algumas considerações e características de seus representantes, como o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon), com representantes e unidades em cada Estado da Federação. Vejamos a seguir os principais objetivos do Sescon (2005):

- a) representar perante as entidades de direito público ou privado os interesses gerais de seus filiados;
- b) celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como defender em dissídios coletivos as categorias econômicas representadas;
- c) eleger ou designar os representantes das categorias;
- d) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias que representa;
- e) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
- f) manter serviços de consultoria jurídica aos seus associados;
- g) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
- h) promover convênios técnico-operacionais com entidades em geral;
- i) criar e manter cursos de atualização, formação e modernização profissional para os filiados.

Ressalta-se a importância destes órgãos para maior garantia da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais contabilistas, por meio da orientação e fiscalização dos procedimentos adotados, e também, em relação à obediência às normas.

Outro fato importante é em relação ao incentivo à participação em programas de educação continuada. O Sescon tem papel importante, pois também atua no sentido de defender os interesses dos associados e mantém cursos de aperfeiçoamento aos profissionais e outros serviços de consultoria, ou seja, também em busca de possibilitar uma melhor qualidade aos serviços prestados.

Estabelecidos os objetivos e as funções dos órgãos regulamentadores em relação aos contabilistas, cabe ressaltar igualmente as atribuições dos contabilistas.

3.4 Atribuições dos contabilistas

No intuito de identificar o papel das ESCs perante as MPEs, entende-se como necessário esclarecer as atribuições dos contabilistas, no que diz respeito às suas atribuições profissionais. O Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, diz o seguinte:

Art. 25. São considerados trabalhos técnicos em contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Art. 26. Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.

(BRASIL, 1946)

A Resolução CFC nº 560/83, em seu artigo 2º, ratifica e discrimina como o contabilista pode exercer as suas atividades, conforme pode ser analisado a seguir:

O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, controller, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

(CFC, 1983)

Percebe-se, portanto, a possibilidade de o contador atuar em diversas áreas relacionadas à Contabilidade. Iudícibus e Marion (2002, p. 44) ressaltam que “a Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional”. Diante da vasta área para atuação, tem-se a enorme necessidade de aperfeiçoamento profissional e, também, de especialização na área pretendida.

Em relação às ESCs, é fundamental que haja a atualização e especialização dos profissionais que operam nestas empresas, pois há freqüentes mudanças na legislação

tributária do país, além de novas ferramentas de gestão. Franco (1999, p. 82) comenta que, “além dos conhecimentos técnicos essenciais, o Contador da atualidade precisa, também, desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração [...] o treinamento deve, doravante, ser baseado em dois pólos: educação inicial e educação continuada”.

Diante da necessidade de atualização dos profissionais, é pertinente comentar a iniciativa do CFC para exigência de Educação Continuada aos Contabilistas, por meio da Resolução CFC 945/02 que aprova a Norma para Educação Profissional Continuada (NBC P 4). Entende-se de absoluta valia esta iniciativa do CFC, que trata da exigência de atividade programada, formal e reconhecida para Auditores Independentes, com o objetivo de atualização profissional, pois possibilita maior qualidade dos serviços e, conseqüentemente, mais credibilidade por parte dos usuários. É necessária a extensão deste procedimento a todas as categorias dos profissionais contabilistas, com o intuito de contribuir para melhoria na qualidade dos serviços contábeis prestados em todo o país.

Nesse sentido, os profissionais da Contabilidade estarão aptos a exercerem suas atividades em Empresas de Serviços Contábeis (ESC) ou quaisquer outras entidades. Ressalta-se que o foco deste estudo está voltado para as ESCs, que serão analisadas no próximo tópico.

3.5 Empresas de serviços contábeis (ESC)

Ressalta-se que as atribuições dos Contabilistas, comentadas anteriormente, devem ser estendidas às ESCs, de forma que realizem a organização e execução de serviços de Contabilidade em geral, escrituração dos livros contábeis e fiscais obrigatórios, bem como de todas atividades necessárias ao conjunto da organização contábil e levantamento das respectivas demonstrações financeiras.

Segundo Figueiredo e Fabri (2000, p. 44), “organização de serviços contábeis é aquela que tem como missão prestar serviço de natureza contábil. Nela centralizam-se e executam-se as informações patrimoniais de pessoas físicas ou jurídicas, sob sua responsabilidade, que exercem as diversas atividades econômicas”. Cabe às ESCs realizarem a Contabilidade das pessoas físicas e jurídicas.

Para Thomé (2001, p. 21), “em geral, as empresas de contabilidade prestam serviços para pessoas jurídicas e pessoas físicas que atuam em todos os ramos de atividade econômica”. Diante da diversidade dos ramos de atividade e das particularidades tributárias e fiscais de cada empresa cliente, para fornecer serviços de qualidade, a mão-de-obra é de grande importância. As ESCs necessitam, portanto, de profissionais especializados em cada área para alcance de um melhor nível de qualidade dos serviços.

Com relação aos serviços, Figueiredo e Fabri (2000, p. 58) ressaltam que, “a missão da empresa contábil é atender a sociedade, suprimindo as necessidades das empresas clientes de informações econômico-financeiras que otimizem os controles contábeis de seus patrimônios”. No sentido de fornecer aos clientes informações econômico-financeiras, é que se ressalta a necessidade de uma boa qualidade dos serviços prestados a todas as empresas.

Cabe a estas, também, realizar trabalhos de perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulamentações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Conforme Lyra (2003, p. 23), “as organizações contábeis são empresas pequenas cuja tônica é dirigida a poucos clientes regionais e que desempenham principalmente as atividades de escrituração fiscal, escrituração contábil, apuração de tributos e elaboração de folha de pagamento”. Entende-se que a atuação das ESCs, fornecendo este serviço apenas de escrituração fiscal, sem o oferecimento de demonstrações financeiras que contenham informações úteis e oportunas à gestão das empresas, não atende à principal finalidade da Contabilidade. Deve-se, porém, considerar as particularidades das MPEs que, normalmente, não possuem uma Contabilidade que reflita a realidade da empresa.

Confirmando este raciocínio, Lyra (2003, p. 23, grifo do autor) comenta que,

uma das razões básicas pelas quais a contabilidade é vital na administração das empresas, em particular, a partir do momento em que ocorre a sua constituição para atuar, é que sempre existe um conjunto de pessoas ou agentes interessados em *saber como* a empresa se organiza, produz, operacionaliza e desenvolve suas atividades.

Deve-se, portanto, empenhar esforços para que a Contabilidade forneça o serviço de escrituração fiscal, porém, além deste, seja capaz de oferecer um serviço que contribua para

os gerentes na gestão das empresas, principalmente nas MPEs, em que a carência de controle é grande.

O fornecimento de informações e serviços de qualidade envolve questões como o tamanho e a complexidade das Empresas de Serviços Contábeis, que podem variar de empresa para empresa, devido a diversos fatores, como demonstram Figueiredo e Fabri (2000):

- a) constituição da sociedade: empresas individuais ou organizações constituídas sob a forma de pessoas jurídicas;
- b) ramo de atividade econômica dos clientes: normalmente as organizações contábeis não se especializam unicamente em determinado ramo de negócios empresarial, atendendo a vários ramos simultaneamente;
- c) gênero do negócio do cliente: considera-se uma especialização dentro do ramo de negócio dos clientes;
- d) porte dos clientes: micro, pequenas, médias ou grandes empresas;
- e) tipos de serviços prestados: estão relacionados às especializações da organização contábil;
- f) estrutura organizacional: as organizações contábeis podem estar estruturadas de um modo bem simples, em que uma pessoa realiza todas as diversas tarefas, até uma estruturação mais complexa com departamentos independentes e autônomos;
- g) qualificação dos profissionais contábeis: dependendo dos serviços a serem oferecidos e desempenhados aos clientes, são necessárias qualificações mais específicas dos profissionais; e
- h) infra-estrutura e pessoal: entendendo como sendo os recursos físicos que servem de suporte ao desempenho do serviço, esta também varia em função do número e porte dos clientes e do serviço prestado.

Diante destes vários fatores que são determinantes na complexidade das Empresas de Serviços Contábeis, ressalta-se a grande necessidade de qualificação dos profissionais contábeis, assim como a manutenção de uma boa infra-estrutura, com sistemas de informações que permitam a prestação de um bom serviço.

Com base nestas características das organizações contábeis, percebe-se uma grande dificuldade quanto ao fornecimento de um serviço de qualidade, capaz de auxiliar os Micro e Pequenos Empresários a gerenciarem seu negócio. Por meio das informações apenas voltadas para o atendimento às exigências fiscais, as informações para gestão ficam prejudicadas. Sobre este aspecto, Spinelli (1999, p. 27) aponta que, “o cliente externo é o tomador de serviço e encontra enormes dificuldades em qualificar a prestação desejada. A maioria visualiza apenas os aspectos fiscais, não quer problemas com o fisco”.

Ressalta-se, conforme supracitado, que as empresas normalmente enxergam apenas os aspectos fiscais, não querendo problemas com o fisco; portanto, além da fragilidade das informações da contabilidade societária e do fato de a contabilidade das MPEs possivelmente não refletirem a realidade da empresa, observa-se, também, a falta de conhecimento e interesse dos empresários em informações que os auxiliem na gestão de suas empresas.

Ainda para Spinelli (1999), o desconhecimento do potencial da Contabilidade, por parte de alguns usuários, possivelmente é decorrente da falta de capacidade dos gestores das ESCs.

Sobre este potencial da Contabilidade em fornecer informações de qualidade, cabe ressaltar que o Contador é um profissional qualificado, que está sempre em contato e próximo às MPEs; portanto, por meio de um papel mais consultivo, com o objetivo de auxiliar os empresários, o Contador pode suprir a carência de falta de preparo dos gestores da MPE para a análise e interpretação das informações contábeis.

Segundo Thomé (2001, p. 32), “a consultoria sempre fez parte de nossa atividade, até mesmo quando não tinha esse nome “consultor” e ainda não era uma profissão. Orientar e aconselhar nossos clientes é tarefa diária dentro de uma empresa contábil”. A consultoria, normalmente ofertada, refere-se ao atendimento das exigências do fisco, por meio do acompanhamento das mudanças na legislação. Não sendo o foco a análise e interpretação das informações contábeis para utilização na tomada de decisão das empresas.

Para fornecimento de uma consultoria às Micro e Pequenas Empresas, segundo Thomé (2001, p. 51), “o empresário contábil precisa possuir várias qualidades e habilidades com as quais irá atender às expectativas de seus clientes. Do meu ponto de vista, considero como qualidades e habilidades necessárias as seguintes: competência, didática, segurança, decisão e postura”. Em relação a estas qualidades e habilidades, verifica-se a necessidade de

atualização constante e, também, de experiência na atividade, de forma que possa orientar o cliente da maneira correta.

Thomé (2001, p. 59) afirma que “responder, orientar, informar, aconselhar, instruir são obrigações do consultor”. A decisão, porém, cabe ao gestor e deveria ser tomada com base em informações contábeis úteis e oportunas. O contador tem a possibilidade de indicar a opção mais vantajosa, facilitando assim a decisão do gestor. Nesse contexto, cabe ressaltar que, quando a decisão envolve variáveis complexas, não cabe ao contador ser responsável por esta, que possui condições de avaliação técnica e financeira, podendo este apontar os índices atuais em relação aos ideais para a entidade.

Com esta capacidade de evidenciar a situação da empresa, a Contabilidade pode contribuir muito para obtenção do melhor resultado. Lyra (2003, p. 25) comenta que “o serviço contábil evidencia como a administração vem desenvolvendo suas atividades de gerir os recursos de forma a obter o melhor resultado”. Portanto, como visto, sendo a função das ESCs prestar serviço de natureza contábil, faz-se necessário ressaltar sua contribuição para gestão das MPEs, por meio do auxílio do Contador, numa atuação mais consultiva, visando a orientar os clientes, por meio, por exemplo, de análise e interpretação das demonstrações contábeis e orientações tributárias e fiscais.

Com o objetivo de otimizar o uso da informação da contabilidade terceirizada, constata-se que os relatórios a serem utilizados pelo gestor da pequena empresa devem, segundo Kassai (1996), observar algumas características, tais como:

– Simplicidade – As informações repassadas ao gestor devem ser de entendimento intuitivo, ou seja, não sendo necessário um prévio conhecimento dos princípios e das convenções contábeis em vigor, ou até mesmo do método das partidas dobradas. As informações devem ser elaboradas de forma que o gestor possa “manipulá-las” sem receio de estar distorcendo o seu real significado. Uma atuação mais consultiva do contabilista, por meio de interpretação perante o cliente, pode solucionar esta questão da simplicidade da informação, pois pela explicação do profissional, torna-se o entendimento mais claro para o empresário;

– Facilidade de obtenção – As informações devem ser levantadas de maneira fácil, sem necessidade de manutenção de registros históricos ou sistemas acumuladores complexos. As médias e grandes empresas têm uma capacidade de suporte de recursos humanos bem superior à das MPEs, tanto que contratam especialistas para projetar e implementar

sofisticados sistemas de informações, enquanto na pequena empresa o proprietário-gerente tem até dificuldades em fazer a administração de caixa. Para este item, o fornecimento pela MPE, das informações completas para escrituração, permitiria a facilidade da obtenção das informações junto às ESCs.

– Relevância – O sistema de informações da pequena empresa deve ter uma preocupação, primeiramente com os fatos mais importantes, sob pena de as pequenas questões provocarem confusão na tomada de decisão do gestor. Conforme a necessidade da empresa, a ESC pode fornecer as informações mais importantes para sua administração;

– Atualidade – A Contabilidade, de forma errada, é mais conhecida por se preocupar apenas em registrar fatos e eventos passados. As informações geradas pela contabilidade devem estar voltadas para fatos e eventos do presente e do futuro, por meio da utilização de projeções orçamentárias e outros. A questão da atualidade é de extrema importância, pois de nada adianta relatórios atrasados. Estes devem ser fornecidos em tempo hábil para análise para o empresário.

– Possibilidade de efetuar simulações – É interessante que os modelos de informações contemplem, também, a possibilidade de efetuarem-se simulações em relação às variáveis principais. O gestor, com base nesta ferramenta, pode ser auxiliado em sua tomada de decisão;

– Facilidade de manipulação das informações – O ideal é que todas as MPEs dispusessem de um microcomputador para auxiliar na gestão da empresa; porém, sabe-se que ainda não é a realidade da maioria das MPEs. Por isso, torna-se necessária a participação do gestor na elaboração da arquitetura do sistema de informações, permitindo assim seu pleno domínio. Sendo a contabilidade um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários, com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. Os gestores precisam ser munidos de informações que permitam o controle dos resultados e do patrimônio da empresa.

Para atender estes gestores, da forma supracitada recomendada por Kassai, faz-se necessária uma boa captação de dados, como destaca Boaventura (2003, p. 94) quando comenta que,

para ser possível o controle de caixa e a apuração de resultados reais, a captura dos dados torna-se elemento essencial ao processo de geração da informação, pois a inexistência de uma forma de tratar as transações possivelmente dificulta a produção e funcionalmente impede que sejam

produzidas informações seguras e confiáveis ao gerenciamento do empreendimento.

Ressalta-se que, além do fornecimento de todos os dados pelas empresas, sem omissão de informações, e o fluxo de informações e documentos ser realizado no tempo adequado, de forma que possibilite às empresas de serviços contábeis produzirem informações seguras e confiáveis para utilização pelo micro e pequeno negócio, verifica-se a necessidade de que as informações fornecidas sejam completas e com características gerenciais; pois, sem isso, as informações tornam-se inaptas para utilização na administração das empresas.

Entende-se que as ESCs, tendo condições de fornecer informações gerenciais que demonstrem a realidade da MPE, têm possibilidade de satisfazer o objetivo da Contabilidade, ou seja, de fornecer informações que contribuam para uma melhor gestão e, conseqüentemente, para a redução das altas taxas de mortalidade destas empresas.

Para analisar esta possibilidade de satisfazer a função da Contabilidade pelas ESCs, apresentam-se no Capítulo 4 a descrição e análise dos resultados da pesquisa realizada, para identificar as principais características existentes na relação profissional entre as ESCs e a MPE, bem como verificar a forma de gerar melhores informações para auxiliar a gestão das MPEs.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Apresenta-se neste capítulo a análise dos resultados da pesquisa realizada, cuja metodologia foi descrita no Capítulo 1. Inicialmente, foi feita uma comparação entre as respostas obtidas nas MPEs e nas ESCs, e na seqüência, foi feita uma análise individual das questões feitas para as MPEs e para as ESCs.

4.1 Comparação das respostas das MPEs com as ESCs

Evidencia-se no Quadro 4, a seguir, uma comparação entre as respostas das MPEs com as respostas obtidas nas ESCs, no tocante a algumas questões semelhantes de ambos os questionários da pesquisa (Apêndices A e B).

QUESTÕES	RESPOSTAS DAS MPEs	RESPOSTAS DAS ESCs
a) Forma de Tributação da MPE.	90% Simples; 8% Presumido; 2% Lucro Real.	82% Simples; 17% Presumido; 2% Lucro Real.
b) A MPE fornece na íntegra todas as informações para a Contabilidade?	73% Sim; 27% Não.	33% Sim; 67% Não.
c) Fluxo de Informações da MPE com a ESC	84% ESC busca; 16% MPE envia;	91% ESC busca; 9% MPE envia.
d) Compensa registrar todas as movimentações da MPE?	69% Sim; 24% Não; 7% Não sabe ou não respondeu.	88% Sim; 12% Não.
e) As informações econômico-financeiras são úteis à gestão da MPE?	93% Sim; 7% Não.	97% Sim; 3% Não.
f) Os contabilistas estão preparados para auxiliar na gestão da MPE?	59% Sim; 41% Não.	91% Sim; 9% Não.

Quadro 4 – Comparação das questões das MPEs e ESCs sobre registro e utilidade das informações

Com base nas informações evidenciadas no Quadro 4, apresenta-se a seguir a análise comparativa das questões:

- a) forma de tributação da MPE** - em relação à forma de tributação das MPEs, constatou-se por meio das respostas das MPEs e das ESCs que realmente existe uma predominância pelo regime Simples de tributação. Conforme as MPEs, 90% adotam o Simples, e para as ESCs, 82% das MPEs também adotam o Simples – caracterizado pela unificação de vários tributos e pela simplificação dos procedimentos burocráticos;
- b) a MPE fornece na íntegra todas as informações para Contabilidade?** - quando se procurou saber se as empresas fornecem na íntegra todas as informações necessárias para elaboração dos registros contábeis, percebeu-se uma divergência. Enquanto 73% das MPEs declararam fornecer na íntegra todas as informações, na visão das ESCs, apenas 33% fornecem na íntegra todas as informações para registro. Observa-se, portanto, uma incoerência de opiniões, em que principalmente observa-se o fato de os registros contábeis e seus relatórios terem a qualidade comprometida, pois, provavelmente, não refletem a realidade da situação patrimonial da empresa;
- c) fluxo de informações da MPE com a ESC** - referindo-se ao fluxo de informações ou documentos das MPEs com as ESCs obteve-se predominantemente que as ESCs buscam os documentos, pois conforme as MPEs, em 84% das situações, os documentos e informações são buscados, e para as ESCs, em 91% dos casos as ESCs realmente buscam os documentos;
- d) compensa registrar todas as movimentações da MPE?** - comparando a questão em que se procurou saber se compensa registrar todas as movimentações das MPEs, obteve-se uma resposta afirmativa de 69% das MPEs, enquanto para 88% das ESCs, também compensa o registro de todas as movimentações das MPEs para obtenção de informações úteis e oportunas à tomada de decisões. Apesar da opinião das MPEs, e também das ESCs, de que compensa registrar todas as movimentações para obtenção de informações de qualidade, verifica-se a necessidade, além de informações societárias, de informações de cunho gerencial. Destacando-se, portanto, a necessidade de fornecimento pelas ESCs de informações gerenciais, e não apenas societárias/ fiscais. O não-fornecimento destas informações compromete a contribuição à gestão da MPE pelas ESCs, tendo em vista as fragilidades da Contabilidade Societária;

- e) as informações econômico-financeiras são úteis à gestão da MPE? - procurou-se identificar, também, se as MPEs e as ESCs consideram as informações econômico-financeiras fornecidas pelas ESCs úteis à gestão das MPEs. Apurou-se que, para 93% das MPEs, as referidas informações são úteis, e para 97% das ESCs, que estas informações podem ser úteis para tomada de decisão pelas MPEs. Ainda sobre a utilidade destas informações para a gestão das referidas empresas, constatou-se que as informações fornecidas pelas ESCs caracterizam-se, principalmente, por terem objetivo de atender às exigências do fisco;**
- f) os contabilistas estão preparados para auxiliar na gestão da MPE? - ao procurar saber tanto das MPEs quanto das ESCs se os contabilistas estão preparados para auxiliar na gestão da MPE, obteve-se como resposta de 59% das MPEs que os contabilistas estão preparados, e na opinião dos próprios contabilistas, 91% têm condições de auxiliar na gestão das empresas. Percebe-se uma diferença significativa entre as opiniões, em que a grande maioria das ESCs declarou estar preparada para o auxílio à gestão da MPE; portanto, percebe-se a necessidade de os contabilistas demonstrarem aos empresários essa condição de auxiliá-los na gestão da empresa.**

Apresenta-se no Quadro 5, a seguir, a continuação da comparação entre as respostas das MPEs com as respostas obtidas nas ESCs, no tocante a algumas questões semelhantes de ambos os questionários da pesquisa (Apêndices A e B).

QUESTÕES	RESPOSTAS DAS MPEs	RESPOSTAS DAS ESCs
g) Quais relatórios são fornecidos pelas ESCs?	<p><i>Ranking</i></p> <p>21% Folha de Pagamento; 20% Guias Fiscais; 17% Livros Fiscais; 11% Balanço Patrimonial; 7% Balancete e Demonstração do Resultado do Exercício; 6% Relatório de Contas a Pagar e a Receber; 5% Demonstração do Fluxo de Caixa; 3% Assessoria / Consultoria à gestão; 2% Relatório para Formação de Preços; 1% Orçamento e Relatório de Custos; Obs: oito empresas declararam que as ESCs não fornecem nenhum relatório utilizado na gestão.</p>	<p><i>Ranking</i></p> <p>16% Folha de Pagamento e Guias Fiscais; 15% Livros Fiscais; 12% Balancete e Demonstração do Resultado do Exercício; 11% Balanço Patrimonial; 9% Livro Caixa; 5% Assessoria / Consultoria à gestão; 3% Relatório de Contas a Pagar e a Receber; 2% Demonstração do Fluxo de Caixa; 1% Orçamento; Obs.: Relatório de Custos e Relatório para Formação de Preços não são fornecidos pelas ESCs a nenhuma MPE.</p>

<p>h) Quais outros relatórios devem ser fornecidos à MPE?</p>	<p><i>Ranking</i> 17% Relatório de Custos; 15% Demonstração do Resultado do Exercício e Assessoria e/ou Consultoria na Gestão; 12% Relatório para Formação de Preços; 10% Balancete e Demonstração do Fluxo de Caixa; 8% Balanço Patrimonial; 7% Relatório de Contas a Pagar e a Receber; 3% Folha de Pagamento e Orçamento; Obs.: sete MPEs não gostariam de receber nenhum tipo de relatório das Empresas de Serviços Contábeis para utilização na gestão.</p>	<p><i>Ranking</i> 17% Balancete; 15% Assessoria e/ou Consultoria na Gestão; 14% Demonstração do Resultado do Exercício; 10% Demonstração do Fluxo de Caixa e Relatório de Custos; 9% Balanço Patrimonial e Relatório para Formação de Preços; 8% Relatório de Contas a Pagar e a Receber; 4% Folha de Pagamento; 3% Orçamento;</p>
<p>i) Os relatórios que gostariam de fornecer, não são fornecidos, por quê?</p>	<p>27% Não há necessidade; 19% Outros motivos, como: – não se registram todas as movimentações da empresa e, tampouco, enviam-se todos os documentos para registro pela contabilidade; – falta de tempo ou interesse da ESC na prestação destes serviços; – o empresário não conhece as informações e relatórios; 16% Não tem tempo para aplicar os relatórios na MPE; 14% Limitação de recursos; 11% Pelos relatórios serem demorados e desatualizados; 8% A equipe da MPE não domina as técnicas necessárias; 5% Dificuldade de aplicação destes relatórios na MPE.</p>	<p>58% O empresário não quer pagar por estes serviços; 16% Dificuldade de aplicação destes relatórios na MPE; 11% ESC não tem tempo para elaborá-los; 9% Outros motivos, como: – MPEs não solicitam estes serviços ou relatórios; – falta de interesse e conscientização dos contabilistas sobre estes serviços; – falta de conhecimento do empresário sobre a utilidade das informações e relatórios contábeis; – falta de interesse do empresário, pois enxerga a contabilidade com o objetivo meramente fiscal; 4% Não há necessidade para MPE; 2% A equipe da ESC não domina as técnicas necessárias para fornecimento de informações úteis à gestão da MPE.</p>

Quadro 5 – Comparação das respostas das MPEs e ESCs sobre relatórios contábeis

Com base nas informações evidenciadas no Quadro 5, apresenta-se a seguir a análise comparativa das questões:

g) quais relatórios são fornecidos pelas ESCs? - buscou-se identificar quais relatórios, informações e serviços as ESCs fornecem às MPEs, obtendo-se que, conforme declaração de ambas as entidades, os relatórios mais fornecidos são: a Folha de Pagamento, as Guias Fiscais, os Livros Fiscais, o Balanço Patrimonial, o Balancete e a Demonstração do Resultado do Exercício. Há, portanto, coerência entre as informações prestadas, mas cabe ressaltar que, alguns destes relatórios possuem características fiscais, tendo assim pouca utilidade para gestão das empresas. Destaca-se a fragilidade das informações fornecidas pela Contabilidade Societária, pois podem não refletir

a realidade da empresa. Entre os relatórios menos fornecidos destacam-se, conforme as declarações das MPEs e das ESCs: o Relatório de Contas a Pagar e a Receber, a Demonstração do Fluxo de Caixa, Assessoria e/ou Consultoria à gestão, Relatório para Formação de Preços, Orçamento e Relatório de Custos. Observou-se, porém, que oito MPEs declararam que as ESCs não fornecem nenhum relatório utilizado na gestão. Isso pode ser explicado em função de a Contabilidade ter seu foco voltado ao atendimento das exigências do fisco. Nesse sentido, as ESCs declararam que fornecem o Livro Caixa às MPEs; porém, estas declararam não recebê-lo. E por fim, conforme as ESCs, o Relatório de Custos e Relatório para Formação de Preços não são fornecidos a nenhuma MPE;

h) quais outros relatórios devem ser fornecidos à MPE? - na questão em que se buscou identificar quais outros relatórios, informações e serviços a MPE gostaria de receber da ESC, e quais outros relatórios as ESCs gostariam de fornecer às MPEs, ao compararem-se as respostas, obtiveram-se os seguintes: Relatório de Custos a Demonstração do Resultado do Exercício, a Assessoria e/ou Consultoria na Gestão, o Relatório para Formação de Preços, o Balancete, a Demonstração do Fluxo de Caixa e o Balanço Patrimonial. Ressalta-se, portanto, que tanto os principais relatórios que as MPEs gostariam de receber quanto os principais relatórios que as ESCs gostariam de fornecer são coincidentes. Ao contrário dos relatórios que são fornecidos, atualmente, pelas ESCs, os principais relatórios que deveriam ser fornecidos às MPEs têm grande utilidade na gestão, pois ao refletirem a realidade da empresa, contribuem para melhor controle da situação econômica, financeira e patrimonial da MPE. Referindo-se aos relatórios, às informações e aos serviços menos indicados pelas MPEs e pelas ESCs para utilização na gestão da MPE, destacam-se o Relatório de Contas a Pagar e a Receber, a Folha de Pagamento e o Orçamento. Percebeu-se, portanto, que entre os relatórios menos preferidos destaca-se a Folha de Pagamento, de extrema necessidade para o cálculo dos salários dos trabalhadores, porém, com pouca utilidade para a gestão. Fato semelhante dá-se com o Relatório de Contas a Pagar e a Receber, apesar de muito útil para controlar as necessidades de caixa e prazos de pagamentos. O mesmo aconteceu, também, com o Orçamento, apesar de

ser importante para estabelecer e coordenar objetivos para todas as áreas da empresa, de forma que todos trabalhem em busca da otimização dos resultados econômicos. Ressaltou-se, também, que sete MPEs não gostariam de receber nenhum outro tipo de relatório das ESCs, estando satisfeitas com o que recebem;

i) os relatórios que gostariam de fornecer, não são fornecidos, por quê? -após identificar por meio das MPEs os relatórios e serviços que mais gostariam de receber, e das ESCs, os relatórios que gostariam de fornecer às MPEs, procurou-se identificar o motivo de esses relatórios, informações e serviços não serem fornecidos atualmente. Apurou-se que, na opinião das MPEs, o principal motivo é por não haver necessidade; já para a ESC, é pelo fato de o empresário não querer pagar por estes serviços; portanto, o empresário pode não querer pagar, justamente em função de achar que não há necessidade. Com várias manifestações, as MPEs também apresentaram outros motivos, tais como: o fato de não registrarem todas as movimentações da empresa e, tampouco, enviarem todos os documentos para registro pela Contabilidade; a falta de tempo ou interesse da ESC na prestação destes serviços e, também, pelo fato de o empresário não conhecer as informações e relatórios. Entre os outros motivos apresentados pelas ESCs, observa-se que as MPEs não solicitam estes serviços ou relatórios; falta interesse e conscientização dos contabilistas sobre estes serviços; falta de conhecimento do empresário sobre a utilidade das informações e relatórios contábeis; e a falta de interesse do próprio empresário, que enxerga a Contabilidade com o objetivo meramente fiscal. Chama atenção o fato de as MPEs declararem que há falta de interesse das ESCs na prestação destes serviços e, estas, por sua vez, informaram que as MPEs não solicitam estes serviços ou relatórios. Percebe-se, portanto, uma falta de diálogo entre as partes. Provavelmente, ocasionada pela opinião dos empresários de que não há necessidade dessas informações para a gestão da MPE. Em seguida, enumeram-se alguns motivos declarados pelas MPEs, tais como: o fato de não ter tempo para aplicar os relatórios; limitação de recursos; pelo fato de os relatórios serem demorados e desatualizados; a equipe da MPE não dominar as técnicas necessárias, e a dificuldade de aplicação desses relatórios na própria empresa. Já para as ESCs, destacam-se

os seguintes motivos: a dificuldade de aplicação destes relatórios na MPE; o fato de as ESCs não terem tempo para elaborá-los; por não haver necessidade para MPE ou, também, pelo fato de a equipe da ESC não dominar as técnicas necessárias para fornecimento de informações úteis à gestão da MPE. Entre estes últimos motivos, constata-se novamente reforçada a idéia de desinteresse das partes pelo fornecimento de informações para gestão; provavelmente, em função da caracterização de não haver necessidade para MPE, e também pelas limitações das informações fornecidas pelas ESCs com base na Contabilidade Societária.

Evidencia-se no Quadro 6, a seguir, a finalização da comparação entre as respostas das MPEs com as respostas obtidas nas ESCs, no tocante a algumas questões semelhantes de ambos os questionários da pesquisa (Apêndices A e B).

QUESTÕES	RESPOSTAS DAS MPEs	RESPOSTAS DAS ESCs
j) Opinião sobre utilização de assessoria de um contador.	49% Ótima; 44% Boa; 5% Ruim; 2% Não respondeu.	30% Ótima; 61% Boa; 9% Ruim.
k) Quanto as MPEs pagariam a mais por melhores serviços e quanto as ESCs cobrariam a mais por melhores serviços?	6 empresas não pagariam nenhum valor a mais; 7 empresas, de 1% a 20%; 4 empresas, de 20,1 a 40%; 6 empresas, de 40,1 a 60%; 1 empresa, de 80,1 a 100%; 5 empresas declararam não saber e ressaltaram a necessidade de análise da relação custo <i>versus</i> benefício do aumento dos honorários contábeis para obtenção de serviços e informações úteis à gestão da MPE. 12 empresas não responderam à questão.	<i>Media %</i> 109% a mais para Balanço Patrimonial; 69% a mais para Balancete; 63% a mais para Demonstração do Resultado do Exercício; 54% a mais para Demonstração do Fluxo de Caixa; 64% a mais para Relatório de Custos; 50% a mais para Relatório para Formação de Preços; 79% a mais para Relatório de Contas a Pagar e a Receber; 60% a mais para Orçamento; 64% a mais para Assessoria e/ou Consultoria na Gestão. Obs.: 7 empresas não responderam a esta questão.

Quadro 6 – Comparação das respostas das MPEs e ESCs sobre assessoria do Contador e valorização de honorários

Com base nas informações evidenciadas no Quadro 6, apresenta-se, a seguir, a análise comparativa das questões:

j) opinião sobre utilização de assessoria de um contador - ao analisar os motivos objetivou-se saber a opinião tanto das MPEs quanto das ESCs, especificamente, sobre a utilização de assessoria de um contador na administração da MPE. Verificou-se que, para a grande maioria das MPEs, a utilização de assessoria de um contador é positiva, ou seja, classificada como boa ou ótima. O mesmo aconteceu com a opinião das ESCs, em que a grande maioria também considera boa ou ótima a utilização de assessoria de um contador. Ressalta-se que, para a assessoria do contador, é preciso que este tenha conhecimentos sobre finanças e contabilidade gerencial, sobre o negócio da empresa, e não se baseie somente nas informações da Contabilidade Societária. Após observadas as informações das MPEs e das ESCs sobre a forma de tributação das MPEs; o fornecimento de todas as informações para o registro contábil; sobre o fluxo de informações; se compensa registrar todas as movimentações da empresa; sobre a utilidade das informações econômico-financeiras para a gestão das empresas; em relação ao preparo dos contabilistas para auxiliar na gestão das empresas; os relatórios fornecidos pelas ESCs; outros relatórios que deveriam ser fornecidos à MPE e outros que estas gostariam de receber; sobre os motivos do não-fornecimento destes relatórios pelas ESCs e os motivos da não-obtenção pelas MPEs, e também sobre a utilização de assessoria de um contador na gestão da empresa, buscou-se identificar a questão financeira, em relação à prestação dos serviços contábeis pelas ESCs;

k) quanto as MPEs pagariam a mais por melhores serviços e quanto as ESCs cobrariam a mais por melhores serviços? - um fator determinante para valorização dos serviços contábeis e para que as ESCs forneçam relatórios, informações e serviços de qualidade é a identificação de quanto as MPEs pagariam a mais por melhores serviços, e quanto as ESCs cobrariam a mais por esse serviço. Observou-se que 18 MPEs, representando 44%, estariam dispostas a pagar algo a mais para obtenção de relatórios, informações e serviços que contribuíssem para uma melhor gestão; este valor a ser pago a mais variaria percentualmente entre 1% e 100% do valor pago atualmente. Outras cinco empresas declararam não saber, e ressaltaram a necessidade de análise da relação custo *versus* benefício do aumento dos honorários

contábeis para obtenção de serviços e informações de melhor qualidade. Portanto, percebe-se que a demonstração da utilidade destas informações para a empresa pode fazer com que elas também paguem algum valor a mais. Por sua vez, seis empresas não pagariam nenhum valor a mais, e outras 12 não responderam à questão. Em relação às ESCs, apurou-se que, para o fornecimento de relatórios, informações e serviços que contribuíssem para uma melhor gestão da MPE, cobrariam entre 50% e 109% do valor pago atualmente, a título de honorários contábeis. Ressalta-se que sete ESCs não responderam a esta questão. Verifica-se, portanto, uma parcela significativa de MPEs que estariam dispostas a pagar mais por melhores serviços, e que o valor desejado pelas ESCs para o fornecimento destes serviços está relacionado com a disponibilidade das MPEs em pagar. Cabe ressaltar que existe, tanto por parte das MPEs quanto das ESCs, uma opinião positiva sobre a valorização dos serviços contábeis. Existem, porém, algumas limitações quanto à utilidade para gestão das informações contábeis fornecidas à MPE. Entre estas limitações, destaca-se o fato de essas informações normalmente não refletirem a realidade da empresa.

Após ter sido exposta a comparação entre as respostas, apresentam-se na seqüência, detalhadamente, a tabulação e análise dos resultados da pesquisa realizada nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e, posteriormente, nas Empresas de Serviços Contábeis (ESCs).

4.2 Descrição e análise dos resultados da pesquisa nas MPEs

Caracteriza-se, a seguir, a amostra das MPEs na qual foi realizada a pesquisa de campo.

Ressalta-se que, para a pesquisa de campo nas MPEs, foram distribuídos pelo autor questionários para 50 empresas; destas, 42 responderam aos questionários, representando 84% do total dos questionários distribuídos. Uma empresa não se enquadrava nos limites de faturamento do Simples, adotado neste trabalho, sendo, assim, desconsiderada para a pesquisa. Portanto, a análise foi elaborada com base nas respostas de 41 empresas.

4.2.1 Caracterização da amostra

Conforme informado no tópico anterior, a utilização do critério de faturamento anual, para a classificação das empresas em Micro ou Pequenas, fez com que os questionários recebidos que não atendessem a este quesito fossem descartados. Das 42 empresas que responderam à pesquisa, apenas uma apresentou faturamento superior a R\$ 1.200.000,00 ao ano, não se enquadrando, portanto, como MPE, tendo, conseqüentemente, seu questionário descartado. A seguir, na Tabela 5, será demonstrada a distribuição do faturamento para as respondentes que se enquadraram como MPE:

Tabela 5 – Faturamento anual das MPEs

Faturamento Anual	Nº de Empresas	Percentual
Até R\$ 120.000,00	17	41%
De R\$ 120.000,00 até R\$ 1.200.000,00	24	59%
Total	41	100%

A distribuição por faixa de faturamento atendeu ao critério de classificação adotado pela Legislação do Simples para enquadramento como MPE. Identificou-se que 17 empresas, correspondendo a 41% do total, podem ser enquadradas como Microempresas; e 24 empresas, representando 59%, podem ser classificadas como Pequenas Empresas.

Prosseguindo na caracterização da amostra, para identificação do tempo em que estas empresas estão em atividade, apresentam-se na Tabela 6 as seguintes informações:

Tabela 6 – Tempo de atividade das MPEs

Tempo de Atividade	Nº de Empresas	Percentual
Até 3 anos	6	15%
Entre 3,1 anos e 10,0 anos	16	39%
Entre 10,1 anos e 20,0 anos	14	34%
Acima de 20,1 anos	5	12%
Total	41	100%

A informação solicitada quanto ao tempo em que a empresa vem desenvolvendo suas atividades no mercado, apurou-se que das 41 empresas que responderam a pesquisa, 14 empresas estão em operação entre 10,1 anos e 20 anos, correspondendo a 34% do total. Outra faixa, com grande presença de empresas, encontra-se entre 3,1 e 10 anos de funcionamento, com 16 empresas, totalizando 39% da amostra. Percebe-se que 85% das empresas pesquisadas

estão em operação há mais de 3,1 anos, estando fora da faixa de idade em que há maior taxa de mortalidade, conforme pesquisa do Sebrae descrita no Capítulo 2.

Apresenta-se na Tabela 7 a classificação das empresas pesquisadas quanto ao ramo de atividade:

Tabela 7 – Ramo de atividade das MPEs

Ramo de Atividade	Nº de Respostas	Percentual
Serviços	9	18%
Comércio	39	80%
Indústria	1	2%
Total de Ramos de Atividade	49	100%
Total de Empresas Pesquisadas	41	

Ressaltando que algumas empresas possuem mais de uma atividade, verificou-se que dos ramos de atividades das empresas pesquisadas, apresentados na Tabela 7, a maioria das MPEs atua no ramo comercial, pois das 41 MPEs pesquisadas:

- ❑ trinta e uma MPEs declararam atuar somente no ramo comercial;
- ❑ sete empresas informaram atuar no ramo comercial e também no de serviços;
- ❑ uma empresa informou atuar no ramo comercial e também industrial; e
- ❑ duas empresas atuam somente no ramo de serviços.

Ressalta-se que não foram obtidas respostas de empresas agropecuárias ou rurais, apesar de algumas Empresas de Serviços Contábeis terem declarado prestar serviços para este tipo de empresa. Não se pesquisaram estas empresas, pois o critério de classificação da MPE adotado para este trabalho não engloba as empresas rurais que, normalmente, não possuem empresas constituídas, ou seja, os chamados produtores rurais.

A informação relativa ao número de sócios das empresas identificou empresas com no máximo três sócios, conforme Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Quantidade de sócios das MPEs

Nº de Sócios da Empresa	Nº de Empresas	Percentual
1 Sócio	19	46%
2 Sócios	20	49%
3 Sócios	2	5%
Total	41	100%

Percebe-se que 19 empresas, representando 46% das pesquisadas, são empresas individuais, ou seja, com apenas um proprietário. Já 20 empresas apresentaram dois sócios cada, correspondendo à maioria de 49%, enquanto apenas duas empresas, representando 5% da amostra, possuem três sócios.

Dando continuidade à caracterização da amostra, buscaram-se, também, informações relativas ao número de funcionários, já que algumas entidades brasileiras ou estrangeiras adotam esse parâmetro para melhor identificação do porte e da estrutura destas empresas. Para isso, foram estabelecidas quatro faixas, conforme demonstrado na Tabela 9:

Tabela 9 – Quantidade de funcionários das MPEs

Nº de Funcionários	Nº de Empresas	Percentual
Nenhum	4	10%
Até 9 Empregados	23	56%
De 10 a 19 Empregados	11	27%
De 20 a 49 Empregados	3	7%
Total	41	100%

Averiguou-se que 23 empresas possuem até 9 empregados, correspondendo a 56% do total. Onze empresas declararam ter de 10 a 19 empregados, totalizando 27%. Uma minoria das empresas, apenas três, representando 7%, emprega de 20 a 49 empregados. É importante observar a existência de quatro empresas, ou seja, 10% das pesquisadas sem funcionários, o que caracteriza o proprietário como realizador de todas as atividades.

Além de 95% das empresas possuírem até dois sócios (Tabela 8), 66% destas possuem também até nove empregados, confirmando, portanto, a idéia de Sá (1999, p. 14) ao dizer que, “geralmente, na pequena empresa, a relação entre o dono, seus empregados e os bens faz-se diretamente. E que as decisões, providências e execuções de medidas para a realização dos negócios estão nas mãos do proprietário”.

No intuito de identificar o nível de qualificação dos proprietários (sócios) das empresas para exercer seu gerenciamento, procurou-se saber o grau de escolaridade destes, evidenciado na Tabela 10:

Tabela 10 – Grau de escolaridade dos proprietários das MPEs

Escolaridade dos Proprietários	Nº de Sócios	Percentual
1º Grau Incompleto	5	8%
1º Grau Completo	8	12%
2º Grau Incompleto	6	9%
2º Grau Completo	28	43%
Superior Incompleto	8	12%
Superior Completo	8	12%
Especialização	1	2%
Doutorado	1	2%
Total	65	100%

Em relação ao grau de escolaridade dos proprietários, detectou-se que a grande maioria (47), representando 72% dos sócios das empresas, possui até o 2º grau completo. Já oito sócios, correspondendo a 12% do total, declararam possuir superior incompleto, e outros 12%, superior completo. Identificaram-se apenas um sócio com especialização e outro com doutorado, representando cada um 2% do total dos sócios analisados, porém não foi questionada a área de formação.

Diante desse contexto, da representatividade dos proprietários que possuem até o 2º grau completo e, normalmente, menor possibilidade de entendimento das informações econômico-financeiras, dependendo do tipo de curso realizado, entende-se necessária uma atuação do Contador, no sentido de orientar os empresários por meio de interpretação e análise das informações fornecidas às MPEs.

Depois de identificado o grau de escolaridade dos sócios das MPEs, será tratada, na seqüência, a forma de tributação predominante para estas empresas. Para isso, faz-se necessário identificar as possíveis formas de tributação, que no Brasil caracterizam-se principalmente pelo Lucro Real, Simples, Lucro Presumido e Lucro Arbitrado.

Para Oliveira et al (2003, p. 175), “lucro real é aquele realmente apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios fundamentais de contabilidade e demais normas fiscais e comerciais”. Portanto, a tributação com base no lucro real utiliza-se do lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela Legislação do Imposto de Renda.

Conforme visto no tópico 2.1.1, o Simples constitui-se em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidos e

progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta. Ainda para Oliveira, et al (2003, p. 175),

o lucro presumido difere do conceito de lucro real, visto tratar-se de uma presunção por parte do fisco do que seria o lucro das organizações caso não houvesse a Contabilidade. [...] visou facilitar a apuração da base de cálculo, para algumas empresas, para apuração e recolhimento dos tributos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ressalta-se, portanto, que a forma de tributação baseada no lucro presumido é uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos como o Imposto de Renda e a Contribuição Social. Segundo Oliveira et al (2003, p. 175), “o lucro arbitrado é um recurso utilizado pelas autoridades fiscais, quase sempre como última alternativa, que só deve ser aplicado quando houver ausência absoluta de confiança na escrituração contábil do contribuinte”.

O fisco pode arbitrar o lucro da empresa ao desconsiderar a escrituração contábil se houver indícios de utilização de documentos comprobatórios falsos, manipulações no faturamento etc.; procedimento este que, quase sempre, representa maior carga tributária para a pessoa jurídica. Diante desta particularidade e da eventual falta de confiança nos registros contábeis para o arbitramento do lucro, esta forma de tributação não foi considerada no questionário da pesquisa.

No tocante à principal forma de tributação utilizada pelas MPEs, apurou-se o seguinte, conforme Tabela 11:

Tabela 11 – Forma de tributação das MPEs

Forma de Tributação Utilizada	Nº de Empresas	Percentual
Simplex	36	90%
Lucro Presumido	3	8%
Lucro Real (Mensal ou Trimestral)	1	2%
Total	40	100%

Apenas uma empresa não respondeu à questão. Das 40 que responderam, constatou-se que 36 empresas, correspondendo a 90% do total, adotam o Simplex, como forma de tributação. Conforme foi observado anteriormente, esta forma de tributação visa a simplificar os procedimentos fiscais das empresas, inclusive dispensando-as da escrituração contábil. Observou-se, também, que apenas três empresas, correspondendo a 8%, utilizam o Lucro Presumido como forma de tributação e, apenas uma adota o Lucro Real, representando 2%.

Diante da simplificação dos procedimentos e, inclusive, da dispensa de escrituração contábil pela legislação do Simples, observa-se que a grande maioria das empresas adota este tipo de tributação. Isso reflete também o fato de a Contabilidade no Brasil ter a característica de atender, na maioria das vezes, apenas às exigências do fisco, pois conforme Iudícibus e Marion (2002, p. 43), “em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente, na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco”. Entre outros fatores, percebe-se a dificuldade de utilização das informações contábeis para auxílio na gestão da MPE.

Com o objetivo de identificar a forma de realização dos serviços de Contabilidade, procurou-se saber se os serviços são realizados internamente ou são terceirizados, conforme se pode observar na Tabela 12, a seguir:

Tabela 12 – Forma de realização dos serviços de Contabilidade

Realização dos Serviços de Contabilidade	Nº de Empresas	Percentual
Internamente	1	2%
Terceirizados	40	98%
Total	41	100%

Percebeu-se que a terceirização dos serviços de Contabilidade é realizada pela maioria absoluta, representando 98% do total das MPEs. Este resultado reflete a falta de estrutura das MPEs para manutenção de Contabilidade interna, pois apenas uma empresa declarou realizar sua Contabilidade internamente, representando 2% do total.

Após caracterizar a amostra das MPEs, a seguir serão tratados os aspectos relacionados à gestão da MPE.

4.2.2 Gestão da MPE e o fluxo de informações com as ESCs

Neste tópico, procurou-se identificar algumas características da gestão da MPE, no que diz respeito ao funcionamento do fluxo de informações das ESCs com as MPEs, ao preparo dos Contabilistas para auxílio na gestão das MPEs e a outros aspectos relacionados à relação entre as entidades. No intuito de identificar quem realiza a gestão das empresas, apresenta-se a Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – Quem realiza a gestão da empresa

Quem Realiza a Gestão da Empresa	Nº de Respostas	Percentual
Proprietário(s)	32	79%
Gerente	7	17%
Contador	1	2%
Proprietário + Gerente	1	2%
Total	41	100%

Constatou-se que grande parte das MPEs é gerenciada pelos proprietários, ou seja, 32 empresas, representando 79% do total. Apenas sete empresas, correspondendo a 17% da amostra, são administradas por gerentes contratados. Ressalta-se que uma empresa é administrada em conjunto pelo proprietário e gerente, correspondendo a 2% da amostra, e, isoladamente, apenas uma empresa declarou ser administrada pelo Contador, correspondendo a 2% do total. Ressalta-se, portanto, a característica da centralização de atividades sobre o proprietário, pois conforme a pesquisa evidenciou, a grande maioria administra pessoalmente suas empresas.

Com o objetivo de identificar se as MPEs fornecem todas as movimentações da empresa para o registro contábil, apresenta-se a Tabela 14, a seguir.

Tabela 14 – Fornecimento de todas as informações para Contabilidade

Fornecimento de Informações	Nº de Empresas	Percentual
Sim	30	73%
Não	11	27%
Total	41	100%

Um total de 30 MPEs, correspondendo a 73% da amostra, declarou registrar, totalmente, as movimentações da empresa, tanto informações de vendas quanto de compras, e fornecê-las à Contabilidade para correta apuração do resultado econômico da empresa. Outras 11 empresas, representando 27%, responderam que não registram totalmente suas movimentações e tampouco as enviam à Contabilidade para registro, no intuito de reduzir sua carga tributária.

Ressalta-se que o fato de as empresas não registrarem todas as movimentações e, também, não às enviarem para sua contabilização acarreta registros contábeis incorretos e, conseqüentemente, informações distorcidas que comprometem a qualidade da análise e a sua confiabilidade.

Para informações relativas ao fluxo de informações e documentos das MPEs para as ESCs, apresenta-se a Tabela 15, a seguir:

Tabela 15 – Fluxo de informações da MPE com ESC

Fluxo de Informações da MPE com ESC			Periodicidade			
Fluxo de Informações	Nº de Respostas	Percentual	Semanal	Quinzenal	Mensal	Total
Escritório Busca	36	84%	18	5	15	38
Empresa Cliente Envia	7	16%	3	2	4	9
Total	43	100%				47

Em 36 situações, representando 84% do total, as ESCs buscam as informações e documentos na empresa, e em menor número, sete ocasiões, representando 16%, as empresas enviam informações e documentos para a ESC. Ressalta-se, portanto, que em duas manifestações, ocorre de a empresa enviar e, também, de o escritório contábil buscar documentos.

Nas supracitadas 36 situações em que os escritórios buscam os documentos e informações, este fluxo acontece em sua maioria semanalmente, correspondendo a 47%. Em 39% das situações os escritórios buscam mensalmente e em 14%, quinzenalmente. Ocorre que em algumas empresas, os escritórios buscam com mais de uma periodicidade, ou seja, tanto semanalmente, quinzenalmente quanto mensalmente.

Em sete ocasiões, que representam 16%, as empresas declararam enviar os documentos e informações aos escritórios; este fluxo acontece, principalmente, mensalmente, correspondendo a 44% do total dos envios. Já, em 33% das situações, são enviados semanalmente, e em 23%, quinzenalmente. Ressalta-se que, em algumas empresas, ocorre o envio aos escritórios semanalmente, quinzenalmente e mensalmente.

Por se tratar de um serviço contábil terceirizado, entende-se como necessário e, de grande importância, que os documentos e informações das empresas possam ser fornecidos em tempo hábil e na sua totalidade, para que as ESCs possam registrá-los e fornecer relatórios confiáveis. Entende-se que a periodicidade atual do fluxo de informações e documentos entre as MPEs e as ESCs permite o registro e fornecimento de informações em tempo hábil.

A questão relativa à opinião do proprietário ou administrador sobre o registro das movimentações das empresas, em que se procurou saber se o registro total de todas as movimentações da empresa pode ser compensado pelo benefício da obtenção de informações úteis para tomada de decisões, está demonstrada na Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 – Compensa registrar todas as movimentações da empresa?

Compensa Registrar Todas as Movimentações	Nº de Empresas	Percentual
Sim	28	69%
Não. Por quê?	10	24%
Não sabe ou não respondeu	3	7%
Total	41	100%

Em 28 empresas, correspondendo a 69%, obteve-se resposta afirmativa, ou seja, que compensa registrar todas as movimentações da empresa, de forma que se obtenham informações úteis para tomada de decisões, no intuito de obter informações corretas, que representem a realidade da empresa. Destaca-se, também, que nesta situação a empresa permanece em condições corretas e evita multas e transtornos, em decorrência do não-pagamento de impostos, há possibilidade de maior controle da empresa, por meio de melhor análise da situação patrimonial e, também, permite-se que a empresa busque linhas de crédito, pois, desta forma, suas demonstrações refletem a realidade. Há grande importância da transparência da informação contábil, abrangendo, além da utilidade para a gestão, também a questão da obtenção de empréstimos.

Para atendimento da real função da Contabilidade, que é o fornecimento de informações úteis e oportunas para a tomada de decisões, necessita-se do registro total de todas as movimentações. Como foi constatado na pesquisa, a maioria das empresas entende que, para obtenção das informações com melhor qualidade para a gestão e menores riscos de multas, compensa registrar todas as movimentações. Apesar desta opinião das MPEs, ressalta-se a fragilidade e pouca utilidade das informações da Contabilidade Societária para utilização na gestão das empresas.

Ressalta-se que três empresas, correspondendo a 7% do total, não sabem ou não responderam esta questão. Já, dez empresas, correspondendo a 24%, declararam não compensar registrar todas as suas movimentações, justificando sua resposta pela razão de a carga tributária no Brasil ser elevada, de ser muito trabalhoso para a MPE o controle das informações de entrada e saída, de não haver necessidade destas informações para tomada de decisões e, também, da falta de retorno das ESCs quanto às informações da empresa, geradas pela Contabilidade.

Entre os motivos levantados pelas MPEs, em razão dos quais declararam não compensar o registro total de todas as movimentações, deve-se ressaltar a opinião dos empresários que declararam não haver necessidade destas informações para tomada de

decisões. Para justificar a necessidade do registro correto e do fornecimento das informações das MPEs, buscou-se identificar como é a organização das ESCs, e, por meio da pesquisa, obteve-se o seguinte:

Tabela 17 – Organização das Empresas de Serviços Contábeis

Organização das Empresas de Serviços Contábeis	Nº de Empresas	Percentual
Boa	33	80%
Ótima	8	20%
Total	41	100%

Na opinião de 33 MPEs pesquisadas, que representam 80% do total, os escritórios de contabilidade apresentam boa organização em relação aos documentos e informações; enquanto para oito empresas, correspondendo a 20% do total da amostra, a organização é ótima. Ressalta-se que não houve nenhuma resposta caracterizando como ruim a organização dos escritórios.

Diante da importância da organização das ESCs para fornecimento de informações úteis e verdadeiras, para gestão da MPE, procurou-se saber se os empresários consideram que as informações econômico-financeiras geradas pelas Empresas de Serviços Contábeis podem ser úteis à gestão de sua empresa. A Tabela 18 evidencia as respostas apuradas:

Tabela 18 – Utilidade das informações da Contabilidade para gestão da MPE

Utilidade das Informações	Nº de Empresas	Percentual
Sim	38	93%
Não	3	7%
Total	41	100%

Em sua grande maioria, 38 empresas, representando 93% da amostra, declararam que as informações fornecidas pelas ESCs podem ser úteis para administrar a empresa. Apenas três empresas, correspondendo a 7%, informaram que as informações contábeis fornecidas pelas ESCs não são úteis à gestão da MPE. Para estas empresas, isso ocorre principalmente pela existência de controles paralelos e, também, por considerarem que os escritórios contábeis cuidam somente da parte fiscal, ou seja, para atendimento às exigências do fisco, não se envolvendo com a questão administrativa.

Constatou-se que, além de 69% das MPEs entenderem que compensa registrar todas as movimentações da empresa, de forma que se obtenham informações úteis para tomada de

decisões conforme exposto na Tabela 16, a grande maioria, ou seja, 93%, declarou concordar com a utilidade destas informações para a gestão das empresas.

Entende-se, portanto, que apesar de concordarem com a utilidade das informações contábeis para gestão da MPE, isto é pouco utilizado; um dos motivos seria a declaração de não haver necessidade e a possibilidade de falta de preparo dos contabilistas para fornecerem informações adequadas.

Nesse sentido, tornou-se necessário identificar o preparo dos contabilistas, para suprir algumas dificuldades dos empresários na interpretação das informações. Para isso, procurou-se saber a opinião dos empresários sobre a questão de os contabilistas estarem ou não preparados para auxiliar na gestão da MPE, o que pode ser observada na Tabela 19:

Tabela 19 – Preparo dos Contabilistas para auxílio na gestão da MPE

Preparo dos Contabilistas	Nº de Empresas	Percentual
Sim	24	59%
Não	17	41%
Total	41	100%

Detectou-se que 24 empresas, representando 59% do total pesquisado, consideram que os contabilistas estão preparados para auxiliá-los na gestão de suas empresas. E, por sua vez, uma parcela significativa, ou seja, 17 empresas, correspondendo a 41%, acredita que os contabilistas não estão preparados para auxiliá-las na gestão. Entre os principais motivos apresentados pelos empresários destacam-se:

- o fato de as informações dos escritórios contábeis serem desatualizadas, não permitindo criar soluções em tempo;
- falta de tempo por parte dos contabilistas, ocasionada pelo grande fluxo de serviços e, também, pela carência de sistemas de informação adequados;
- o escritório não fornece retorno das informações geradas pela Contabilidade para a MPE;
- falta de comunicação entre contabilistas e empresas;
- desconhecimento sobre o negócio da empresa por parte do contabilista; e
- necessidade de aperfeiçoamento profissional.

Para que as ESCs possam fornecer informações atualizadas e úteis à gestão da MPE, detecta-se a necessidade de um fluxo adequado de informações entre estas e as MPEs, de

forma que permita o registro em tempo hábil, ou seja, que se forneçam informações atualizadas, no momento correto para tomada de decisão; são importantes também a organização e qualificação dos profissionais para que forneçam informações de qualidade às referidas empresas.

No que se refere à falta de tempo dos contabilistas, remete-se novamente à questão de a Contabilidade buscar atender apenas às exigências fiscais; sendo que para o fornecimento de informações úteis para gestão, há necessidade de dispensar mais tempo em sua elaboração. Dessa forma, para auxílio dos contabilistas na gestão da MPE, verifica-se a necessidade não só de melhorar a comunicação com as MPEs, por meio do fornecimento de informações e suas análises, tomar conhecimento sobre o negócio das empresas clientes, mas também de utilizar informações gerenciais, além das societárias.

Na seqüência, apresentam-se os relatórios utilizados pelas MPEs, bem como os relatórios fornecidos pelas ESCs.

4.2.3 Relatórios contábeis utilizados

No intuito de identificar qual tipo de controle ou relatório econômico-financeiro é utilizado na gestão das 41 MPEs analisadas, bem como sua periodicidade de disponibilização, foram apurados os dados que constam na Tabela 20, a seguir:

Tabela 20 – Informações econômico-financeiras utilizadas na gestão da MPE

Informações Contábeis Utilizadas na Gestão da MPE			Periodicidade			
Tipos de Relatórios Utilizados	Nº de Respostas	Percentual	Semanal	Mensal	Trimestral	Anual
Balanço Patrimonial	21	13%				21
Balancete de Verificação	19	12%	1	3	3	12
Demonst. Resultado do Exercício	10	6%		4	2	4
Fluxo de Caixa	12	7%	3	9		
Relatório de Custos	11	7%	1	7	2	1
Relatório p/ Formação de Preços	10	6%	2	6	2	
Relatório de Contas a Pagar e Receber	20	12%	13	6	1	
Análise de Variações – Orçamento	6	4%	2	4		
Folha de Pagamento	24	15%		24		
Livros Fiscais	17	10%		9		8
Guias Fiscais	13	8%	1	10		2
Total	163	100%				
Nenhum	5					
Não sabe ou não respondeu	5					

Para obtenção dos dados que constam na Tabela 20, cada MPE destacou no questionário os relatórios que utiliza na gestão de sua empresa. Ressalta-se que algumas MPEs utilizam mais de um tipo de controle ou relatório econômico-financeiro, e que o percentual de utilização de cada controle ou relatório foi obtido diante da relação entre o resultado individual de cada relatório com a soma total, conforme a manifestação destas empresas.

Conforme pode ser observado na Tabela 20, em termos de análises, apurou-se o seguinte *ranking* de utilização dos controles ou relatórios econômico-financeiros utilizados na administração da MPE:

1º Folha de pagamento – com 15% é o relatório mais utilizado na gestão da MPE, com periodicidade predominantemente mensal;

2º Balanço Patrimonial – com 13% e utilizado com periodicidade de uso anual;

3º O Relatório de Contas a Pagar e a Receber e o Balancete de Verificação – com 12% cada, encontram-se empatados na utilização pela MPE. A periodicidade de uso predominante dos Relatórios de Contas a Pagar e a Receber é semanal, e a do Balancete, anual;

4º Livros Fiscais – representam 10% da utilização, e sua periodicidade é predominantemente mensal;

5º Guias Fiscais – com 8%, e periodicidade predominante mensal;

6º Demonstração do Fluxo de Caixa e Relatório de Custos – empatados com 7% e, também, ambos com periodicidade mensal de uso pelas empresas;

7º Demonstração de Resultado do Exercício e o Relatório para Formação de Preços – ambos com 6%, empatados em sétimo lugar. A DRE é utilizada principalmente na periodicidade mensal e, também, anual. Já o Relatório para Formação de Preços é utilizado mensalmente;

8º Análise de Variações – Orçamento – por fim, na oitava posição com 4%, é utilizado principalmente na periodicidade mensal, quando são comparadas as variações ocorridas entre o planejado e o realizado.

Ressalta-se que cinco empresas declararam não utilizar nenhum controle ou relatório econômico-financeiro para sua gestão e outras cinco empresas não responderam a esta questão. Destes controles e relatórios mais utilizados pelas MPEs em sua gestão, constatou-se que a periodicidade anual de utilização do Balanço Patrimonial não proporciona uma análise significativa. Fato idêntico também para o Balancete de Verificação. Percebeu-se do mesmo modo a presença dos relatórios e controles utilizados, de documentos provenientes da Contabilidade que visam a atender apenas às exigências do fisco, tais como as guias fiscais e livros fiscais com pouca contribuição para a gestão da MPE.

Entre os relatórios menos utilizados pelas empresas, observam-se relatórios fundamentais, se elaborados com fins gerenciais, tais como: Demonstração do Fluxo de Caixa, Relatório de Custos, Demonstração de Resultado do Exercício e o Relatório para Formação de Preços. Cabe ressaltar que se torna difícil a realização de uma boa gestão com a pouca utilização de relatórios fundamentais e com periodicidades tão impróprias, conforme apresentado pelas MPEs pesquisadas.

A utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa permite que investidores, credores e outros usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa; a taxa de conversão de lucro em caixa; o desempenho operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; o grau de

precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento etc.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é de extrema importância para a gestão das empresas, pois apresenta as operações realizadas pela empresa, durante determinado período, demonstrando o resultado líquido apurado. Para apurar o lucro líquido, devem compor a DRE informações relativas aos custos dos serviços ou produtos vendidos, com possibilidade de demonstração dos custos diretos e indiretos, fixos ou variáveis em separado; ou seja, é um demonstrativo importante para a MPE, com grande utilidade na tomada de decisões.

Buscou-se igualmente identificar quem definiu o conteúdo dos relatórios ou controles utilizados pela MPE, o que é evidenciado na Tabela 21, a seguir:

Tabela 21 – Quem definiu o conteúdo dos relatórios

Quem Definiu o Conteúdo dos Relatórios	Nº de Respostas	Percentual
Proprietário	19	48%
Contador	17	44%
Administrador	3	8%
Total	39	100%
Não utiliza relatório	5	
Não respondeu	1	

Em algumas empresas, seus conteúdos foram definidos por mais de uma pessoa. Observou-se nas respostas que, em 48% das situações, o conteúdo dos relatórios foi definido pelos próprios proprietários, em 44% pelos contadores e com pouca expressividade, em 8% foi definido pelo administrador. Observou-se também que cinco empresas declararam não utilizar nenhum tipo de controle ou relatório, e uma empresa não respondeu.

Cinco empresas portanto não responderam à questão referente ao tipo de controle ou relatório utilizado na gestão da empresa (Tabela 20); pode-se concluir, então, que estas empresas utilizam algum de tipo de controle, apesar de não os terem informado. Apesar de o conteúdo dos relatórios ter sido definido pelos proprietários em 48% dos casos, constata-se a utilização de relatórios com pouca utilidade para a gestão da MPE.

Depois de analisados os relatórios utilizados e verificado quem definiu seus conteúdos, será vista a seguir a forma de elaboração dos controles e relatórios pelas MPes e, também, pelas ESCs, conforme se pode observar na Tabela 22, a seguir:

Tabela 22 – Forma de elaboração dos relatórios

Forma de Elaboração dos Relatórios	Nº de Respostas	Percentual
Em Planilhas Eletrônicas	8	21%
Manualmente	13	37%
Em Sistemas Computadorizados	15	42%
Total	36	100%
Não Utiliza Relatórios	5	
Não Respondeu	1	

Considerando-se que, em algumas empresas, a elaboração dos relatórios é realizada de mais de uma forma, apurou-se nas respostas das empresas que utilizam controles ou relatórios que 42% destes são elaborados e/ou fornecidos em sistemas computadorizados, 37% manualmente e 21% em planilhas eletrônicas. Percebe-se então uma parcela relevante, cujos controles ou relatórios ainda são elaborados e/ou fornecidos manualmente, o que pode refletir falta de estrutura tecnológica e, também, ocasionar lentidão na obtenção das informações. Ressalta-se que, das 41 empresas que responderam à pesquisa, cinco não utilizam nenhum tipo de controle ou relatório na gestão da empresa (Tabela 20) e, conseqüentemente, não informaram as suas formas de elaboração. Uma empresa não respondeu a esta questão.

Para a questão referente aos relatórios, às informações e aos serviços que as ESCs fornecem às MPEs, foram apuradas as seguintes informações que constam na Tabela 23, a seguir:

Tabela 23 – Relatórios fornecidos pelas Empresas de Serviços Contábeis

Relatórios Fornecidos pelas ESCs	Nº de Respostas	Percentual
Balanço Patrimonial	13	11%
Demonstração do Resultado do Exercício	8	7%
Relatório para Formação de Preços	2	2%
Folha de Pagamento	25	21%
Assessoria/Consultoria na Gestão	3	3%
Emissão de Guias Fiscais	23	20%
Balancete de Verificação	8	7%
Fluxo de Caixa	6	5%
Relatório de Contas a Pagar e Receber	7	6%
Orçamento	1	1%
Livros Fiscais	20	17%
Relatório de Custos	1	1%
Total	117	100%
Nenhum (MPEs que não recebem relatórios)	8	
Não Respondeu	1	

Na possibilidade de as empresas escolherem mais de uma opção, o *ranking* dos relatórios, informações e serviços mais fornecidos pelas ESCs é:

- 1º Folha de Pagamento – com 21%, é o relatório mais fornecido pelas ESCs;
- 2º Emissão de Guias Fiscais – com 20%;
- 3º Livros Fiscais – com 17%;
- 4º Balanço Patrimonial – apresentando 11%;
- 5º Demonstração do Resultado do Exercício e Balancete – 7% cada;
- 6º Relatório de Contas a Pagar e Receber – 6%;
- 7º Demonstração do Fluxo de Caixa – com 5%;
- 8º Assessoria / Consultoria à Gestão – 3%;
- 9º Relatório para Formação de Preços – com 2%; e
- 10º Orçamento e Relatório de Custos – em último, com 1% cada.

Ressalta-se que oito empresas declararam que as ESCs não fornecem nenhum relatório utilizado na gestão, registra-se ainda que uma empresa não respondeu à questão. Observa-se, também, que além das empresas que não recebem nenhum relatório utilizado na gestão, de acordo com a ordem exposta anteriormente, representando 58% dos mais fornecidos pelas ESCs, encontram-se relatórios com pouca utilidade na gestão, tais como: Folha de Pagamento, Emissão de Guias Fiscais e Livros Fiscais, relatórios estes com características de atendimento à legislação fiscal.

Isso denota, portanto, a tendência de a Contabilidade das MPEs, em nível nacional, atender sobretudo às exigências do fisco, não dando a devida importância ao atendimento à função da Contabilidade, que é fornecer informações úteis e oportunas à tomada de decisões. Os relatórios com maior utilidade na tomada de decisão, por sua vez, são pouco fornecidos, como a DRE, o Balanço Patrimonial, Relatórios para Formação de Preços e Relatórios de Custos.

Além dos relatórios que são fornecidos pelas ESCs, buscou-se identificar as necessidades por parte das MPEs, em termos de relatórios, informações e serviços que estas gostariam de receber de suas prestadoras de serviços contábeis, e ainda que estas informações as auxiliassem a melhorar sua gestão e averiguar com qual periodicidade. Obtiveram-se as seguintes informações, conforme se pode observar na Tabela 24, a seguir:

Tabela 24 – Relatórios, informações e serviços que a MPE gostaria de receber

Relatórios, Informações e Serviços que a MPE Gostaria de Receber			Periodicidade			
Relatórios que Gostaria de Receber	Nº de Respostas	Percentual	Semanal	Mensal	Trimestral	Anual
Balanço Patrimonial	7	8%		2	1	4
Balancete	9	10%		8	1	
Demonstração do Resultado do Exercício	14	15%	1	9	3	1
Fluxo de Caixa	9	10%	1	7	1	
Relatório de Custos	16	17%	2	12	2	
Relatório para Formação de Preços	11	12%	2	8	1	
Relatório de Contas a Pagar e Receber	6	7%	3	3		
Folha de Pagamento	3	3%		3		
Orçamento	3	3%	1	2		
Assessoria/Consultoria à Gestão	14	15%	2	9	3	
Total	92	100%				
Nenhum (MPEs não gostariam)	7					
Não Respondeu	5					

Na possibilidade de escolha de mais de uma opção, apurou-se o *ranking* dos relatórios, informações e serviços que as MPEs gostariam de receber das ESCs e suas periodicidades:

1º Relatório de Custos – em primeiro lugar na preferência dos empresários entre os relatórios que os ajudem na gestão de sua empresa, com 17%. Sua periodicidade de preferência é mensal;

2º Demonstração do Resultado do Exercício e Assessoria e/ou Consultoria na Gestão – empatados em segundo, com 15% da preferência dos empresários e com periodicidade mensal;

3º Relatório para Formação de Preços – em terceiro, com 12% e periodicidade mensal;

4º Balancete e Demonstração do Fluxo de Caixa – ambos apresentando 10% e periodicidade mensal;

5º Balanço Patrimonial – com 8% e periodicidade anual;

6º Relatório de Contas a Pagar e a Receber – com 7%, apresentando periodicidade semanal e mensal de preferência; e

7º Folha de Pagamento e Orçamento – ambos na sétima posição com 3% cada e periodicidade mensal indicada pela MPE.

Ressalta-se que sete empresas não gostariam de receber nenhum tipo de relatório das ESCs para utilização em sua gestão, e cinco empresas não responderam à questão. Em relação aos relatórios que as MPEs gostariam de receber, de forma que auxilie em sua gestão, apresentou-se uma ordem de relatórios e serviços, que podem ser considerados muito úteis para a gestão das referidas empresas, tal como o Relatório de Custos, com periodicidade mensal, que permite às empresas identificarem os custos de seus produtos, e suas conseqüentes margens de lucro, em tempo hábil para a tomada de decisões.

Observa-se a presença, em segundo lugar, da Demonstração do Resultado do Exercício, relatório muito útil para a análise dos resultados econômicos da entidade. E, também, em segundo lugar, apresenta-se a Assessoria e/ou Consultoria na Gestão, em que se destaca que o Contador pode contribuir para a análise e interpretação das demonstrações contábeis, bem como orientar os empresários no sentido de tomarem as melhores decisões. Ambos os serviços com periodicidade mensal desejada, entendendo-se como sendo esta a mais indicada para o correto acompanhamento da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa, e conseqüente orientação ao empresário em suas decisões.

Apresenta-se, em seguida, o Relatório para Formação de Preços, com periodicidade mensal, importante instrumento para que os empresários montem seus preços, de forma que obtenham a maior lucratividade possível, e também identificar possibilidades de redução em alguns itens que compõem o preço de venda, caso seja necessário ajustar ao preço de mercado. Em menor grau de necessidade, as MPEs pesquisadas evidenciaram o Balancete de Verificação e o Fluxo de Caixa, ambos com periodicidade mensal. Sendo o primeiro útil à análise das mutações patrimoniais da entidade e o outro fundamental para controle financeiro, permitindo análise das necessidades de entradas e controle das saídas financeiras.

Nas últimas posições estão: o Balanço Patrimonial, que diante da sua periodicidade anual, conforme a preferência dos empresários, não tem muita função para gestão das empresas, caracterizando-se, principalmente, para fins fiscais. Em seguida, apresenta-se o Relatório de Contas a Pagar e Contas a Receber, com necessidade semanal e mensal, conforme indicado pelos empresários, relatórios estes, também, de grande importância para controle financeiro da empresa, pois permitem um controle das entradas e saídas financeiras. Por último, estão a Folha de Pagamento e o Orçamento, sendo a primeira um instrumento com

características fiscais e o segundo, com pouca preferência pelos empresários como instrumento de auxílio à gestão.

Como visto, os principais relatórios que as MPEs gostariam de receber são relatórios de grande utilidade para a tomada de decisão; sendo, portanto, necessário, além do interesse dos empresários em recebê-los, também, uma resposta dos contabilistas no sentido de oferecerem e de se prepararem para o fornecimento destes relatórios.

Após detectar-se quais relatórios as MPEs gostariam de receber, de forma que contribua para uma melhor gestão, procurou-se saber os motivos pelos quais estes não são utilizados no momento, o que consta na Tabela 25:

Tabela 25 – Motivos da não-utilização dos relatórios pela MPE

Motivos da Não-Utilização	Nº de Respostas	Percentual
Não tem tempo para aplicá-los	6	16%
Difícil aplicação na empresa	2	5%
Limitação de recursos	5	14%
Não há necessidade	10	27%
A equipe não domina as técnicas	3	8%
Relatórios demorados e desatualizados	4	11%
Outros	7	19%
Total	37	100%
Não Responderam	5	

Em relação aos motivos para a não-utilização, cinco empresas não responderam e uma empresa apresentou dois motivos para a não-utilização dos relatórios, informações e serviços no momento, sendo estes a limitação de recursos e a falta de tempo para aplicá-los. Entre os motivos principais da não-utilização dos relatórios, destacam-se: 27% dos empresários julgam que não há necessidade para a MPE; outros 19% indicaram que os motivos são outros, entre eles:

- não são registradas todas as movimentações da empresa e, tampouco, enviam todos os documentos para o registro pela Contabilidade;
- falta de tempo ou interesse do escritório contábil na prestação destes serviços; e
- o empresário não conhece as informações e relatórios.

Em seguida, 16% dos empresários declararam não ter tempo para aplicar os relatórios nas empresas. Para 14%, o motivo da não-utilização é a limitação de recursos, enquanto 11% alegaram o fato de os relatórios serem demorados e desatualizados; 8%

declararam que a equipe da MPE não domina as técnicas necessárias, e 5% alegaram dificuldade na aplicação destes relatórios na MPE.

A manifestação de grande parte dos empresários, ao relatar que os relatórios, serviços e informações não são utilizados no momento em função de não haver necessidade, justifica-se, provavelmente, em virtude de as informações não refletirem a realidade da empresa, e também, da existência de controles paralelos.

Mesmo com a declaração de 93% dos empresários (Tabela 18), ou seja, que reconhecem a utilidade da informação econômico-financeira para utilização na tomada de decisão, conforme visto anteriormente, é preciso tornar o entendimento e a análise mais acessíveis aos empresários. Isso pode ser realizado pela orientação do Contador, pois este agente pode interpretar e analisar os relatórios para o cliente e orientá-lo de forma que forneça instrumentos para a tomada de decisão, ressaltando-se, no entanto, a necessidade de que as informações possuam características gerenciais, e não somente com a finalidade de atender às exigências do fisco.

Referindo-se aos outros motivos da não-utilização, declarados pelos empresários, verifica-se a alegação de que não é realizado o registro de todas as movimentações. Sobre este ponto, conforme foi visto na Tabela 16, constatou-se que 69% dos empresários declararam que compensa registrar todas as movimentações da empresa, no intuito de obter informações úteis para a gestão. Apesar desta declaração, na prática isso não ocorre, acrescentando-se a ela a questão da fragilidade da Contabilidade Societária. Por esse motivo, torna-se difícil a utilização destas informações na tomada de decisão por parte da MPE.

Em relação aos 16% dos empresários que declararam não ter tempo para aplicar os relatórios nas empresas, observa-se uma das características principais das MPEs, ou seja, o fato de o proprietário ser o executor de muitas tarefas operacionais, em geral não sobrando tempo para as questões administrativas. Para 14% dos empresários, o motivo da não-utilização é a limitação de recursos financeiros, motivo este significativo, apesar de não ser o principal, na opinião das MPEs.

Como já abordado, há a necessidade de que o fluxo de informações entre as MPEs e as ESCs ocorra perfeitamente, e em uma periodicidade adequada. Este fato resolveria a alegação apresentada por 11% dos empresários acerca da não-utilização dos relatórios e serviços pela razão de estes serem demorados e desatualizados.

Na opinião de 8% das MPEs, sua equipe não domina as técnicas necessárias para análise das informações recebidas, e, para tanto, deveria melhorar a qualificação dos funcionários, bem como dos gestores. Além da melhoria na qualificação dos funcionários, conforme opinião dos empresários, uma assessoria ou consultoria do Contador pode contribuir para melhor entendimento das informações e, conseqüentemente, para a melhor aplicação destes relatórios e serviços na MPE, pois a difícil aplicação na empresa foi o motivo alegado por 5% dos empresários.

Referindo-se ao motivo da limitação de recursos, e com o objetivo de identificar possibilidades de valorização dos honorários contábeis, investigou-se se o custo dos serviços contábeis é considerado alto para a MPE. Por meio da opinião dos empresários, obtiveram-se as seguintes informações:

Tabela 26 – Custo dos serviços contábeis é considerado alto para MPE?

Custo dos Serviços Contábeis	Nº de Empresas	Percentual
Sim	13	32%
Não	25	61%
Não Respondeu	3	7%
Total	41	100%

Das empresas pesquisadas, 25, correspondendo a 61% do total, declararam que os honorários contábeis não possuem custo elevado. Por sua vez, 13 empresas, representando 32%, consideram o custo do serviço contábil alto. Ressalta-se que três empresas não responderam à questão.

No intuito de identificar os valores reais de honorários pagos atualmente, apenas 28 empresas informaram os honorários pagos mensalmente às ESCs. E uma empresa pesquisada, com Contabilidade interna, informou que o custo do honorário supracitado é composto pelo salário do funcionário responsável e seus respectivos encargos sociais, totalizando R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais. Por não se tratar da prestação de serviços por ESC terceirizada, excluiu-se seu valor do cálculo da média apurada. Os valores individuais pagos e a média podem ser observados na Tabela 27:

Tabela 27 – Valores dos honorários contábeis pagos pelas MPEs (R\$)

HONORÁRIOS / VALORES	R\$ / MÊS
1	104,00
2	120,00
3	260,00
4	520,00
5	260,00
6	390,00
7	130,00
8	390,00
9	182,00
10	130,00
11	130,00
12	110,00
13	390,00
14	340,00
15	105,00
16	182,00
17	390,00
18	208,00
19	130,00
20	130,00
21	130,00
22	130,00
23	390,00
24	95,00
25	740,00
26	485,00
27	390,00
28	600,00
Média Aritmética dos Honorários	270,04
Valor da Contabilidade Interna	1.500,00

Percebe-se, portanto, uma média mensal de R\$ 270,04 (duzentos e setenta reais e quatro centavos) dos honorários contábeis pagos pelos empresários. Em relação à representatividade do custo dos honorários sobre o faturamento das MPEs (Tabela 5), 17 empresas, representando 41%, declararam possuir faturamento de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ao ano, e 24 empresas, correspondendo a 59%, informaram faturar de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) anuais. Dessa forma, não foi possível determinar com exatidão o quanto isso representa sobre o faturamento, pois este valor foi obtido em faixas de valores, conforme supracitado.

Relacionado ao fato da falta de domínio das técnicas necessárias para entendimento dos relatórios, procurou-se averiguar se a MPE teria condição de interpretar e analisar os relatórios e informações recebidos das ESCs, que ajudassem a uma melhor gestão, obtendo o seguinte:

Tabela 28 – Condição da MPE para interpretação dos relatórios

Condição de Interpretar Relatórios	Nº de Empresas	Percentual
Sim	31	76%
Não	6	15%
Não Respondeu	4	10%
Total	41	100%

Quatro empresas, correspondendo a 10%, não responderam à questão. Percebe-se que 31 empresas, representando 76%, declararam ter condições de interpretar e analisar os relatórios, e apenas seis empresas, representando 15%, informaram não ter condições de interpretá-los e analisá-los, informando seus motivos, conforme a seguir:

- não saberia interpretar todos os relatórios, e
- falta de conhecimentos técnicos contábeis, em que, conforme o empresário, um acompanhamento ou assessoria do contador solucionaria este problema.

No que diz respeito à questão da condição de interpretar os relatórios, objetivou-se identificar o grau de aperfeiçoamento profissional dos gestores das MPEs, por meio do levantamento da última data em que participaram de algum curso relacionado à gestão do negócio. Na Tabela 29, pode ser visualizado o resultado apurado:

Tabela 29 – Participação dos empresários em curso de aperfeiçoamento

Participação em Curso de Aperfeiçoamento	Nº de Empresas	Percentual
Menos de um ano	24	59%
De 1 a 2 anos	3	7%
De 2 a 3 anos	3	7%
De 3 a 4 anos	1	2%
Há mais de 4 anos	6	15%
Não Respondeu	4	10%
Total	41	100%

Vinte e quatro MPEs, representando 59% do total, informaram que seus sócios participaram de cursos de aperfeiçoamento em um período de menos de um ano. Já, seis empresas, correspondendo a 15%, declararam que participaram de cursos em um período

superior a quatro anos. Três empresas, correspondendo a 7% do total, informaram que seus sócios participaram de cursos em um período de 1 a 2 anos, e outros 7%, entre 2 e 3 anos, e apenas uma empresa declarou que os sócios participaram de um curso em um período entre 3 e 4 anos, representando 2% do total. Ressalta-se que quatro empresas, representando 10%, não responderam à questão.

Percebe-se, portanto, que, conforme declaração dos empresários, a grande maioria participou de algum curso de aperfeiçoamento profissional recentemente, ou seja, há menos de um ano, buscando melhorar sua qualificação para realizar a gestão da empresa. Conforme mencionado pelos empresários, que a assessoria de um contador na gestão da empresa poderia contribuir para a interpretação e análise das informações, pesquisou-se a opinião das MPEs sobre a utilização de assessoria econômico-financeira, sendo que os empresários responderam o seguinte:

Tabela 30 – Utilização de assessoria de um Contador

Utilização de Assessoria de um Contador	Nº de Empresas	Percentual
Ruim	2	5%
Boa	18	44%
Ótima	20	49%
Não respondeu	1	2%
Total	41	100%

Das empresas pesquisadas, 38, representando 93% do total, consideram que a utilização de assessoria de um contador é boa ou ótima para a empresa. Destas, 18 empresas, correspondendo a 44%, consideram boa, e 20 empresas, representando 49%, consideraram a utilização de assessoria ótima. Apenas uma pequena parte, duas empresas que representam 5%, consideram ruim a assessoria do contador na gestão do negócio. Observe-se, também, que uma empresa não respondeu; portanto, a grande maioria das empresas entende que a assessoria de um contador é positiva para a gestão da MPE.

Diante da opinião de 61% das MPEs, conforme demonstrado na Tabela 26, de que o custo dos honorários não é considerado alto, identificou-se a possibilidade de questionar os empresários quanto à relação do custo *versus* benefício da valorização dos serviços contábeis para a obtenção de serviços e informações úteis à gestão da MPE. Para isso, procurou-se saber dos empresários se um custo maior dos honorários dos serviços contábeis pode ser compensado pelo benefício da obtenção de informações que os ajudassem na gestão de suas empresas, obtendo o que se pode visualizar na Tabela 31:

Tabela 31 – Custo maior dos serviços contábeis pode ser compensado?

Custo Maior dos Serviços Contábeis	Nº de Empresas	Percentual
Sim	30	73%
Não	8	20%
Não Respondeu	3	7%
Total	41	100%

Das empresas pesquisadas, 30, representando 73% do total, consideram que um custo maior pode ser compensado por informações que as ajudem na gestão de suas empresas. Já oito empresas, correspondendo a 20%, informaram que um custo maior não compensa o fornecimento destas informações pelas ESCs. Ressalta-se que três empresas não responderam, representando 7% do total pesquisado. Conclui-se, portanto, que, além de a maioria das MPes achar que o custo dos honorários não é considerado alto, grande parte delas, representando 73% da amostra, considera que um custo maior dos serviços contábeis pode ser compensado pelo fornecimento pelas ESCs de relatórios, informações e serviços úteis à tomada de decisões das MPes.

Ressalta-se, então, a possibilidade de as ESCs ampliarem o leque de serviços, não se restringindo apenas em cumprir as exigências fiscais, ou seja, passem a adotar a prestação destes serviços de melhor qualidade, os quais proporcionam o fornecimento de informações úteis à gestão das empresas, bem como aos Contadores, o atendimento à real função da Contabilidade. No entanto, destaca-se que as informações provenientes da Contabilidade Societária não são suficientes para utilização na tomada de decisão das empresas, sendo necessário, portanto, o fornecimento de informações gerenciais.

Diante da opinião da maioria das MPes de que o custo dos honorários contábeis não é alto, e de que um custo maior dos serviços pode ser compensado pelo benefício da obtenção de informações úteis à tomada de decisões, procurou-se averiguar quanto os empresários pagariam a mais para receber relatórios, informações e serviços das ESCs que auxiliassem numa melhor gestão de suas empresas, obtendo como resposta o que consta na Tabela 32:

Tabela 32 – Quanto a MPE pagaria a mais para as ESCs?

Quanto a MPE pagaria a mais para as ESCs	Nº de Empresas	Percentual
0%	6	15%
De 1% a 20%	7	17%
De 20,1% a 40%	4	10%
De 40,1% a 60%	6	15%
De 60,1% a 80%	0	0%
De 80,1% a 100%	1	2%
Não sabem. Depende de Análise	5	12%
Não Responderam	12	29%
Total	41	59%

Apurou-se que 18 empresas, representando 44% da amostra, estariam dispostas a pagar mais por serviços que contribuíssem para a gestão da empresa. Destas 18, sete empresas, correspondendo a 17% do total, pagariam entre 1% e 20% a mais; outras quatro empresas, representando 10% do total, pagariam entre 20,1% e 40%; seis empresas, correspondendo a 15%, pagariam entre 40,1 e 60% a mais, e uma empresa, representando 2% do total, pagaria de 80,1% a 100% a mais para obter informações úteis e oportunas a sua gestão.

Cinco empresas, representando 12%, declararam não saber e ressaltaram a necessidade de análise da relação custo *versus* benefício quanto ao aumento dos honorários contábeis para obtenção de serviços e informações úteis à gestão da MPE. Já seis empresas, representando 15%, não pagariam nenhum valor a mais para obtenção destes serviços, e doze empresas, correspondendo a 29%, não responderam.

Como visto, identificou-se que 44% das empresas estariam dispostas a pagar mais por serviços que contribuíssem para a gestão de sua empresa. Outros 12% ressaltaram a necessidade de análise da relação custo *versus* benefício no que concerne ao aumento dos honorários contábeis.

Depois de examinadas a tabulação e a análise dos resultados da pesquisa realizada com as MPEs, serão vistas na seqüência a tabulação e análise dos resultados da pesquisa realizada com as ESCs.

4.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa nas empresas de serviços contábeis (ESC)

Caracterizam-se, a seguir, os resultados obtidos com a amostra das ESCs, na qual foi realizada a pesquisa de campo. Foram distribuídos questionários para as 37 empresas cadastradas na Associação Profissional dos Contabilistas de Unaí – MG, porém, apenas 33 responderam, representando 89,19% do total.

4.3.1 Caracterização da amostra

Para a caracterização da amostra das ESCs, buscaram-se informações como o tempo de atividade destas empresas, o ramo de especialidade, o faturamento anual, a quantidade de sócios, o número de funcionários, o grau de escolaridade dos funcionários, a quantidade de sócios contadores e técnicos, a quantidade de clientes das empresas de serviços contábeis e a forma de tributação das MPEs clientes.

Para identificação do tempo em que as ESCs foram constituídas, apresentam-se os seguintes dados:

Tabela 33 – Tempo de atividade das ESCs

Tempo de Atividade	Nº de Empresas	Percentual
De 1,1 anos a 10 anos	12	36%
De 10,1 anos a 20 anos	12	36%
Mais de 20 anos	9	28%
Total	33	100%

Das 33 ESCs que responderam à pesquisa, 12 estão em operação entre 1,1 anos e 10 anos, correspondendo a 36% do total. Em atividade entre 10,1 e 20 anos, constatou-se a presença de outras 12 empresas, representando também 36%. Observou-se, também, a presença de nove empresas em atividade há mais de 20 anos, representando 28% do total. Constatou-se que 64% das empresas pesquisadas estão em atividade há mais de 10,1 anos. Esta média de vida é relativamente alta para os padrões brasileiros das MPEs.

Com o objetivo de identificar o ramo de especialidade principal das ESCs, apresenta-se a seguinte distribuição das empresas pesquisadas:

Tabela 34 – Ramo de especialidade das ESCs

Ramo de Especialidade	Nº de Empresas	Percentual
Contabilidade Comercial	31	61%
Contabilidade Rural	16	31%
Contabilidade Tributária	1	2%
Contabilidade Para Condomínios	1	2%
Assessoria/Consultoria Contábil	2	4%
Total	51	100%
Total de ESCs	33	

Conforme as respostas das 33 empresas pesquisadas, obtiveram-se 51 especialidades distribuídas da seguinte forma: 31 empresas, representando 61% das respostas, são especialistas no ramo de Contabilidade Comercial; em segundo lugar, tem-se a Contabilidade Rural, com 16 empresas especialistas, representando 31%. Duas empresas, correspondendo a 4%, apresentaram-se como especialistas em Assessoria/Consultoria à Gestão. Uma empresa representando 2% declarou ser especialista em Contabilidade para Condomínios, e outra empresa informou prestar serviços de Contabilidade Tributária.

Ressalta-se o fato de algumas ESCs possuírem mais de uma especialidade. Das ESCs pesquisadas:

- catorze declararam ser especialistas em Contabilidade Comercial e Contabilidade Rural;
- catorze empresas são especialistas apenas em Contabilidade Comercial;
- uma empresa declarou ser especialista em Contabilidade Comercial e, também, em Contabilidade Tributária;
- uma empresa é especialista em Contabilidade Comercial, Contabilidade Rural e, também, em Contabilidade para Condomínios;
- uma empresa é especialista em Contabilidade Comercial e em Assessoria/Consultoria Contábil;
- uma empresa é especialista, somente, em Assessoria /Consultoria Contábil; e
- uma empresa é especialista, somente, em Contabilidade Rural.

Cabe destacar que não foram pesquisadas empresas agropecuárias ou rurais, apesar de 16 ESCs terem declarado ser especialistas neste tipo de empresa. Não foram analisadas estas empresas, pois o critério de classificação da MPE adotado para este trabalho não

engloba as empresas rurais que, normalmente, não possuem empresas constituídas, ou seja, são os chamados produtores rurais, na figura da pessoa física.

Depois de examinados os ramos de especialidade das ESCs, buscou-se identificar o porte destas empresas, com base em sua faixa de faturamento anual:

Tabela 35 – Faturamento anual das ESCs

Faturamento Anual	Nº de Empresas	Percentual
Até R\$ 120.000,00	28	85%
De R\$ 120.000,00 até 1.200.000,00	5	15%
Total	33	100%

Verificou-se que 28 das ESCs, correspondendo a 85% do total, possuem faturamento anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e cinco delas, representando 15 %, apresentam faturamento entre R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). A maioria, obedecendo ao critério de classificação adotado no presente estudo, seria classificada como Microempresa.

Ainda no intuito de caracterizar a amostra, buscou-se identificar a quantidade de sócios das ESCs, o que está evidenciado na Tabela 36:

Tabela 36 – Quantidade de sócios das Empresas de Serviços Contábeis

Número de Sócios dos Escritórios	Nº de Empresas	Percentual
1 sócio	20	61%
2 sócios	12	36%
4 sócios	1	3%
Total	33	100%

Apurou-se que 20 ESCs pesquisadas, correspondendo a 61%, possuem apenas um sócio ou proprietário; outras 12 empresas apresentaram dois sócios cada, representando 36% do total das empresas, e apenas uma empresa apresentou quatro sócios correspondendo a 3% do total.

Depois de examinada a quantidade de sócios das ESCs, procurou-se identificar a quantidade de funcionários destas empresas:

Tabela 37 – Quantidade de funcionários das ESCs

Número de Funcionários	Nº de Empresas	Percentual
Nenhum	3	9%
Até 9 empregados	26	79%
De 10 a 19 empregados	4	12%
Total	33	100%

Ao identificar a quantidade de funcionários empregados nas ESCs, excluídos os sócios, verificou-se que 26 empresas, correspondendo a 79% do total, possuem até nove empregados; outras três empresas, representando 9%, não possuem nenhum funcionário, e apenas quatro, correspondendo a 12%, possuem entre 10 e 19 empregados. Observe-se que as ESCs possuem poucos funcionários, pois nenhuma declarou possuir acima de 20 empregados.

No intuito de identificar o grau de escolaridade dos proprietários das ESCs, foram apurados os seguintes resultados:

Tabela 38 – Escolaridade dos proprietários das ESCs

Escolaridade dos Proprietários	Nº de Respostas	Percentual
2º Grau Completo	19	40%
Superior Incompleto	9	19%
Superior Completo	15	31%
Especialização	5	10%
Total	48	100%

Observa-se na Tabela 38 que 19 proprietários, representando 40%, possuem apenas o 2º grau completo, ou seja, possivelmente sejam Técnicos em Contabilidade. Já nove destes, correspondendo a 19%, possuem superior incompleto, e outros 15 sócios, representando 31%, declararam possuir superior completo; e apenas cinco, correspondendo a 10%, possuem cursos de especialização. Apesar de 60% possuírem, ao menos, o curso superior incompleto, ressalta-se o percentual significativo de 40% com apenas o segundo grau.

Para complementar o entendimento quanto à escolaridade e formação dos sócios das ESCs, buscou-se identificar a quantidade de sócios contadores e a quantidade de técnicos em Contabilidade, conforme Tabela 39, a seguir:

Tabela 39 – Quantidade de sócios Contadores e Técnicos

Quantidade de Sócios	Nº de Sócios	Percentual
Contador (es)	18	38%
Técnico (s)	28	58%
Outra formação, qual?	2	4%
Total	48	100%

Conforme resultados, percebe-se que 28 sócios, representando 58% do total, ainda são apenas Técnicos em Contabilidade. Por sua vez, 18 proprietários, representando 38%, são contadores, ou seja, possuem curso superior em Ciências Contábeis. Ressalta-se que outros dois proprietários ou sócios possuem formação superior em Direito. Portanto, os 28 sócios que são técnicos correspondem, conforme a Tabela 38, aos 19 sócios que possuem apenas o 2º grau completo, e aos outros nove que possuem superior incompleto.

Dando continuidade à caracterização da amostra, com o objetivo de identificar a quantidade de clientes das ESCs, apresenta-se a Tabela 40, a seguir:

Tabela 40 – Quantidade de clientes das ESCs

Clientes das ESCs	Nº de Clientes	Percentual
Microempresas	747	30%
Pequenas Empresas	341	14%
Grandes Empresas	47	2%
Outras (Entidades sem fins lucrativos, empresários rurais, condomínios etc.)	1.316	54%
Total	2.451	100%

As 33 empresas de serviços pesquisadas indicaram a existência de 2.451 clientes, sendo que este total engloba Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas, Entidades sem Fins Lucrativos, Empresários Rurais e Condomínios. Para melhor visualização, observemos o Gráfico 1 a seguir:

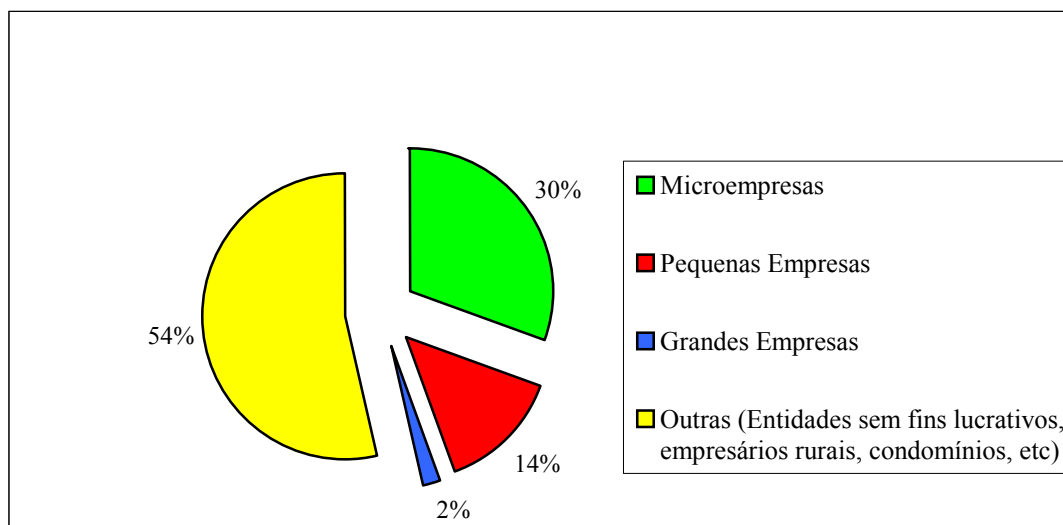


Gráfico 1 – Quantidade de clientes das Empresas de Serviços Contábeis

O universo das MPEs, clientes das ESCs pesquisadas, corresponde a 1.088 (um mil e oitenta e oito) empresas, representando 44% do total. As Micro correspondem a 747, representando 30% do total, e as 341 Pequenas Empresas representam 14% do total. As médias e grandes empresas totalizam 47, representando apenas 2% do total, e com grande representatividade, encontram-se as Entidades sem Fins Lucrativos, Empresários Rurais e Condomínios, totalizando 1.316 (um mil e trezentos e dezesseis), representando 54% do total. Ressalta-se que uma ESC não respondeu a esta questão.

Observa-se que, desconsiderando as Entidades sem Fins Lucrativos, os Empresários Rurais e os Condomínios, verifica-se apenas a presença das Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas, perfazendo estas um total de 1.135 empresas. Destas, 1.088 são MPEs, representando 96% do total, e 47 médias e grandes empresas, correspondendo a 4%. Portanto, esta representatividade está coerente com as estatísticas para o cenário nacional, conforme exposto no Capítulo 2. Para mais detalhes sobre os critérios para escolha da amostra, ver o tópico 1.6.1 referente à pesquisa de campo (Capítulo 1).

Ressalta-se que este estudo focalizou suas atenções apenas às MPEs, e que a sua classificação deu-se por meio da legislação estabelecida pelo Governo Federal – Lei nº 9.317/96 – Simples (BRASIL, 1996). O levantamento da forma de tributação das MPEs, que totalizou 1.088 (um mil e oitenta e oito), pode ser visto na Tabela 41, a seguir, onde constam a quantidade de MPEs e suas Formas de Tributação, conforme informação das ESCs pesquisadas:

Tabela 41 – Forma de tributação das MPEs conforme ESCs

Forma de Tributação das MPEs	Nº de MPEs	Percentual
Simplex	891	82%
Lucro Presumido	180	17%
Lucro Real	17	2%
Total	1.088	100%

Percebe-se que a grande maioria das MPEs utiliza o Simplex como forma de tributação, 891 empresas, representando 82% do total; em segundo lugar, tem-se a opção pelo Lucro Presumido com 180 empresas, correspondendo a 17%, e apenas 17 empresas utilizam o Lucro Real, representando 2%. Observou-se, também, que uma empresa contábil não respondeu a esta questão. Essa grande parte que utiliza o Simplex reflete os seus benefícios, como união de vários tributos em um, dispensa da escrituração comercial e alíquotas diferenciadas.

Depois de examinadas as principais características da amostra, serão descritas, a seguir, as questões ligadas ao fluxo de informações e à gestão da MPE.

4.3.2 As ESCs e a gestão da MPE

Primeiro, em relação ao fluxo de informações e à gestão da MPE, buscou-se averiguar por parte das ESCs se as MPEs fornecem, na íntegra, todas as informações necessárias para elaboração dos registros contábeis, o que consta na Tabela 42:

Tabela 42 – As MPEs fornecem todas as informações

Fornecimento de Informações	Nº de Empresas	Percentual
Sim	11	33%
Não	22	67%
Total	33	100%

Das respostas obtidas, 22, correspondendo a 67% do total, informaram que as MPEs não fornecem todas as informações, e para 11 empresas representando 33%, as MPEs fornecem na íntegra todas as informações necessárias para o registro contábil. Ressalta-se a grande importância do registro de todas as movimentações, de forma que a Contabilidade possa fornecer informações que reflitam a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Quanto às informações relativas ao fluxo de informações ou documentos das MPEs com as ESCs, verificou-se, conforme pode ser observado na Tabela 43, a seguir, que 91% dos escritórios contábeis declararam buscar os documentos e informações nas MPEs, e em três ESCs, correspondendo a 9%, as empresas clientes enviam os documentos e informações.

Tabela 43 – Fluxo de informações da MPE com as Empresas de Serviços Contábeis

Fluxo de Informações da MPE com Escritório			Periodicidade			
Fluxo de Informações	Nº de Escritórios	Percentual	Semanal	Quinzenal	Mensal	Total
Escritório Busca	30	91%	5	8	19	32
Empresa Cliente Envia	3	9%		1	3	4
Total	33	100%				36

Por se tratar de um serviço contábil terceirizado, entende-se como necessário, e de grande importância, que os documentos e informações das empresas possam ser fornecidos em tempo hábil e em sua totalidade, para que as ESCs possam registrá-los e fornecer relatórios adequados à MPE.

Nas 30 ESCs que buscam documentos e informações nas empresas, o fluxo acontece, em sua maioria, com frequência mensal, correspondendo a 59% dos casos. Em 25% das situações, os escritórios buscam quinzenalmente, e em 16%, semanalmente. Ressalta-se que em algumas empresas, os escritórios buscam semanalmente, quinzenalmente e mensalmente.

A periodicidade em que os documentos e informações são buscados pelos escritórios para realização do registro contábil reflete a possibilidade de retorno pelo escritório à MPE de informações para auxiliar em sua gestão. Portanto, sugere-se que esta periodicidade seja reduzida ao máximo e, também, que o registro contábil seja realizado de forma que forneça relatórios em tempo hábil às empresas.

Para os três escritórios contábeis, que representam 9% do total, cujos clientes enviam os documentos e informações para registro contábil, este fluxo acontece em sua maioria mensalmente, correspondendo a 75%, e em 25% das situações, as empresas enviam os documentos quinzenalmente. Ressalta-se que, em uma empresa, os documentos e informações são enviados quinzenalmente e, também, mensalmente. A identificação do funcionamento do fluxo de informações entre as ESCs e a MPE é importante, porém, buscou-se identificar se existe dificuldade na obtenção de informações junto às MPEs.

Em relação à questão que procurou identificar a existência de dificuldade na obtenção das informações para a Contabilidade junto às MPEs, apurou-se o seguinte:

Tabela 44 – Dificuldade na obtenção de informações junto às MPEs

Dificuldade na Obtenção de Informações Junto as MPEs	Nº de Empresas	Percentual
Sim	16	48%
Não	17	52%
Total	33	100%

Verificou-se que 17 ESCs, representando 52% do total, não têm dificuldade na obtenção de informações junto às MPEs; porém, 16 escritórios, que representam 48%, informaram a existência de dificuldade na obtenção de informações. A existência de dificuldade na obtenção de informações junto às empresas torna-se prejudicial, pois contribui para um comprometimento da qualidade dos registros contábeis. Entre as dificuldades levantadas pelos escritórios destacam-se, principalmente:

- a falta de organização das MPEs – neste item ressalta-se o esquecimento de documentos importantes e necessários para o registro;
- atraso no fornecimento dos documentos – as informações são fornecidas atrasadas, fazendo com que os escritórios tenham de fazer o registro de forma urgente, comprometendo a qualidade dos serviços;
- omissão de informações e documentos, ou seja, os empresários não fornecem todas as informações, comprometendo a análise, pois não reflete a realidade da empresa;
- falta de controle dos documentos enviados – ocorre de as empresas fornecerem documentos alheios à empresa, como contas pessoais, ferindo o princípio contábil da entidade.

Todas as dificuldades levantadas pelas ESCs denotam sérios problemas; pois a desorganização, o atraso no fornecimento de documentos, a omissão de informações e a falta de controle dos documentos enviados acarretam perda da qualidade dos registros contábeis, e conseqüente comprometimento dos relatórios e informações gerados.

Procurou-se, também, identificar a opinião das ESCs quanto à utilidade das informações econômico-financeiras para a gestão da MPE:

Tabela 45 – Utilidade das informações contábeis para a gestão da MPE

Utilidade das Informações Contábeis	Nº de Empresas	Percentual
Sim	32	97%
Não	1	3%
Total	33	100%

Em sua grande maioria, 32 ESCs, representando 97%, declararam que as informações fornecidas por elas podem ser úteis à gestão das MPEs, e apenas uma, correspondendo a 3%, informou que as informações contábeis fornecidas não são úteis à gestão da MPE. Constata-se que tanto a opinião das MPEs (Tabela 18) quanto a opinião das ESCs (Tabela 45), com 93% e 97%, respectivamente, confirmam a utilidade da informação econômico-financeira para a gestão das referidas empresas.

Apesar de a grande maioria confirmar a utilidade das informações econômico-financeiras para a gestão da MPE, verifica-se, também, que os motivos da não-utilização destas informações são vários, tais como os declarados pelos empresários contábeis:

- de que não há necessidade;
- o empresário da MPE não conhece as informações e relatórios;
- há falta de tempo para aplicação;
- há limitação de recursos financeiros;
- relatórios demorados e desatualizados; e
- dificuldade de interpretação e aplicação dos relatórios.

Entre estas justificativas para a não-utilização das informações econômico-financeiras, destaca-se o motivo declarado de não haver necessidade. Este fato indica, provavelmente, a existência de controles paralelos, e também a deficiência da Contabilidade, em função de os registros não refletirem a realidade da empresa.

No que diz respeito à questão relacionada à opinião do empresário contábil sobre a compensação do registro total de todas as movimentações da empresa para obtenção de informações úteis à tomada de decisões pela MPE, obteve-se a seguinte informação, que pode ser observada na Tabela 46:

Tabela 46 – Compensa registrar todas as movimentações da MPE?

Compensa Registrar todas as Movimentações?	Nº de Empresas	Percentual
Sim	29	88%
Não	4	12%
Total	33	100%

Em 29 ESCs, representando 88% do total, obteve-se a resposta de que compensa registrar todas as movimentações da MPE, de forma que esta obtenha informações úteis à sua tomada de decisões; apenas quatro ESCs, correspondendo a 12%, declararam não compensar.

Para fornecimento de serviços de qualidade às empresas, fazem-se necessários profissionais qualificados e atualizados; portanto, no intuito de verificar o nível de qualificação profissional e, também, de aperfeiçoamento dos profissionais contabilistas pesquisados, procurou-se averiguar há quanto tempo participaram de um curso de aperfeiçoamento profissional ou programa de educação continuada, conforme Tabela 47, a seguir:

Tabela 47 – Participação dos Contabilistas em curso de aperfeiçoamento

Participação em Curso de Aperfeiçoamento	Nº de Escritórios	Percentual
Menos de um ano	27	82%
De 1 a 2 anos	4	12%
Há mais de 4 anos	2	6%
Total	33	100%

A grande maioria, 82% das ESCs, declarou que os proprietários ou sócios participaram de um curso em um período de menos de um ano; já, 12%, participaram de um curso entre um e dois anos, e apenas 6% participaram de um curso em um período de mais de quatro anos. Percebe-se, portanto, uma preocupação com a atualização e aperfeiçoamento profissional pela maioria dos profissionais, sendo isso de grande importância para a profissão e, também, para a qualidade dos serviços prestados.

Para garantir a qualidade dos registros contábeis, é importante, além da atualização profissional por parte dos contabilistas, que as MPEs mantenham boa organização em relação aos documentos e informações enviados para registro. Sobre esta questão, com o objetivo de identificar o nível de organização das MPEs em relação aos documentos e informações necessárias para o registro contábil, apresenta-se a opinião dos empresários contábeis na Tabela 48, a seguir:

Tabela 48 – Organização das MPEs

Organização das MPEs	Nº de Empresas	Percentual
Ruim	6	18%
Boa	25	76%
Ótima	2	6%
Total	33	100%

Para 25 escritórios, que correspondem a 76%, as MPEs possuem uma organização boa, pois a identificação das operações e movimentações por meio dos documentos e

informações fornecidos é razoável, ou seja, não totalmente clara, porém não torna impossível ou muito difícil a realização dos registros contábeis.

Para seis escritórios, representando 18%, a organização é ruim, ou seja, com base nos documentos e informações fornecidos pelas MPEs não é possível efetuar o registro contábil com exatidão, visto existir a dificuldade para identificar e esclarecer as operações. Apenas dois escritórios, correspondendo a 6%, declararam ter facilidade para registro contábil com base nas informações fornecidas pelas MPEs, sendo possível identificar e relacionar os documentos com as movimentações ou operações correspondentes, caracterizando então uma ótima organização das MPEs.

Depois de examinados o fluxo de informações das ESCs com as MPEs e a opinião sobre a utilidade das informações na gestão da MPE, tratar-se-ão, na seqüência, dos relatórios contábeis fornecidos às MPEs, bem como daqueles que estas gostariam de receber.

4.3.3 Relatórios contábeis fornecidos à MPE

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada com as ESCs, em relação aos relatórios fornecidos às MPEs, aos relatórios que gostariam de fornecer e à opinião das ESCs sobre a utilização de assessoria de um contador na gestão da MPE. Para identificar quais relatórios, informações e serviços são fornecidos pelo escritório de contabilidade às MPEs e sua periodicidade, apresenta-se a Tabela 49, a seguir:

Tabela 49 – Relatórios e serviços fornecidos às MPEs

Relatórios e Serviços Fornecidos às MPEs	Periodicidade					
	Nº	Percentual	Semanal	Mensal	Trimestral	Anual
Balanço Patrimonial	22	11%		2	2	18
Balancete de Verificação	23	12%		7	6	10
Demonstração do Resultado do Exercício	23	12%		4	2	17
Fluxo de Caixa	4	2%		3		1
Relatório de Custos	0	0%				
Relatório para Formação de Preços	0	0%				
Relatório de Contas a Pagar e Receber	5	3%		4	1	
Orçamento	2	1%	1	1		
Assessoria/Consultoria à gestão	9	5%	3	5		1
Folha de Pagamento	31	16%		30		1
Livros Fiscais	29	15%	1	21		7
Guias Fiscais	32	16%	3	26		3
Livro Caixa	18	9%		11		7
Nenhum	0	0%				
Total	198	100%				

Para obtenção dos dados supracitados, cada ESC apontou no questionário os relatórios que fornecem à MPE. Cabe ressaltar que algumas empresas fornecem mais de um relatório, informação ou serviço, e que o percentual de fornecimento de cada controle ou relatório foi obtido diante da relação entre o resultado individual de cada relatório com a soma total, conforme a manifestação destas empresas. Apenas um escritório não respondeu à questão.

Na seqüência, evidencia-se o *ranking* dos relatórios, informações e serviços fornecidos pelas ESCs às MPEs:

1º – Folha de pagamento e Guias Fiscais – como os mais fornecidos pelos escritórios, com 16% cada. Com exceção das informações sobre salários e encargos sociais constantes da folha de pagamento, verifica-se que são relatórios com características fiscais, fornecidos, em sua grande maioria, mensalmente;

2º – Livros Fiscais – com 15% de manifestação pelos escritórios, é o segundo serviço mais fornecido, mensalmente, em sua maioria. Ressalta-se, também, sua característica fiscal;

3º – Balancete de Verificação e Demonstração do Resultado do Exercício – com 12% cada, estão na terceira posição de relatórios e serviços mais fornecidos; porém, destaca-se que

a periodicidade predominante para ambos é anual, com pequeno fornecimento trimestral e, também, mensal. Estes relatórios têm grande potencial para auxiliar na gestão das empresas, porém, com esta periodicidade de fornecimento, eles se tornam inviáveis para utilização na gestão, em função da demora e do fato de as informações estarem desatualizadas;

4º – Balanço Patrimonial – é o quarto relatório mais fornecido com 11%, sendo sua periodicidade de fornecimento predominantemente anual;

5º – Livro Caixa – com 9%, é o quinto serviço mais fornecido pelos escritórios. Com periodicidade de fornecimento mensal, em sua maioria, e com menor intensidade anual. É um relatório característico das empresas que adotam como sistema de tributação o Simples ou o Lucro Presumido, pois conforme visto anteriormente, a legislação dispensa a escrituração contábil. Este relatório é de pouca utilidade para a gestão das empresas;

6º – Assessoria/Consultoria à Gestão – com apenas 5%, é o sexto serviço mais fornecido pelos escritórios. Sua periodicidade principal é mensal, sendo fornecido, também, semanal e anualmente. Apesar de ser pouco fornecido, é um serviço com grande potencial para auxílio na gestão das MPEs;

7º – Relatório de Contas a Pagar e a Receber – sendo um dos serviços menos fornecidos pelos escritórios, com 3%, ocupa a sétima posição. Contribui para o controle da situação financeira e análise da necessidade de caixa para as empresas;

8º – Demonstração do Fluxo de Caixa – com 2%, está na penúltima posição dos relatórios fornecidos;

9º – Orçamento – na última posição, com 1%. É o serviço menos fornecido pelos escritórios e contribui para a gestão da empresa por meio da fixação de metas e controle dos gastos; e

10 – Relatório de Custos e Relatório para Formação de Preços – não são fornecidos por nenhum escritório pesquisado. Ressalta-se a grande utilidade destes para auxílio na gestão da MPE, pois possibilitam analisar os custos dos produtos ou serviços e identificar possibilidades de redução, estipular seus preços de venda, de forma que obtenha a maior margem de lucro.

Em relação à questão que procura identificar qual a margem de lucro dos serviços fornecidos pelas ESCs às MPEs, identificou-se a média da margem de lucro de todas as ESCs, conforme pode ser observado no Gráfico 2, a seguir:

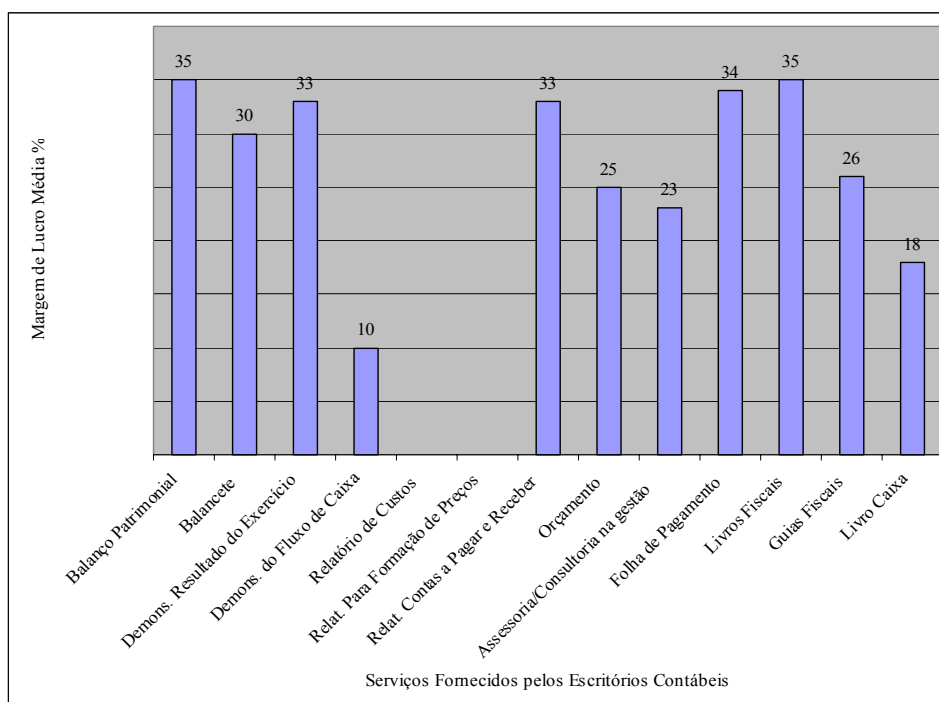


Gráfico 2 – Margem de lucro média dos serviços das ESCs

Essa averiguação tem o objetivo de identificar a margem de lucro dos serviços voltados para atendimento às exigências fiscais, e também a margem de lucro para o fornecimento de serviços de melhor qualidade; inclusive o fornecimento de informações e serviços que contribuam para a gestão da MPE.

De acordo com as respostas dos empresários contábeis à questão, o *ranking* obtido no que diz respeito à margem de lucro média dos serviços fornecidos pelas ESCs foi o seguinte:

1º Balanço Patrimonial e Livros Fiscais – apresentaram margem de lucro média de 35%;

2º Folha de Pagamento – margem de 34%;

3º Demonstração do Resultado do Exercício e Relatório de Contas a Pagar e a Receber – margem de lucro de 33%;

4º Balancete – apresenta margem de lucro de 30%;

5º Guias Fiscais – margem de 26%;

6º Orçamento – margem de 25%;

7º Assessoria/ Consultoria na Gestão – apresenta margem de lucro de 23%;

8º Livro Caixa – margem de 18%;

9º Fluxo de Caixa – possui a menor margem de lucro de todos os serviços, sendo esta de 10%, possivelmente em função de maior trabalho para sua realização; e

10 Relatório de Custos e Relatório para Formação de Preços – não foi informada a margem de lucro, pois não são fornecidos por nenhuma das empresas de serviços contábeis pesquisadas.

Verifica-se que os relatórios mais fornecidos possuem maior margem de lucro, entre 30% e 35%, tais como: Balanço Patrimonial, Livros Fiscais, Folha de Pagamento, Demonstração do Resultado de Exercício e Balancete. Entre as menores margens de lucro estão alguns dos relatórios menos fornecidos, como a Assessoria/Consultoria na Gestão, Demonstração do Fluxo de Caixa e Orçamento, com a margem de lucro variando de 10% a 25%.

Cabe ressaltar que 12 escritórios pesquisados não sabem ou não informaram a margem de lucro dos serviços fornecidos, correspondendo a 36% do total dos escritórios pesquisados. Este é um percentual relevante de empresas que não quiseram responder, ou trabalham, provavelmente, sem ter conhecimento de sua margem de lucro.

Entende-se, conforme respostas em relação à margem de lucro, que os serviços que se concentram no fornecimento de informações de melhor qualidade possuem uma margem de lucro menor, provavelmente em função dos maiores custos para elaboração, tais como: tempo de funcionários, necessidade de funcionários mais qualificados, sistemas mais modernos etc.

Para identificar quais outros relatórios, informações e serviços os empresários contábeis acham que deveriam ser fornecidos ao micro e pequeno empresário, de forma que melhorasse o processo de gestão das MPEs, e quais suas periodicidades, foram obtidas as seguintes informações:

Tabela 50 – Relatórios que deveriam ser fornecidos às MPEs

Relatórios que deveriam ser fornecidos às MPEs	Nº	Percentual	Periodicidade			
			Semanal	Mensal	Trimestral	Anual
Balanço Patrimonial	11	9%		2	3	6
Balancete de Verificação	20	17%	1	13	6	
Demonstração do Resultado do Exercício	17	14%		7	7	3
Fluxo de Caixa	12	10%	1	7	4	
Relatório de Custos	12	10%	2	7	3	
Relatório para Formação de Preços	11	9%	2	8	1	
Relatório de Contas a Pagar e Receber	10	8%	2	7	1	
Orçamento	3	3%	1	2		
Assessoria/Consultoria à gestão	18	15%	2	9	6	1
Folha de Pagamento	5	4%		5		
Nenhum	0	0%				
Total	119	100%				

Ressalta-se que algumas ESCs gostariam de fornecer mais de um relatório, informação ou serviço, sendo que o percentual de cada item foi obtido conforme a manifestação das referidas empresas. Dois escritórios não sabem ou não responderam quais outros relatórios, informações e serviços gostariam que fossem fornecidos às MPEs. Vejamos, a seguir, o *ranking* dos relatórios, informações e serviços que os empresários contábeis gostariam de fornecer às MPEs para auxiliá-las na sua gestão:

1º – Balancete de Verificação – com 17%, é o principal relatório que os escritórios gostariam de fornecer às MPEs. Ressalta-se que, de acordo com os empresários contábeis, a periodicidade ideal seria mensal e, em segunda opção, trimestral. Constata-se que é um relatório de grande utilidade para gestão da MPE, e a periodicidade mensal também atende à necessidade da MPE, pois seria um relatório fornecido em tempo hábil e com informações atualizadas;

2º – Assessoria/Consultoria à Gestão – com 15%, está em segundo lugar na preferência dos relatórios ou serviços que os escritórios gostariam de fornecer às MPEs. A periodicidade de fornecimento deste relatório, conforme manifestação dos escritórios, é, principalmente, mensal, e, em segunda opção, trimestral. Este é um serviço que contribui para gestão da MPE, por meio da análise e interpretação dos demonstrativos perante os clientes e visa a identificar falhas na gestão, corrigi-las, bem como identificar oportunidades de melhoria;

3º – Demonstração do Resultado do Exercício – com 14%, está na terceira posição. Destaca-se que sua periodicidade de fornecimento deveria ser predominantemente mensal ou trimestral. É um demonstrativo com grande potencial para auxiliar na gestão das empresas, e com a periodicidade mensal, possibilita análise dos resultados econômicos da empresa com informações atualizadas e em tempo hábil;

4º – Fluxo de Caixa e Relatório de Custos – com 10% cada, estão na quarta posição. Sendo para ambos a periodicidade de fornecimento mensal a ideal e, em segunda opção, o fornecimento trimestral. Ressalta-se que estes relatórios fornecidos mensalmente permitem à empresa analisar as necessidades de entradas e saídas de caixa e, também, os custos dos produtos ou serviços;

5º – Balanço Patrimonial e Relatório para Formação de Preços – com 9% cada, estão na quinta posição. A periodicidade de fornecimento ideal, conforme os escritórios, para o Balanço Patrimonial, em sua maioria é anual. Ressalta-se que um demonstrativo ou relatório fornecido anualmente não pode fornecer instrumentos de controle adequados para a empresa, pois pode apresentar informações desatualizadas e, também, pelo fato de o relatório ser demorado. Já, para o Relatório para Formação de Preços, a periodicidade ideal obtida na pesquisa é mensal, dessa forma, seria útil e contribuiria para a gestão da empresa;

6º – Relatório de Contas a Pagar e a Receber – com 8%, ocupa a sexta posição. A periodicidade indicada é mensal, e, em segunda opção, semanal. Este relatório fornecido mensalmente ou semanalmente contribui para o controle da situação financeira e análise da necessidade de caixa pelas empresas;

7º – Folha de Pagamento – com 4%, está na sétima e penúltima posição, com periodicidade indicada de fornecimento mensal. Ressalta-se que é um serviço fornecido por todas as ESCs, porém, com pouca utilização na gestão;

8º – Orçamento – na última posição, com 3%, sendo indicada sua periodicidade mensal e em segunda opção semanal. Pode contribuir para a gestão da empresa por meio da fixação de metas e controle dos gastos, porém, como se observa, é pouco fornecido, e as ESCs julgam o seu fornecimento pouco importante para a gestão das MPEs.

No que se refere aos motivos pelos quais não são fornecidos os relatórios, informações e serviços que as ESCs gostariam de fornecer às MPEs, foram evidenciados os seguintes, conforme Tabela 51, a seguir:

Tabela 51 – Motivo do não-fornecimento dos relatórios às MPEs

Motivo do Não-Fornecimento dos Relatórios	Nº de Empresas	Percentual
Não tem tempo para elaborá-los	5	11%
Difícil aplicação nas MPEs	7	16%
A equipe não domina as técnicas necessárias	1	2%
Não há necessidade para as MPEs	2	4%
O empresário não quer pagar por isso	26	58%
Outros (especificar):	4	9%
Total	45	

O principal motivo, conforme se pode observar na Tabela 51, para o não-fornecimento dos relatórios que as ESCs gostariam de fornecer é, com 58% dos votos, o fato de o empresário não querer pagar por estes serviços. Neste item, ressalta-se que, em muitas ocasiões, as ESCs não sugerem às MPEs a possibilidade de fornecimento destes serviços, provavelmente, em função de que os registros não refletem a realidade da empresa.

Em segundo lugar, com 16%, está a dificuldade de aplicação nas MPEs. Em terceiro, com 11%, está o motivo de as ESCs não terem tempo para elaborá-los. Em quarto lugar, com 9%, verifica-se a presença de outros motivos, tais como:

- Não solicitação pelas empresas – refere-se ao fato de que as empresas não solicitam os relatórios, informações e serviços às ESCs;
- Falta de interesse e conscientização dos contabilistas – os contabilistas não expõem a possibilidade de fornecer estes serviços aos empresários;
- Falta de conhecimento do empresário sobre a utilidade das informações e relatórios – neste caso, o empresário desconhece a utilidade dos serviços e informações contábeis para gestão da sua empresa; relacionado ao fato de as ESCs não demonstrarem aos clientes a possibilidade de fornecimento destes serviços;
- Falta de interesse do empresário, já que a Contabilidade é voltada às exigências fiscais – normalmente, os empresários buscam os escritórios contábeis para realização dos serviços meramente fiscais, não se preocupando com informações para gestão.

Com 4%, em quinto lugar, observa-se que, na opinião dos empresários contábeis, não há necessidade para as MPEs. E por fim, na sexta posição, com 2%, verifica-se que a equipe da ESC não domina as técnicas necessárias para fornecimento de informações que sejam úteis à gestão das empresas.

Ao procurar averiguar a opinião das ESCs sobre a utilização pelas MPEs de assessoria econômico-financeira na gestão, apurou-se o seguinte:

Tabela 52 – Utilização de assessoria de um Contador na gestão da MPE

Utilização de Assessoria de um Contador na Gestão da MPE	Nº de Empresas	Percentual
Ruim	3	9%
Boa	20	61%
Ótima	10	30%
Total	33	100%

Das 33 ESCs pesquisadas, a grande maioria indicou a prestação de assessoria econômico-financeira como útil à gestão da MPE; pois 30 destas, representando 91% do total, consideram boa ou ótima a utilização deste tipo de assessoria, sendo que 20, correspondendo a 61%, consideram a utilização da assessoria boa, e 30%, representando dez empresas, consideram ótima. Apenas três ESCs, correspondendo a 9%, consideram que a utilização de assessoria econômico-financeira na gestão é ruim. Uma empresa justificou sua resposta ressaltando que os empresários, em sua maioria, não têm o hábito de consultar a Contabilidade no momento da tomada de decisão; fato este provavelmente ocasionado por saberem que as informações contábeis geradas pelas ESCs não refletem a realidade da empresa.

Para valorizar e viabilizar a prestação de serviços de melhor qualidade às MPEs, procurou-se identificar quanto as ESCs cobrariam a mais por estes serviços, em função da disponibilização de cada um dos relatórios ou serviços contábeis. Apurou-se o seguinte:

Tabela 53 – Quanto as ESCs cobrariam a mais das MPEs

Quanto as ESCs Cobrariam a Mais das MPEs	Média %
Balanço Patrimonial	109
Balancete de Verificação	69
Demonstração do Resultado do Exercício	63
Fluxo de Caixa	54
Relatório de Custos	64
Relatório para Formação de Preços	50
Relatório de Contas a Pagar e Receber	79
Orçamento	60
Assessoria/Consultoria à Gestão	64

Ressalta-se que cada ESC forneceu um percentual a ser cobrado a mais para o fornecimento de cada relatório que gostaria de fornecer à MPE. Observou-se que sete ESCs

não responderam a esta questão. Com base nos percentuais informados, calculou-se a média do percentual que seria cobrado a mais para o fornecimento de cada relatório, que gerou a seguinte distribuição:

– Balanço Patrimonial – para este relatório, a média resultou no percentual de 109%; sendo este o índice a ser cobrado a mais em relação aos preços que são cobrados atualmente, ou seja, o preço atual cobrado seria mais que dobrado;

– Balancete de Verificação – conforme média das ESCs, cobrariam 69% a mais;

– Demonstração do Resultado do Exercício – na opinião das ESCs, para fornecimento da Demonstração do Resultado do Exercício, de forma que contribua para a gestão da MPE, seriam cobrados, em média, 63% a mais, em relação ao valor cobrado atualmente;

– Fluxo de Caixa – para sua elaboração, em média, deveria-se cobrar 54% a mais em relação ao valor atual;

– Relatório de Custos – para seu fornecimento, deveria ser cobrado a mais, em média, 64%;

– Relatório para Formação de Preços – percentual a ser cobrado a mais, em média, é de 50%, com o objetivo de contribuir para uma melhor gestão da MPE;

– Relatório de Contas a Pagar e a Receber – para este relatório, em média, deveria ser cobrado a mais 79% do valor atual;

– Orçamento – para elaboração e fornecimento do orçamento faz-se necessário, conforme opinião das ESCs, o pagamento pelas MPEs de, em média, 60% a mais do valor pago, atualmente, a título de honorários; e

– Assessoria/Consultoria à Gestão – para seu fornecimento os escritórios cobrariam a mais, em média, 64% em relação aos honorários atuais.

Observa-se que o percentual a ser cobrado a mais para fornecimento dos relatórios variou de 50% a 109%. Percebe-se, também, que para estes serviços e relatórios, as ESCs cobrariam mais para fornecê-los com melhor qualidade. São, em grande parte, relatórios que não são fornecidos atualmente, que estas gostariam de fornecer à MPE. Levando-se em consideração a questão em que se procurou identificar a margem de lucro dos serviços fornecidos pelas ESCs, verifica-se sobretudo que estes relatórios e serviços possuem a menor

margem de lucro. Portanto, o não-fornecimento desses relatórios pode relacionar-se, inclusive, com suas margens de lucro.

Buscou-se esclarecer, também, se as ESCs estão preparadas em termos de conhecimentos técnicos e sistemas de informações para o fornecimento de informações úteis e oportunas à gestão da MPE, no intuito de analisá-las e identificar possibilidades de melhoria para o cliente.

Tabela 54 – Preparo das ESCs para auxílio na gestão da MPE

Preparo das ESCs	Nº de Empresas	Percentual
Sim	30	91%
Não	3	9%
Total	33	100%

Das empresas pesquisadas, 30, representando 91%, declararam estar preparadas para o fornecimento de informações úteis e oportunas à gestão da MPE, analisá-las e identificar possibilidades de melhoria. Apenas três empresas, representando 9%, afirmaram não estar preparadas para o fornecimento destas informações úteis à gestão da MPE. Entre os principais motivos, destacam-se:

- Alto custo de estrutura para o fornecimento destes serviços – faz-se necessária a utilização de um sistema de informações adequado, pessoal qualificado, capaz de registrar e interpretar os relatórios. O alto custo não é compensado pelos honorários atuais;

- Falta de conhecimentos técnicos para auxiliar o empresário na gestão – em função de a Contabilidade terceirizada ter, em sua maioria, uma finalidade fiscal, os profissionais não estão aptos para trabalhar com estes relatórios, e analisá-los junto com o cliente, com o intuito de utilizá-los na gestão da empresa; e

- Falta de qualificação da equipe – também, relacionado à técnica, além de, muitas vezes, a equipe ser composta por profissionais sem experiência na análise e interpretação dos relatórios.

Portanto, conclui-se, conforme a opinião da grande maioria das ESCs, que estas estão preparadas para o fornecimento de informações úteis e oportunas à gestão da MPE, bem como para analisá-las e identificar possibilidades de melhoria.

No próximo capítulo, serão contempladas as Considerações Finais acerca deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de identificar as principais características do vínculo existente na relação profissional entre as Empresas de Serviços Contábeis (ESC) e a Micro e Pequena Empresa (MPE), assim como verificar de que maneira as informações geradas pelas ESCs podem ser mais bem utilizadas na gestão das MPEs, foi desenvolvida a fundamentação teórica sobre os conceitos e as classificações da MPE, sobre a Contabilidade e a MPE no Brasil, e também realizou-se uma pesquisa de campo em MPEs e ESCs na Cidade de Unaí – MG.

Na caracterização do perfil da MPE, conforme pesquisa realizada, verificou-se principalmente uma maioria, ou seja, 59% que pode ser classificada como pequena empresa, com faturamento entre R\$ 120.000,00 e R\$ 1.200.000,00. Das empresas pesquisadas 80% atuam no ramo de comércio. Em relação ao tempo de atividade, 75% declararam possuir acima de cinco anos. Vale ressaltar que superaram o período de maior mortalidade, que ocorre em até quatro anos.

Corroborando a característica individual da MPE, em que o proprietário normalmente é centralizador e executor da maioria das tarefas, observou-se que 46% possuem um sócio e 49% dois sócios, 79% dos proprietários administram suas empresas, e 56% das MPEs pesquisadas possuem até nove funcionários. Constatou-se, também, que 72% dos sócios possuem até o 2º grau completo, percentual este elevado de sócios e proprietários que possuem apenas até o 2º grau.

Ainda na caracterização do perfil da MPE, observou-se que 90% adotam o Simples como forma de tributação; com menos utilização apurou-se, também, que 8% adota o Lucro Presumido. Fato importante a ressaltar é a dispensa por parte dessas empresas, em função da adoção destas formas de tributação, de manterem escrituração contábil, bastando que elas possuam apenas o registro do Livro Caixa e o Registro do Inventário. Esta situação evidencia o fato de as informações extraídas da Contabilidade não serem úteis e oportunas à gestão das empresas; pois se trata de um relatório com características voltadas às exigências da legislação tributária.

Tratando-se de informações contábeis, apurou-se que 98% das MPEs contratam ESCs terceirizadas para realização da escrituração contábil, que estas últimas, em sua grande maioria, buscam as informações e documentos semanalmente, e em algumas situações,

mensalmente. Sobre a organização das ESCs, para a maior parte das MPEs, ela é classificada como boa ou ótima.

Na caracterização do perfil das ESCs, verificou-se que 64% da amostra opera há mais de 10 anos, 61% possuem especialidade em Contabilidade Comercial e 31% em Contabilidade Rural. Referindo-se ao porte destas empresas, foi constatada a presença de 85% da amostra com faturamento até R\$ 120.000,00 anuais.

As ESCs também possuem características individuais, pois 61% delas possuem um sócio e 36% dois sócios. Em relação à quantidade de funcionários, 79% das ESCs declararam possuir até nove funcionários. Sobre a qualificação dos sócios, apurou-se que 40% possuem apenas o 2º grau; 19% possuem superior incompleto e 31% superior completo; 58% dos sócios são Técnicos em Contabilidade.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de atualização profissional, de forma que permita a realização de serviços de qualidade. Com o objetivo de aferir o nível de atualização profissional, pesquisou-se nas ESCs a última data em que os proprietários haviam participado de algum curso de aperfeiçoamento, apurando-se que 94% declararam ter participado de algum curso há menos de dois anos.

Procurou-se identificar se a MPE fornece na íntegra todas as informações para a ESC. Obteve-se nas respostas das MPEs que 73% destas fornecem todas as informações. Porém, quando perguntado às ESCs, foi declarado que 67% das MPEs não fornecem todas as informações para registro, o que denota uma inconsistência.

Observam-se, portanto, opiniões divergentes, demonstrando que há algum tipo de omissão por parte das empresas em relação ao registro das movimentações. Ressalta-se que provavelmente as decisões dos gestores não devem ser baseadas nos relatórios fornecidos pelas ESCs para auxiliar na gestão das empresas, em função de não refletirem a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Demonstrou-se, também, que além da omissão de registros pelas MPEs, detecta-se a fragilidade das informações contábeis geradas pela Contabilidade Societária, pois em função de alguns critérios de avaliação de estoques e ativos, por exemplo, elas podem não refletir a realidade da empresa.

Procurou-se identificar se compensa registrar todas as movimentações da MPE, a fim de obter informações úteis para a tomada de decisões, e verificou-se que para 69% das MPEs compensa registrar todas as movimentações. Por sua vez, na opinião das ESCs, 88%

declararam concordar com esse posicionamento, ou seja, compensa registrar todas as movimentações.

Relacionando-se a utilidade das informações da Contabilidade para a gestão, 93% dos empresários declararam que estas informações são úteis para a gestão. Na opinião das ESCs, 97% também declararam que as informações são úteis para a gestão. Apesar de as MPEs e também as ESCs terem declarado que as informações contábeis são úteis para a gestão, e que compensa registrar todas as movimentações, conforme observado na questão sobre registro de todas as movimentações, em alguns casos, não há na prática o registro completo por parte das empresas. Para comprovar este raciocínio, relacionado à omissão de registros, conforme exposto pelas ESCs, 48% destas têm dificuldade na obtenção de informações junto às MPEs, o que contribui, portanto, para o comprometimento da qualidade das informações contábeis, e conseqüentemente o fato de estas não refletirem a realidade da empresa.

Desse modo, verifica-se a pouca utilidade das informações contábeis geradas pelas ESCs, para auxílio na gestão da MPE. Ressalta-se, portanto, a necessidade de contribuição para a gestão da MPE, porém, para isso, há a necessidade de uma evolução, em que as informações geradas possam refletir a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, com valores que permitam efetuar análises com foco para o futuro.

Questionadas sobre o preparo dos contabilistas para auxílio na sua gestão, 59% das MPEs declararam que os contabilistas estão preparados para auxiliarem na gestão. Observa-se que este percentual é pequeno, pois uma parcela significativa considera os profissionais contabilistas sem preparo. Esta opinião das MPEs não condiz com o declarado pelos próprios contabilistas, pois 91% destes declararam ter condições de auxiliar na gestão da MPE.

Em pesquisa com as MPEs sobre quais relatórios utilizam na gestão da empresa, apuram-se, principalmente, respostas referindo-se a relatórios tipicamente fiscais, tais como: folha de pagamento, balanço patrimonial com periodicidade de fornecimento anual, relatório de contas a pagar e receber, assim como livros e guias fiscais. Com base nestas respostas, observa-se a utilização de relatórios com pouca utilidade para a gestão.

Observou-se, também, que o conteúdo dos relatórios foi definido em 48% das respostas pelos proprietários, e em 44% pelo contador. Em relação a sua forma de elaboração, observou-se que uma grande parte, representando 37% das respostas, é elaborada manualmente.

Em busca de identificar quais relatórios são fornecidos pelas ESCs às MPEs, constatou-se, principalmente, o fornecimento de relatórios com características fiscais, ou seja, com objetivos de atendimento às exigências legais, tais como: folha de pagamento, emissão de guias fiscais, livros fiscais etc.

Ressalta-se a caracterização da Contabilidade com o objetivo principal de atender às exigências legais, sem objetivo de auxiliar na gestão das empresas. Cabe mencionar, novamente, que, além da ocorrência de omissão dos registros pelas MPEs, tem-se também a fragilidade da Contabilidade Societária, a qual, normalmente, não reflete a realidade da empresa.

Referindo-se aos relatórios que as MPEs gostariam de receber, e que as ESCs gostariam de fornecer, verificou-se principalmente a preferência por relatórios com características de informações detalhadas e passíveis de contribuição para a gestão das empresas. Entre eles, apresenta-se o relatório de custos, a demonstração do resultado do exercício, assessoria e/ou consultoria na gestão, relatório para formação de preços etc.

Quanto ao motivo da não-utilização destes relatórios, apurou-se, sobretudo pela opinião das MPEs, que não há necessidade, seguidos de outros motivos, tal como o fato de as empresas não registrarem todas as movimentações, e em decorrência de o empresário não conhecer estas informações. Para as ESCs, o principal motivo do não-fornecimento dos relatórios dá-se pelo fato de os empresários não quererem pagar por isto.

Quanto à questão em que se objetivou identificar a condição da MPE em interpretar os relatórios contábeis, detectou-se a declaração de 76% destas empresas que estão aptas para a interpretação dos referidos relatórios. Com o intuito de contribuir para a interpretação desses relatórios e informações, e conseqüentemente, melhorar a gestão da MPE, pesquisou-se, também, a opinião dos micro e pequenos empresários quanto à utilização de assessoria de um Contador na gestão da empresa, em que 93% declararam ser boa ou ótima.

Para as ESCs a assessoria de um contador também foi considerada boa ou ótima; porém, deve-se salientar que uma parcela significativa dos empresários declarou que os contabilistas não estão preparados para auxiliá-los na gestão das empresas.

Com relação à questão de atualização profissional, 75% dos micro e pequenos empresários declararam ter participado de algum curso relacionado à gestão de seu negócio em um período de até quatro anos. Já em relação aos contabilistas, 94% declararam ter participado de algum curso de aperfeiçoamento em um período de até dois anos.

Com relação à questão para averiguar se o custo dos serviços contábeis é considerado alto para as MPEs, verificou-se, em 61% das respostas, que não é; 73% dos empresários declararam que um custo maior dos honorários pode ser compensado pela obtenção de informações que contribuam para a gestão das empresas. Questionados sobre quanto pagariam a mais para obtenção de melhores serviços, 44% dos empresários pagariam algo a mais, índice este variando entre 1% e 100%. Pesquisou-se, também, com as ESCs, quanto estas cobrariam a mais por estes relatórios e serviços, que refletissem a realidade da empresa e contribuíssem para a gestão, e obteve-se um percentual variando entre 50% e 109%, dependendo do tipo de serviço ou relatório.

Com o objetivo de analisar a possibilidade de valorização dos serviços contábeis, procurou-se identificar a margem de lucro destes serviços, detectando-se uma maior margem para os relatórios e serviços com características fiscais, ou seja, para atendimento às exigências legais. Para os relatórios e serviços mais voltados para utilização na gestão das empresas, estes possuem uma menor margem de lucro e são os menos fornecidos às MPEs.

Deve ser observado, no entanto, que apesar da disposição das MPEs em pagarem algo a mais para obtenção destes serviços, verifica-se a questão da omissão dos registros, e também da fragilidade das informações da Contabilidade Societária, sendo estes motivos que comprometem a qualidade das informações.

Entende-se, portanto, que as hipóteses traçadas na Introdução deste trabalho foram corroboradas, pois conforme a pesquisa realizada, as principais características existentes na relação profissional entre as ESCs e as MPEs resumem-se, sobretudo, no fornecimento pelas ESCs, e na solicitação pelas MPEs, de informações com características fiscais, com o objetivo principal de atender às exigências do fisco. As informações disponibilizadas não refletem a realidade econômica, financeira e patrimonial da empresa, em função da omissão no registro das operações das empresas e as referidas informações são, normalmente, desatualizadas e com pouca utilidade para controle e gestão da MPE, pois se baseiam na Contabilidade Societária.

Apurou-se, também, que os relatórios e informações que as ESCs gostariam de fornecer às MPEs, e por sua vez, que estas gostariam de receber, referem-se, principalmente, a relatórios com características de informações detalhadas e passíveis de contribuição para a gestão das empresas.

Observou-se com base na opinião das MPEs, e também das ESCs, que as informações contábeis podem ser úteis à gestão das empresas. Porém, apesar destas opiniões, na prática, a possibilidade de as ESCs fornecerem informações adequadas é difícil, em função da omissão de registros provenientes da alta carga tributária, bem como pelo fato de as informações da Contabilidade Societária não refletirem a realidade das empresas etc. Torna-se necessária uma evolução da Contabilidade das MPEs, para que esta tenha a garantia de que as informações refletem a realidade da empresa. A partir daí, com a utilização da Contabilidade Gerencial, pode ocorrer uma contribuição das ESCs para a gestão da MPE.

Relacionado à questão da evolução da Contabilidade, apresenta-se o Balanço Perguntado, como uma ferramenta capaz de obter informações mais próximas da realidade da empresa, contribuindo para melhorar a gestão da MPE.

Cabe ressaltar que não é suficiente a valorização dos honorários contábeis por parte das MPEs, pois havendo a omissão de registros e persistindo a fragilidade dos critérios de avaliação disponibilizados pela Contabilidade Societária, as informações tornam-se inaptas para utilização na administração das empresas. Portanto, além da necessidade do fornecimento de informações gerenciais, torna-se necessário, também, que os empresários e contadores possuam conhecimento sobre Finanças, sobre o negócio da empresa, de forma que permita a análise dos riscos do investimento, bem como as taxas de retorno.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Wilson Roberto. **A contabilidade gerencial e a micro e pequena empresa – Estudo de um sistema de registros e informações**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECAP, São Paulo, 2003.

BRASIL. **Carta Circular nº 64/02**, de 14 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/clientes/porte/porte.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Decreto nº 5.028**, de 31 de março de 2004. Altera os valores dos limites fixados nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/Geral/Tribunal2/Legis/Decreto/5028_04.html>. Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Decreto-Lei nº 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 28 mar. 2005.

_____. **Lei nº 9.317/96**, de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte – Simples e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei931796.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Lei nº 9.841/99**, de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm>. Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Lei 10.406/02**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Lei Ordinária nº 556/50**, de 25 de junho de 1850. Código Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 28 mar. 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Vamos abrir um novo negócio?** São Paulo: Makron Books. 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 560/83**. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>. Acesso em: 28 mar. 2005.

_____. **Resolução CFC nº 563/83**. Aprova a NBC T 2.1 – Das Formalidades da Escrituração Contábil. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES_563.DOC>. Acesso em: 30 maio 2005.

_____. **Resolução CFC nº 945/02**. Aprova a NBC P 4 – Normas para Educação Profissional Continuada. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login>. Acesso em: 30 maio 2005.

FALTA de profissionalização pode dificultar acesso. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN)**. 28 mar. 2005. Disponível em: <<http://empresas.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA938003-2881,00.html>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

FIGUEIREDO, Sandra de; FABRI, Pedro Ernesto. **Gestão de empresas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços do Brasil 2001**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KASSAI, José Roberto. **Balanco perguntado**: pequenas empresas. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/docentes/kassai>>. Acesso em 24 maio 2005.

KASSAI, Sílvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. 1996. 259 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Tradução Ailton Bomfim Brandão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LYRA, Ricardo L. W. Corrêa. **Uma contribuição à mensuração do resultado Econômico da decisão de investimento em qualidade em empresas de serviços contábeis**: uma abordagem da gestão econômica. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAS GERAIS. **Lei nº 15.219**, de 07 de julho de 2004. Estabelece tratamento diferenciado e simplificado à empresa de pequeno porte e ao empreendedor autônomo –Simples Minas – e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sef.mg.gov.br/slt/leis/115219_2004.htm>. Acesso em: 28 mar. 2005.

NORMANN, Richard. **Administração de serviços**: estratégia e liderança na empresa de serviço. Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Antônio B. S (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

SANTANA, João. **Como entender o mundo dos negócios**: qualidades do empreendedor, a empresa, o mercado. Brasília: Sebrae, 1993.

SMALL BUSINESS ADMINISTRATION (SBA). **Frequently asked questions**. 2002. Disponível em: <<http://app1.sba.gov/faqs/faqindex.cfm?areaID=24>>. Acesso em: 24 mar. 2005.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **A micro e pequena empresa no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO (SEBRAE-SP). **Sobrevivência e mortalidade das empresas paulistas de 1 a 5 anos: relatório final**. Out. 2001. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (SESCON). Disponível em: <<http://www.sescon.org.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF). **Simples**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

SPINELLI, Enory Luiz. Valorização da prestação de serviços contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 115, p. 26-27, jan./fev. 1999.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de serviços contábeis**. São Paulo: Atlas, 2001.

TEIXEIRA, Silvio Aparecido. **Planejamento financeiro de curto prazo como instrumento da gestão financeira das pequenas e médias empresas**. 2000. 174 f. Dissertação (Programa Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria) – Universidade Norte do Paraná – Unopar, Londrina, 2000.

UNIÃO EUROPÉIA (UE). **Carta européia das pequenas empresas**. Disponível em: <<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/n26002.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE A – Questionário Destinado às Micro e Pequenas Empresas (MPE)

- 1) Há quantos anos foi constituída sua empresa? _____ anos.
- 2) Qual o ramo de atividade?
 Serviços; Comércio; Agropecuária; Indústria.
- 3) Qual o faturamento anual?
 Até R\$ 120.000,00; De R\$ 120.000,00 até 1.200.000,00.
- 4) Quantos sócios possui? _____ sócio(s)
- 5) Quantos funcionários sua empresa emprega (não inclui os sócios)?
 nenhum até 9 empregados de 10 a 19 empregados
 de 20 a 49 empregados de 50 a 100 empregados
- 6) Qual o grau de escolaridade do(s) proprietários(s)?
 – 1º grau incompleto – 1º grau completo – 2º grau incompleto – 2º grau completo
 – superior incompleto – superior completo – especialização – mestrado – doutorado
- | | |
|----------------|-----------|
| 1º sócio _____ | 6º _____ |
| 2º sócio _____ | 7º _____ |
| 3º sócio _____ | 8º _____ |
| 4º sócio _____ | 9º _____ |
| 5º sócio _____ | 10º _____ |
- 7) Qual a forma de tributação utilizada?
 Simples; Lucro Presumido; Lucro Real (Mensal ou Trimestral).
- 8) Os serviços de contabilidade são realizados:
 Internamente; Terceirizados.
- 9) Quem realiza a administração da sua empresa?
 Proprietário (s); Gerente; Contador;
 Outros (especificar): _____
- 10) A empresa pede nota fiscal de todas as compras e também emite nota fiscal de todas as vendas, e as envia para contabilidade?
 Sim Não
- 11) Como é o fluxo de informações ou documentos da empresa com o escritório contábil?
 Escritório busca semanalmente quinzenalmente mensalmente
 Empresa cliente envia semanalmente quinzenalmente mensalmente
- 12) Você acha que compensa emitir nota fiscal de todas as vendas da empresa, a fim de se obter um relatório contábil correto e útil para administrar sua empresa?
 Sim Não. Por quê? _____
 Não sabe ou não respondeu.

13) Como é a organização das empresas de serviços contábeis em relação aos documentos e informações enviados para o Registro Contábil?

Ruim Boa Ótima

14) Você considera que as informações fornecidas pelos escritórios de contabilidade podem ser úteis para você administrar sua empresa?

Sim Não. Por quê? _____

15) Você acredita que os contabilistas estão preparados para auxiliar na administração de sua empresa?

Sim Não. Por quê? _____

16) Qual o tipo de controle ou relatório contábil financeiro utilizado na administração de sua empresa e sua periodicidade de elaboração?

<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Balancete	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Demonstr.Resultado do Exercício	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório de Custos	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Orçamento	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Folha de Pagamento	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Livros Fiscais	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Guias Fiscais	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Nenhum				

17) Quem definiu o conteúdo dos relatórios/controles que utiliza?

O(s) proprietário(s) O contador Administrador

Outros, especificar: _____

18) Os relatórios contábeis financeiros ou controles são elaborados:

Em planilhas eletrônicas Manualmente Em sistemas computadorizados

19) Quais relatórios, informações e serviços o escritório de contabilidade fornece que são utilizados na administração da sua empresa?

<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Balancete de Verificação
<input type="checkbox"/> Demonstração do Resultado do Exercício	<input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa
<input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços	<input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber
<input type="checkbox"/> Folha de Pagamento	<input type="checkbox"/> Orçamento
<input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria na Gestão	<input type="checkbox"/> Livros Fiscais
<input type="checkbox"/> Emissão de Guias Fiscais	<input type="checkbox"/> Relatório de Custos
<input type="checkbox"/> Nenhum	

20) Quais outros relatórios, informações e serviços gostaria de receber do escritório de contabilidade, que ajudassem para uma melhor administração de sua empresa e em qual periodicidade?

- | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Balancete | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Demonstr. Resultado do Exercício | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório de Custos | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Folha de Pagamento | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Orçamento | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria à Gestão | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Nenhum | | | | |

21) Os relatórios, informações e serviços que gostaria de receber não são utilizados no momento por quais motivos?

- | | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não tem tempo para aplicá-los | <input type="checkbox"/> Não há necessidade |
| <input type="checkbox"/> Dificil aplicação na empresa | <input type="checkbox"/> A equipe não domina as técnicas necessárias |
| <input type="checkbox"/> Limitação de recursos (\$) | <input type="checkbox"/> Relatórios demorados e desatualizados |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar): _____ | |

22) O custo dos serviços de contabilidade é considerado alto para sua empresa?

- Sim Não. Qual o valor pago mensalmente ? _____

23) A sua empresa, recebendo os relatórios e informações do escritório de contabilidade que ajudasse para uma melhor administração de sua empresa, teria condição de interpretá-los e analisá-los?

- Sim Não. Por quê? _____

24) Há quanto tempo participou de um curso de aperfeiçoamento profissional relacionado à gestão de seu negócio?

- | | | |
|------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Menos de um ano | <input type="checkbox"/> De 1 a 2 anos | <input type="checkbox"/> De 2 a 3 anos |
| <input type="checkbox"/> De 3 a 4 anos | <input type="checkbox"/> Há mais de 4 anos. | |

25) O que você acha da utilização de assessoria de um contador na administração da sua empresa?

- Ruim Boa Ótima

26) Honorários mais altos dos serviços de contabilidade podem ser compensados pelo benefício da obtenção de informações que o ajudasse na administração da sua empresa?

- Sim Não

27) Quanto você pagaria a mais para receber relatórios, informações e serviços dos escritórios de contabilidade que ajudassem numa melhor administração de sua empresa?

- R\$ _____ ou % _____

APÊNDICE B – Questionário Destinado às Empresas de Serviços Contábeis (ESC)

- 2) Há quantos anos foi constituída sua empresa? _____ anos.
- 2) Qual o ramo de especialidade?
 Contabilidade Comercial (Empresas Comércio, Serviços e Indústrias);
 Contabilidade Rural;
 Contabilidade Tributária;
 Contabilidade para Condomínios;
 Auditoria;
 Assessoria/Consultoria Contábil;
 Outros: _____
- 3) Qual o faturamento anual?
 Até R\$ 120.000,00; De R\$ 120.000,00 até 1.200.000,00.
- 4) Quantos sócios possui? _____ sócio (s)
- 5) Quantos funcionários emprega (não inclui os sócios)?
 nenhum até 9 empregados de 10 a 19 empregados
 de 20 a 49 empregados de 50 a 100 empregados
- 6) Qual o grau de escolaridade do(s) proprietários(s)?
 – 1º grau incompleto – 1º grau completo – 2º grau incompleto – 2º grau completo
 – superior incompleto – superior completo – especialização – mestrado – doutorado
- | | |
|----------------|-----------|
| 1º sócio _____ | 6º _____ |
| 2º sócio _____ | 7º _____ |
| 3º sócio _____ | 8º _____ |
| 4º sócio _____ | 9º _____ |
| 5º sócio _____ | 10º _____ |
- 7) Quantidade de sócio(s):
 contador(es) _____
 técnico(s) _____
 tem outra formação, qual? _____
- 8) Quantos clientes o escritório possui? _____ empresas.
 _____ Microempresas; _____ Pequenas; _____ Grandes Empresas; _____ Outras.
- 9) Qual a distribuição da forma de tributação dos clientes Micro e Pequenas Empresas?
 _____ Simples _____ Lucro Presumido _____ Lucro Real _____ Outras formas
- 10) As empresas fornecem na íntegra todas as informações necessárias para elaboração dos registros contábeis?
 Sim Não
- 11) Como é o fluxo de informações ou documentos das MPEs com o escritório contábil?
 Escritório busca semanalmente quinzenalmente mensalmente
 Empresa cliente envia semanalmente quinzenalmente mensalmente

12) Existe dificuldade na obtenção das informações para a contabilidade junto às empresas?
 Sim Não Se sim, qual ? _____

13) Você considera que as informações contábeis financeiras fornecidas pelas empresas de serviços contábeis podem ser úteis à gestão das MPEs?
 Sim Não

14) O registro total de todas as movimentações das Micro e Pequenas Empresas pode ser compensado pelo benefício da obtenção de informações aptas para tomada de decisões?
 Sim Não

15) Há quanto tempo participou de um curso de aperfeiçoamento profissional ou programa de educação continuada?
 Menos de um ano De 1 a 2 anos De 2 a 3 anos
 De 3 a 4 anos Há mais de 4 anos.

16) Como é a organização das empresas em relação aos documentos e informações necessárias para o Registro Contábil?
 Ruim Boa Ótima

17) Quais relatórios, informações e serviços são fornecidos pelo escritório de contabilidade às MPEs e qual sua periodicidade?

<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Balancete	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Demonstr.Resultado do Exercício	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório de Custos	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Orçamento	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria na Gestão	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Folha de Pagamento	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Livros Fiscais	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Guias Fiscais	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Livro Caixa	<input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Mensal	<input type="checkbox"/> Trimestral	<input type="checkbox"/> Anual
<input type="checkbox"/> Nenhum				

18) Qual a margem de lucro dos serviços fornecidos pelo escritório de contabilidade às empresas, conforme abaixo?

<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Balancete	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Demonstr.Resultado do Exercício	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Relatório de Custos	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Orçamento	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria na Gestão	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Folha de Pagamento	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Livros Fiscais	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Guias Fiscais	Margem R\$ ou % _____
<input type="checkbox"/> Livro Caixa	Margem R\$ ou % _____

19) Quais outros relatórios, informações e serviços você acha que deveria ser fornecido ao empresário para que melhorasse o processo de gestão das MPEs e com qual periodicidade?

- | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Balancete | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Demonstr.Resultado do Exercício | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório de Custos | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Orçamento | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria na Gestão | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |
| <input type="checkbox"/> Folha de Pagamento | <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Trimestral | <input type="checkbox"/> Anual |

20) Os relatórios, informações e serviços que gostaria de fornecer não são fornecidos no momento por quais motivos?

- | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não tem tempo para elaborá-los | <input type="checkbox"/> Não há necessidade para as MPEs |
| <input type="checkbox"/> Dificil aplicação nas MPE | <input type="checkbox"/> O empresário não quer pagar por isso |
| <input type="checkbox"/> A equipe não domina as técnicas necessárias | |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar): _____ | |

21) O que você acha da utilização pelas MPEs de assessoria contábil-financeira na gestão?

- Ruim Boa Ótima

22) Quanto você cobraria **a mais** por estes relatórios, informações e serviços que contribuíssem para um melhor processo de gestão da MPE?

- | | |
|-------------------------------------------------------------|----------------|
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Balancete | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Demonstr.Resultado do Exercício | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Demonstração do Fluxo de Caixa | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Relatório de Custos | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Relatório para Formação de Preços | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Relatório Contas a Pagar e Receber | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Orçamento | R\$ ou % _____ |
| <input type="checkbox"/> Assessoria/Consultoria à Gestão | R\$ ou % _____ |

23) A sua empresa está preparada em termos de conhecimentos e sistemas para o fornecimento de informações aptas à gestão da MPE, no intuito de analisá-las e identificar possibilidades de melhoria junto ao cliente?

- Sim Não. Por quê? _____